



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ELTON OLIVEIRA DA SILVA

**CAMPESINATO E MOBILIDADE ESPACIAL: O ESTUDO DOS
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS TIRADENTES E FREI
DAMIÃO (PB)**

**JOÃO PESSOA – PB
2012**

ELTON OLIVEIRA DA SILVA

**CAMPESINATO E MOBILIDADE ESPACIAL: O ESTUDO DOS
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS TIRADENTES E FREI
DAMIÃO (PB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências de conclusão do Curso de Mestrado em Geografia.

Orientador: Prof. Ivan Targino Moreira

**JOÃO PESSOA – PB
2012**

S586c *Silva, Elton Oliveira da.*
Campesinato e mobilidade espacial: o estudo dos Projetos de Assentamentos Tiradentes e Frei Damião (PB) / Elton Oliveira da Silva. -- João Pessoa, 2012.
157f. : il.
Orientador: *Ivan Targino Moreira*
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
1. Migração. 2. Campesinato. 3. Concentração fundiária.
4. Projetos de assentamentos rurais. 5. Território.

UFPB/BC

CDU: 314.7(043)

**“Campesinato e Mobilidade Espacial: O Estudo dos PA’s
Tiradentes e Frei Damião (PB)”**

por


Elton Oliveira da Silva

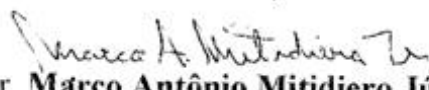
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

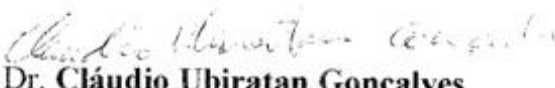
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**
Orientador


Prof.^a Dr.^a **Emília de Rodas Fernandes Moreira**
Co-orientadora


Prof. Dr. **Marco Antônio Mitidiero Júnior**
Examinador interno


Prof. Dr. **Cláudio Ubiratan Gonçalves**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Setembro/2012

*A duas mulheres guerreiras,
D. Francisca (Assentamento Tiradentes)
D. Nelsa (Assentamento Frei Damião).
E a todos camponeses que lutam diariamente para permanecer
na terra.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço Deus e a minha família, sem a qual não teria uma base sólida que pudesse me dar a estrutura para lutar por meus sonhos, mesmo que estes não fossem os deles. Em especial a minha mãe, que com seu apoio pude ter forças para enfrentar as adversidades. Ao meu pai por ter acreditado em mim e me deixar fazer minhas próprias escolhas. Também agradeço de todo coração as minhas irmãs Neide e Lila pelo incentivo e apoio que sempre me deram e aos meus sobrinhos Emily e Júnior, por trazerem sempre alegria e, às vezes, muitos aperreios no dia-dia.

Ao professor Ivan Targino por sua sabedoria e paciência e seus conhecimentos que foram de suma importância para construção deste trabalho. Também pelos seus ensinamentos passados nas aulas da disciplina “Espaço e Campesinato”, que foram fundamentais para o enriquecimento de meus conhecimentos.

À professora Emília, grande profissional, pessoa que se dedica quase integralmente sua vida a passar conhecimento para nós, seus alunos, e ensinar algo que vai além da ciência. Mesmo que com críticas e “puxões de orelha” que fazem parte do aprendizado que possibilita nosso crescimento não apenas profissional, mas também humano. Mãe, psicóloga e professora sempre junto nos momentos difíceis passados nesses últimos dois anos.

Agradeço à toda turma da graduação, com a qual caminhei junto para o aprendizado e o conhecimento. Mesmo trilhando caminhos diferentes, seremos lembrados como uma turma que ajudou a construir a Geografia da UFPB.

À Juciana Amalia pelos momentos de descontração, os shows nas horas mais difíceis e as orações que sempre me abençoaram na minha caminhada.

A alguns professores do PPGG, que se dedicaram em passar seus conhecimentos, suas experiências e práticas. Deixo aqui um agradecimento especial a Ana Madruga, Marco Mitidiero, Maria Franco Garcia, Anieres Barbosa e Pedro Viana.

Ao GETEC (Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato) e todos que dele fazem parte, pela sua fundamental importância para a construção não apenas de uma boa fundamentação teórica como também por aguçar o senso crítico sobre questões da realidade geográfica e da sociedade em geral.

Um agradecimento mais do que especial a Noemi Paes, Suana Medeiros, Joana Jakeline, Karoline Monteiro, Lidiane Cândido, Hélio de França e Diego Bruno. Constituímos um grupo que lutou, chorou, riu, bebeu e sobreviveu, mesmo com perseguições e injúrias conseguimos chegar aqui. Vocês são mais do que colegas. São amigos, irmãos e camaradas, forjados na caminhada de luta e lazer. Ultimamente, mais na luta.

Deixo aqui um agradecimento a Lidiane pelas conversas amizade e ajuda nas horas difíceis, Pablo e Diego Pessoa obrigado por ajudarem na construção desse trabalho, o primeiro por sua esperteza em mexer com os programas e a ajuda no campo, o segundo pelas conversas teóricas “viajosas” e também por ter ajudado na pesquisa. A vocês muito obrigado.

A turma de 2010 do mestrado que nas suas idas e vindas, mostrou-se uma ótima turma nas discussões em sala e fora dela também. Lembrando aqui de Thiago Lima, Joana Jakeline, Noemi Paes, Gilvonete, Jossandra Gonçalves, Thiago Queiroz e Suana Medeiros.

A Juliano Moreira pela força que deu desde o início, pela o apoio incondicional em Cajazeiras e pela amizade. Sem ele teria sido mais difícil.

A Antônio Cleides, liderança forte da CPT, que ajudou bastante com os contatos e para construção da pesquisa e a Isaias pelos momentos de descontração em Cajazeiras.

A Silvana Cristina pela ajuda, os incentivos e suas contribuições teóricas no grupo.

A Jossandra pela amizade desde os tempos da graduação e em meio às discussões e conversas chegamos onde estamos.

A Áurea pela ajuda no campo, pelos momentos de amizade com seus altos e baixos. E claro, pelos momentos de descontração.

A Luanna que apesar da distância, estabelecemos uma amizade sólida de forma gradual.

A Deusia por sua força a frente da AGB, sempre incentivando ao me mandar “escrever a dissertação”.

Aos amigos feitos durante o tempo no PPGG, Petrúcio e Manoel de Sousa, pelos momentos em Seu Lando e todo tempo “mofando” na universidade.

A CAPES por me proporcionar dois anos de bolsa, que ajudaram de forma significativa para o desenvolvimento da pesquisa.

À Sônia pelos serviços prestados na coordenação do PPGG, nem sempre tão fáceis, mas sempre que podia resolvia nossos problemas.

Ao Professor Claudio Ubiratan pelas contribuições na qualificação e por ter aceitado participar também do momento da defesa.

A todo grupo da pesquisa de migração por ter me proporcionado uma nova experiência, com a qual eu pude encontrar novos horizontes e perspectivas de pesquisa e uma realidade ainda desconhecida por mim. Sem falar que viajar por toda Paraíba com pessoas maravilhosas foi bastante recompensador. Deixo um agradecimento especial a Edson, Samyr, Natalie, Valério a Professora Marilda e ao Professor Ivan e, claro, à Professora Emília por me ter jogado nessa aventura científica.

A todos os assentados que, sempre prestativos, nos deixavam adentrar em suas casas e na sua privacidade, pela paciência com que respondiam o longo questionário, mesmo diante de tantas dificuldades que passavam. Aos jovens assentados pela partilha de sua força, timidez e por muitas vezes decepção diante da realidade que viviam.

“Toda a teoria só é boa na condição de que, utilizando-a, se vá mais além” (André Gide).

RESUMO

A questão migratória é um fenômeno que esteve presente na história do Brasil desde os primórdios de sua colonização até nossos dias. A dinâmica do processo de colonização implantado no nosso território condicionou o nascimento e a evolução da questão agrária brasileira. Na verdade, ao longo da história do Brasil, estes dois fenômenos (migração e concentração fundiária) estão intimamente relacionados, pois a estrutura de distribuição desigual da terra no Brasil é um dos fatores impulsionadores dos movimentos migratórios internos, principalmente do tipo rural-urbano. Este trabalho tem como principal objetivo compreender o processo migratório da população rural residente em Projetos de Assentamento, a partir do estudo de caso do Projeto de Assentamento Tiradentes, município de Mari, e do Projeto de Assentamento Frei Damião no município de Cajazeiras. Sendo o primeiro localizado na Zona da Mata Paraibana e o segundo no Sertão paraibano. O primeiro capítulo trata das questões teóricas utilizando três conceitos de forma articulada: migração, território e campesinato. O segundo capítulo aborda a formação territorial dos dois espaços que são objeto do estudo: a Mata Paraibana e o Sertão Paraibano. Vamos resgatar o processo histórico de ocupação, buscando no passado elementos para atual organização desses espaços, mostrando as origens da luta pela terra. Em seguida, discute-se a atual forma de organização do espaço, trazendo especificamente as características do espaço agrário dos municípios estudados. O terceiro capítulo resgata a história da construção dos dois Projetos de Assentamento. O quarto capítulo apresenta e discute os dados da pesquisa de campo. Destacando: o perfil da população assentada, a organização do trabalho, da produção, a mobilidade espacial dos assentados e de seus familiares e a perspectiva de migração dos jovens residentes nos dois Projetos pesquisados. O trabalho realizado permite concluir que a migração é uma constante na vida da população investigada e que constitui uma estratégia de sua sobrevivência enquanto camponeses.

Palavras-chave: Migração. Campesinato. Território. Assentamentos Rurais.

ABSTRACT

The immigration issue is a phenomenon that has been present in Brazil's history since the beginning of colonization to the present day. The dynamics of the colonization process deployed on our territory conditioned the birth and evolution of the agrarian issue. In fact, throughout the history of Brazil, these two phenomena (migration and concentration of land ownership) are closely related, because the structure of unequal distribution of land in Brazil is one of the factors that promote internal migration, mainly of the rural-urban. This work has as main objective to understand the process of migration of the rural population living in Settlement Projects from the case study Settlement Project Tiradentes, city of Mari, and Settlement Project in the city of Fray Damian Cajazeiras. The first being located in the Zona da Mata Paraibana and second in the backlands of Paraiba. The first chapter deals with the theoretical concepts using three hingedly: migration, territory and peasantry. The second chapter discusses the formation of the two territorial spaces that are the object of study: the Zona da Mata of Paraiba and Hinterland. Let's rescue the historical process of occupation, seeking evidence in the past to current organization of these spaces, showing the origins of the struggle for land. Then we discuss the current way of organizing space, specifically bringing the characteristics of agrarian space of the cities studied. The fourth chapter presents and discusses the survey data field. Highlighting: the profile of the settler population, the organization of labor, production, spatial mobility of the settlers and their families and the prospect of migration of young residents in the two projects surveyed. The work shows that migration is a constant in the lives of the population investigated and that is a strategy of survival while peasants.

Keywords: Migration. Peasantry. Territory. Rural Settlements.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Tipos de Migrações, segundo Max Sorre	31
Quadro 2 -	Microrregião de Sapé: Projetos de Assentamento criados até 2010....	64
Quadro 3 -	Microrregião de Cajazeiras - Projetos de Assentamento criados até 2010	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Mari: Quantidade produzida de cana-de-açúcar	65
Gráfico 2 –	Mari: Quantidade produzida de batata doce (t).....	66
Gráfico 3 –	Mari: Quantidade produzida de mandioca (t).....	67
Gráfico 4 –	Cajazeiras: Produção de algodão herbáceo (t).....	76
Gráfico 5 –	Cajazeiras: Efetivo do rebanho bovino.....	76
Gráfico 6 –	Cajazeiras: Evolução da quantidade produzida (t) de feijão e milho..	77
Gráfico 7 –	Paraíba: Composição da população, segundo a situação domiciliar (1950-2010).....	82
Gráfico 8 –	PA Tiradentes: Nível de escolaridade.....	98
Gráfico 9 –	PA Tiradentes: Lugar de ocupação da mão de obra familiar.....	102
Gráfico 10 –	PA Tiradentes: Local de nascimento dos assentados.....	102
Gráfico 11 –	PA Tiradentes: Municípios de nascimentos dos assentados por situação domiciliar	103
Gráfico 12 –	PA Tiradentes: Local de moradia antes do assentamento.....	105
Gráfico 13 –	PA Tiradentes: Município de residências antes da criação do assentamento.....	106
Gráfico 14 –	PA Tiradentes: Perspectiva de migração.....	106
Gráfico 15 –	PA Tiradentes: Membros das famílias que moram fora.....	108
Gráfico 16 -	PA Tiradentes: Perspectiva de retorno ao Assentamento.....	109
Gráfico 17-	PA Tiradentes: Distribuição dos jovens entrevistados por sexo.....	109
Gráfico 18 -	PA Tiradentes: Distribuição dos jovens entrevistados por faixa etária.....	110
Gráfico 19-	PA Tiradentes: Gosta de viver no Assentamento?.....	111
Gráfico 20 –	PA Tiradentes: Pensa em sair do Assentamento?.....	112

Gráfico 21-	PA Tiradentes: Perspectivas dos jovens em relação ao futuro.....	112
Gráfico 22 –	PA Frei Damião: Nível de escolaridade.....	114
Gráfico 23 –	PA Frei Damião: Local de nascimento dos assentados segundo situação domiciliar.....	117
Gráfico 24 –	PA Frei Damião: Município de nascimento dos assentados por situação domiciliar.....	118
Gráfico 25 -	PA Frei Damião: Local de moradia antes do assentamento.....	120
Gráfico 26 –	PA Frei Damião: Perspectivas de migração.....	122
Gráfico 27 -	PA Frei Damião: Membros da família que moram fora do assentamento.....	122
Gráfico 28 -	PA Frei Damião: Perspectiva de retorno ao assentamento.....	123
Gráfico 29 –	PA Frei Damião: Distribuição dos jovens entrevistados por sexo.....	124
Gráfico 30 –	PA Frei Damião: Distribuição dos jovens entrevistados por faixa etária.....	124
Gráfico 31 –	PA Frei Damião: Pretensão de saída do assentamento.....	125
Gráfico 32 –	PA Frei Damião: Perspectivas de futuro.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Mari: Estrutura Fundiária (1995/96 e 2006).....	69
Tabela 2 _	Cajazeiras: Estrutura Fundiária (1995-2006).....	79
Tabela 3 –	PA Tiradentes: distribuição da população segundo faixa etária, por Sexo.....	98
Tabela 4 –	PA Frei Damião: Distribuição da população segundo faixa etária, por sexo.....	113

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Casa de assentado com o lote de quintal ao lado.....	88
Fotografia 2 -	Açude no Projeto de Assentamento Tiradentes.....	89
Fotografia 3-	Caixa D'água em Construção no PA Tiradentes.....	89
Fotografia 4 -	Antiga Escola do Assentamento Tiradentes.....	90

Fotografia 5 -	Aspecto geral de um das duas ruas da agrovila.....	93
Fotografia 6 -	Açude no PA Frei Damião.....	94
Fotografia 7 -	Cisterna Calçadão em lote do PA Frei Damião.....	95
Fotografia 8 -	Escola do PA Tiradentes.....	99
Fotografia 9 -	Plantação de hortaliças.....	101
Fotografia 10	Crianças ensaindo no espaço do “Ponto de Cultura”.....	111
Fotografia 11	Escola fechada no PA Frei Damião.....	114
Fotografia 12 -	Pequeno Comércio no PA Frei Damião.....	115
Fotografia 13 -	Lote com os equipamentos de apicultura.....	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Principais Fluxos Migratórios no Brasil (1950-1960-1970).....	17
Figura 2 -	Principais Fluxos Migratórios do Brasil (1970-1980).....	17

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Localização dos municípios de Mari e Cajazeiras – PB.....	24
Mapa 2	PA Tiradentes: Municípios de nascimento dos assentados.....	104
Mapa 3 –	PA Tiradentes: Municípios de residência dos assentados antes da criação do assentamento.....	106
Mapa 4 –	PA Frei Damião: Municípios de nascimento dos assentados.....	119
Mapa 5 -	PA Frei Damião: Municípios de residência dos assentados antes da criação do assentamento.....	121
Mapa 6 -	PA Frei Damião: Trajetórias Migratórias do Caso 01.....	131
Mapa 7 -	PA Tiradentes: Trajetórias Migratórias do Caso 02.....	133
Mapa 8 -	PA Tiradentes: Trajetórias Migratórias do Caso 03.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPA – Instituto de Terras da Paraíba

GETEC – Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PA – Projeto de Assentamento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a seca

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TDA – Títulos da Dívida Agrária

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF – Programa de Saúde da Família

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TERRITÓRIO, MIGRAÇÃO E CAMPESINATO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS	28
1.1 A migração na ciência geográfica: conceitos e tipologias.....	28
1.2 As novas concepções e paradigmas.....	37
1.3 Migração e campesinato: do desaparecimento do campesinato à sua recriação.....	41
1.4 A perda do território: a exclusão da terra.....	45
1.5 Os Assentamentos Rurais como território? Processos de Re-territorialização/Recampesinização.....	49
2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DA MATA E SERTÃO PARAIBANO	58
2.1 A Mata Paraibana.....	58
2.2 O Sertão Paraibano.....	70
2.3 As dinâmicas migratórias na Mata e Sertão Paraibano como elemento da Formação territorial.....	80
3. AINDA RESTA UMA ESPERANÇA: LUTA E RESISTÊNCIA POR TERRA NOS PA'S TIRADENTES E FREI DAMIÃO	85
3.1 O Assentamento Tiradentes.....	85
3.2 O Assentamento Frei Damião.....	92
4. MIGRAÇÃO E PERMANÊNCIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO	97
4.1 PA Tiradentes: condição de vida, organização da produção e migração.....	97
4.2 PA Frei Damião: condição de vida, organização da produção e migração...	113
4.3 Trajetória dos migrantes: em busca de territórios de esperança.....	127
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICE	148

INTRODUÇÃO

A importância exercida pelos movimentos migratórios na humanidade é um fato incontestável, dado que a história do homem sobre a terra tem sido protagonizada por grandes deslocamentos, desde os povos primitivos que praticavam o nomadismo, até os atuais fluxos internacionais de trabalhadores, passando pela intensificação do êxodo rural que afeta especialmente os camponeses sem terra. Todavia estes deslocamentos possuem naturezas distintas, mesmo que na essência, a luta pela sobrevivência esteja no centro da questão. Os primeiros movimentos espaciais de nossa espécie explicam-se pela necessidade de deslocamento para suprir as condições alimentares mínimas já que a humanidade encontrava-se num estágio de desenvolvimento que não lhe permitia ter o mínimo de domínio sobre a natureza. Apenas na Revolução Neolítica, com o domínio das técnicas agrícolas, é que o homem se sedentariza, mas sem deixar de ser pressionado, periodicamente, pela mudança de seu habitat. Com o desenvolvimento do capitalismo, intensifica-se a necessidade da mobilidade espacial do trabalhador para atender à valorização do capital (GAUDEMAR, 1977). Esse movimento afetou e continua afetando, particularmente, os camponeses, de modo que continua como ser errante em busca de um pedaço de chão.

A questão migratória é um fenômeno que esteve presente na história dos primitivos habitantes do território brasileiro, desde antes sua colonização.

De acordo com recentes teorias, o território sul-americano teria sido atingido também por grupos que navegaram através do Oceano Pacífico vindos da Austrália, Malásia e Polinésia. No decorrer do tempo, o Brasil foi povoado por centenas de povos com línguas, tradições culturais e religiões diferentes. (MARINUCCI e MILESE, 2002 p.01).

Por isso não é de se estranhar que os portugueses ao aqui chegarem não encontram uma terra vazia sem vida, mas uma grande riqueza de povos e culturas. Estes por sua vez vieram de outros continentes e aqui se estabeleceram, mas ao mesmo tempo continuavam a migrar fugidos de tribos inimigas, em busca de melhor lugar para caça e pesca e melhores solos para o plantio de suas lavouras. Com a chegada do colonizador, acrescenta-se a esses motivos a fuga do colonizador, pela negação da subjugação ao trabalho escravo.

A dinâmica do processo de colonização implantado no nosso território condicionou o nascimento e a evolução da questão agrária brasileira. Na verdade, ao longo da história do

Brasil, estes dois fenômenos (migração e concentração fundiária) estão intimamente relacionados, pois a estrutura de distribuição desigual da terra no Brasil é um dos fatores impulsionadores dos movimentos migratórios internos, principalmente do tipo rural-urbano.

Em alguns momentos, contudo, a mobilidade da população ocorreu de forma mais intensa. Entre estes podem ser ressaltados:

a) em meados do século XVII, a crise da atividade açucareira no Nordeste do Brasil empurrou os colonos pobres que viviam em torno dos engenhos, para as áreas situadas à retaguarda dos mesmos, dando origem ao processo inicial de ocupação do Agreste (WANDERLEY, 1979);

b) o crescimento da atividade de exploração mineral, a partir do século XVIII, propiciou uma migração (forçada) de escravos da atividade canavieira para as regiões onde ocorria a mineração, principalmente, a do ouro; verificou-se a perda da hegemonia da atividade açucareira no país, e a transferência de escravos da exploração canavieira para Minas Gerais, principal centro da exploração mineral (FURTADO, 2010);

c) no final do século XIX e início do século XX, o ciclo da borracha foi responsável pelo movimento da população do interior do país em direção à região Norte, principalmente de migrantes saídos da região Nordeste. Por se tratar de uma atividade extrativista e voltada para o mercado externo, demandou uma grande quantidade de mão-de-obra. Como o Nordeste estava em um período de crise da economia açucareira, à qual se conjugava sucessivas secas, foi esta a região grande fornecedora de mão de obra para a atividade de extração do látex (FURTADO, 2010);

d) nessa mesma época, registrou-se o grande fluxo de imigrantes estrangeiros para a região cafeeira (BALAN, 1973);

e) as migrações internas se intensificaram a partir da primeira metade do século XX, vinculadas às transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas pela sociedade brasileira no período (NETTO JUNIOR et al., 2003). É nessa época que o Brasil inicia seu processo de industrialização, baseado no que ficou conhecido como processo de industrialização por substituição de importações. A partir da década de 1950, a industrialização no Brasil deu um grande salto. A isto se somam as transformações que começaram a ser levadas a efeito no campo e a maior integração do mercado interno brasileiro, provocando um “boom” nas migrações internas que se intensificam ainda mais com

a modernização do campo a partir da segunda metade dos anos de 1960. Na década de 1980, com a crise econômica que afetou fortemente a região Sudeste, ocorreu a intensificação dos fluxos migratórios de retorno, dando maior complexidade ao panorama das migrações nacionais. Os mapas, abaixo permitem uma visualização da dinâmica migratória nacional desde a segunda metade do século XX.

Figura 1- Principais Fluxos Migratórios no Brasil (1950-1960-1970)

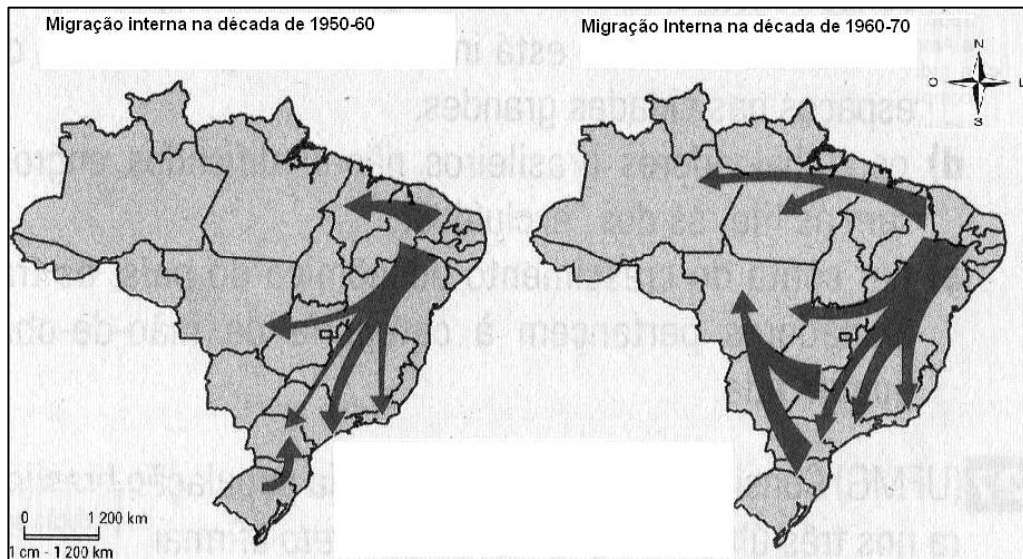
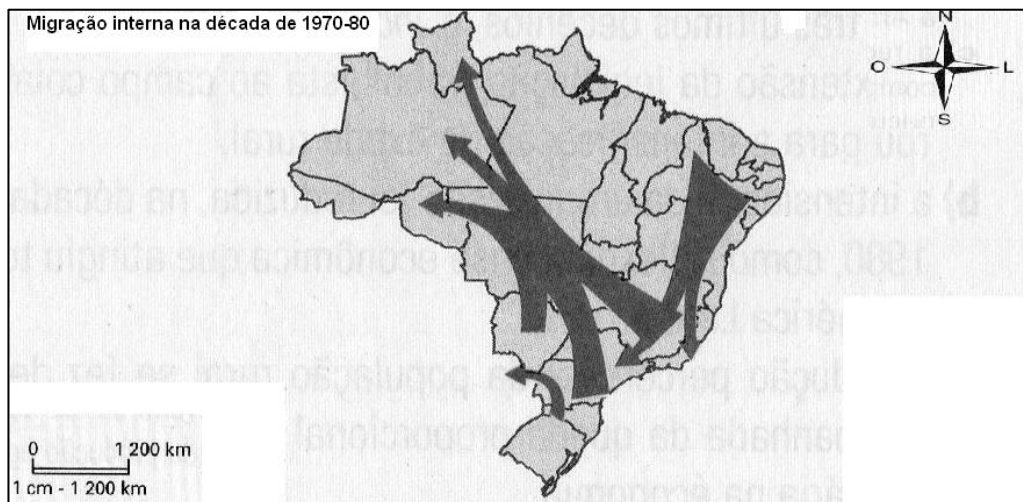


Figura 2 - Principais Fluxos Migratórios do Brasil (1970-1980)



Fonte: VALIM, Ana. 2009

Como se pode observar nas figuras acima, as transformações vivenciadas pelo país, a partir da segunda metade do século XX, proporcionaram momentos diferenciados dos fluxos migratórios. Entre as décadas de 1950 e de 1960, tem-se a predominância dos fluxos partindo do Nordeste em direção ao Sudeste, sobretudo para o eixo Rio - São Paulo. Entres as décadas

de 1960 e de 1970, além da migração para o Sudeste, intensificaram-se os fluxos para o Centro-Oeste, vindos do Sul, e os fluxos para o Norte, procedentes do Nordeste. Nas décadas de 1970 e de 1980, persiste a migração na direção NE-SE e amplia-se a do Sul para o Centro-Oeste e, sobretudo, para o Norte, para as áreas de fronteira agrícola. Em relação aos últimos anos, principalmente na primeira década dos anos 2000, o panorama muda, principalmente porque cresce a migração de retorno, principalmente entre o NE e o eixo Rio-São Paulo. Essa tendência já é perceptível desde a década de 80, quando a crise econômica nacional afeta principalmente a RM de São Paulo, dificultando a absorção dos migrantes no mercado de trabalho dessa Região Metropolitana (QUEIROZ e TARGINO, 2007).

Todo esse processo de mobilidade populacional esteve ligado, de um lado, às mudanças na organização do espaço agrário brasileiro e, de outro, ao processo de industrialização e urbanização. Durante todo o período colonial, a organização do espaço brasileiro esteve subordinada à lógica de extração do excedente colonial, promovendo uma insegurança ao nascente campesinato brasileiro: nos momentos de *boom* do mercado externo, as terras ocupadas pelos camponeses eram incorporadas à produção da *plantation*, sendo-lhes devolvidas nos momentos de retração das exportações (WANDERLEY, 1979).

À medida que a subordinação formal da agricultura vai se transformando em uma subordinação real, observa-se uma dominação mais intensa do capital sobre a dinâmica do espaço agrário nacional, porém com um elemento novo: a luta dos trabalhadores sem-terra em prol do direito de trabalhar na terra e nela viver. Esta luta tem tido resposta por parte do Estado através da criação dos assentamentos rurais. Questiona-se se essa política é suficiente para manter o camponês na terra. É com base neste questionamento que foi desenvolvida esta dissertação.

Toda essa realidade suscitou um amplo debate acadêmico, tanto no que se refere à questão agrária, quanto aos movimentos migratórios. Neste debate destacam-se, dentre outros autores, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Orlando Valverde, Paul Singer, Moacir Palmeira, Manuel Correia de Andrade, Ricardo Abramovay e Raul Garcia Júnior.

No âmbito da ciência geográfica, em particular da Geografia Agrária, temas como reforma agrária e campesinato vêm ganhando relevância nos últimos tempos, principalmente no Brasil, com o pioneirismo de Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade. Outra

grande contribuição tem sido dada pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino, que incorporou o materialismo histórico dialético em suas pesquisas e tem usado a categoria território em suas análises.

Este trabalho tem como principal objetivo compreender o processo migratório da população rural residente em Projetos de Assentamento, a partir do estudo de caso do Projeto de Assentamento Tiradentes, município de Mari-PB, e do Projeto de Assentamento Frei Damião no município de Cajazeiras-PB. Sendo o primeiro localizado na Zona da Mata Paraibana e o segundo no Sertão Paraibano.

As trajetórias que levaram o autor a esta temática de pesquisa iniciaram-se com a sua participação na pesquisa “Perspectivas de Migração de Jovens Rurais no Nordeste”, financiada pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), como pesquisador-colaborador durante um ano, e com a sua participação no GETEC (Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato), coordenado pela professora Emília de Rodat Fernandes Moreira, integrando a equipe do projeto (Terra de trabalho, terra de produção e terra de vida: diversidade e formas de organização da produção e do trabalho na agricultura camponesa). Neste projeto, o autor trabalhou primeiramente com o Assentamento Estrela D'Álva, no município de São Sebastião do Umbuzeiro - PB. Posteriormente, pesquisou outros assentamentos no Estado, resultando na sua monografia de graduação, apresentada no ano de 2009. Desses engajamentos surgiu e se consolidou o interesse pela temática.

Os caminhos trilhados até aqui e o estudo realizado pela pesquisa supracitada ajudaram a traçar quais seriam os parâmetros para escolha das áreas objeto do presente trabalho. Primeiramente, os dados obtidos com as pesquisas anteriores revelaram que as duas regiões escolhidas são, historicamente, polos de movimentos migratórios. Outros elementos subsidiaram a escolha das áreas tais como, observar como trabalhadores assentados em duas regiões distintas tanto do ponto de vista natural como do ponto de vista da organização do espaço se comportam em relação à migração. Acrescente-se que a mesorregião da Mata Paraibana vem sendo historicamente uma região de conflitos, devido à presença do latifúndio canavieiro, enquanto que na mesorregião do Sertão Paraibano os conflitos surgiram a partir da década de 1980, com a atuação da CPT e mais recentemente do MST, resultando numa importante concentração de assentamentos rurais no âmbito da Paraíba.

Para levar adiante esta pesquisa, o território foi eleito como categoria de análise fundamental. Apesar da multiplicidade de definições sobre esse conceito, foram escolhidas duas concepções, que de forma geral abarcam o contexto da realidade estudada. A primeira, defendida por Souza, considera o território enquanto “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995 p. 78). A segunda concepção eleita é a de Oliveira, segunda a qual “o território é, sim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (1999, p.74).

Além da categoria “território”, foram eleitas também as categorias “mobilidade” e “campesinato” para fundamentar a análise. Sobre a categoria campesinato, convém desde logo lembrar que esta é uma categoria que tem recebido interpretações diferenciadas (SHANIN, 2005). Não obstante a polêmica sobre o uso dessa categoria, durante o decorrer do trabalho, serão utilizados, indistintamente, os termos camponês, assentado ou pequeno produtor. Tal procedimento está amparado na visão de que não existe no real o camponês como um sujeito puro, mas híbrido, manifestando-se de forma diferenciada dependendo das formas como se articula ao mercado (SHANIN, 2005), tendo claro que, seja ele migrante ou não, o que importa é a sua inserção na produção das condições materiais e sociais de sua existência, como agricultor de base familiar. Deixa-se claro que o fato do camponês migrar não o descaracteriza como tal.

Em relação aos termos mobilidade/migração, que a princípio podem parecer sinônimos, convém lembrar que, na verdade, o termo mobilidade é mais amplo do que migração. A migração é uma das formas de manifestação da mobilidade da força de trabalho: a espacial. Além dessa forma, a mobilidade do trabalho engloba também a mobilidade temporal e a setorial, conforme lembra Gaudemar (1977).

Em relação ao conceito de migração, as formas concretas por ela assumidas apresentam uma grande diversidade. Por se tratar de um fenômeno concreto, presente em todas as sociedades, organismos internacionais, com a ONU, têm uma preocupação em estabelecer parâmetros objetivando estudos e ações. Segundo as Nações Unidas:

Migração é definida como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência. (UNITED NATIONS, 1970 *apud* SALIM, 1994 p.120)

A problemática da migração apresenta-se como a questão central neste trabalho e por isso apresentam-se algumas noções teórico-metodológicas dos estudos sobre esta temática. Este tema foi amplamente discutido pelos grandes clássicos da Geografia, principalmente francesa, tais como, Max Sorre, Pierre George e Jaqueline Beaujeu-Garnier. Atualmente, este tema tem sido retomado, principalmente a partir das pesquisas de geógrafos como Rosa Ester Rossini (1986), Helion Póvoa Neto (1997,2010) e Rogério Haesbaert (1995 e 2004), que deram o pontapé para uma multiplicação de produções científicas, principalmente com o uso do território como categoria de análise.

Apesar de vários estudos sobre migração terem relacionado este fenômeno com a questão agrária (TARGINO, 1978; SINGER, 1973), ainda é restrita a produção acadêmica que explora a dinâmica migratória nos Assentamentos Rurais. Dentre esses, pode-se destacar a dissertação de mestrado de Fabiano de Oliveira Bringel (2006) que discute as trajetórias sociais e econômicas de camponeses do Projeto de Assentamento Rural Palmares II, localizado no Município de Parauapebas, na Região Sudeste do Pará. Sua análise abarca questões como a história migratória, a história da família, a história do trabalho e a história da educação.

A temática da migração enquanto elemento de análise na Geografia e demais ciências sociais não é recente. No entanto, a partir da década de 1960, observa-se um aumento significativo dos estudos nessa área. A migração, principalmente rural-urbana, torna-se elemento fundamental de análise (DAMIANI, 1997). Essa importância pode ser exemplificada com a realização do 1º Congresso Internacional sobre Geografia de População na Universidade de St.^a Andrews na Escócia, em que dos 79 trabalhos publicados, 72 abordaram temas relativos à mobilidade e à migração (PÉREZ, 2010).

Depois de apresentar a pesquisa e os motivos que levaram à realização da mesma, pretende-se aqui elaborar mesmo que de forma breve algumas considerações acerca da questão metodológica, a qual se coloca como um dos pontos importantes para a pesquisa, pois é ela que estabelece os caminhos a serem seguidos para realizá-la.

O método de interpretação da realidade escolhido é o materialismo histórico-dialético, formulado por Marx e constantemente revisado pelos seus sucessores. Quando se fala em materialismo histórico-dialético não é o mesmo que falar apenas em dialética. Esta última tem suas origens na Grécia antiga, e depois de um tempo de obscuridade voltou à luz com Kant e

Hegel. Em relação ao materialismo, Segundo Trivinos (1987), as origens do materialismo remontam aos povos antigos do oriente: chineses, egípcios e babilônios. O progresso da ciência permitiu a Marx e a Engels colocarem as bases do materialismo dialético e histórico que se constitui sistematicamente após a primeira metade do século XIX.

Na verdade, na concepção moderna, a dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2003, p. 8). Sobre isto Bottomore coloca que:

A dialética é tematizada na tradição marxista mais comumente enquanto (a) um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética *epistemológica*; (b) um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética *ontológica*; e (c) o movimento da história: dialética *relacional*. Todos três aspectos encontram-se em Marx (2001, p.101).

Por outro lado a dialética marxista se fundamenta com base na crítica à dialética idealista de Hegel. Outro ponto discordante foi à questão do trabalho, apesar de tanto Marx como Hegel darem importância ao *trabalho*, Marx afirmava que a concepção de Hegel era muito abstrata dando valor ao trabalho intelectual e esquecendo-se da materialidade do trabalho (KONDER, 2003).

Bottomore (2001) diz que o materialismo histórico e o dialético se distinguem porque o primeiro apresenta-se como a ciência marxista, enquanto o segundo é considerado como sendo a filosofia do marxismo.

Ainda de acordo com a concepção de Bottomore (2001), o materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Na visão de Cheptulin o materialismo dialético estabelece uma distinção contraditória entre realidade e possibilidade. Para ele, “a realidade é o que existe realmente e a possibilidade é o que pode produzir-se quando as condições são próprias.” (1982, p. 337)

A incorporação do marxismo na Geografia produzida no Brasil tardou em relação às demais ciências sociais. Na verdade, o grande momento foi o Encontro Nacional de Geógrafos de Fortaleza, em 1978 (QUAINI, 2002). A partir desse momento, inúmeras pesquisas na área de Geografia incorporaram esse método de interpretação que influenciou na definição do objeto do estudo geográfico, o espaço socialmente construído.

Dito isto, procurou-se entender a realidade do processo migratório nos Assentamentos Rurais nos municípios estudados, identificando as contradições de uma política de estado que, que ao mesmo tempo visa a fixação da população camponesa, mas não oferece as condições necessárias para que a mesma possa se reproduzir e se desenvolver, mesmo dentro do modo de produção capitalista.

■ **Localização da área de estudo.**

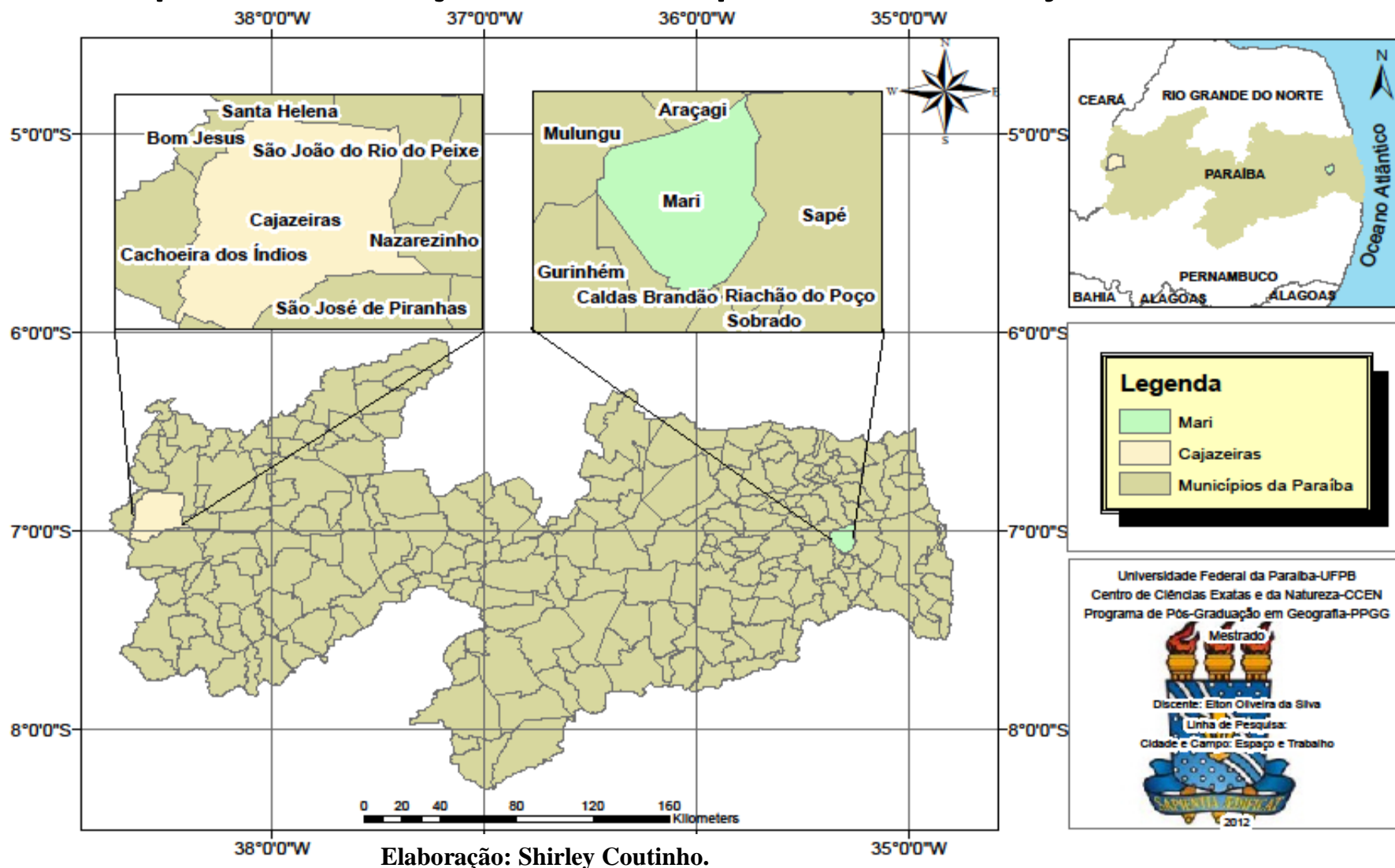
As áreas escolhidas para o estudo são o Assentamento Tiradentes no município de Mari, localizado na mesorregião da Mata Paraibana, e o Assentamento Frei Damião no município de Cajazeiras, na mesorregião do Sertão Paraibano (ver mapa 1).

Para a realização deste trabalho foram adotados alguns procedimentos metodológicos, quais sejam.

■ **levantamento bibliográfico:**

Este levantamento foi realizado junto às bibliotecas central e setoriais da Universidade Federal da Paraíba, bem como através da internet nas páginas dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e ciências afins que publiquem monografias, dissertações e teses referentes ao tema da pesquisa, bem como junto ao banco de teses da CAPES, dentre outros;

Mapa 1 – Localização dos municípios de Mari e Cajazeiras - PB



■ levantamento documental.

A realização do levantamento documental foi realizada junto ao INCRA, ao Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA) e junto aos movimentos sociais para obtenção e/ou consulta de documentos referentes às áreas de assentamento estudadas: o PDA dos assentamentos, os processos referentes à criação dos mesmos, além do material cartográfico referentes aos assentamentos estudados.

■ levantamento de dados quantitativos secundários

Foram utilizados dados disponibilizados pelo IBGE, através dos micros dados do Censo Demográfico referente aos anos de 2000 e 2010 e do Censo agropecuário dos anos de 1995/1996 e de 2006 e dados da Produção Agrícola e Pecuária Municipal. Esta etapa da pesquisa buscou levantar informações do tipo: a) População residente no município no período de 2000 a 2010 segundo a situação de domicílio; b) migrantes paraibanos procedentes da zona rural; c) Estrutura fundiária do(s) município(s), comparando os anos de 1995-96 com 2006; d) evolução da produção animal e vegetal.

■ Pesquisa de campo

O trabalho de campo constitui uma ferramenta metodológica de grande importância para a Geografia. A realização do trabalho de campo não contempla apenas um empirismo puro, mas, sobretudo e assim deve ser feito, uma simbiose entre a teoria e o método de interpretação, para saber como proceder, que instrumentalização utilizar.

Nesta pesquisa, o trabalho de campo foi realizado em dois momentos. O primeiro consistiu em visita nas duas áreas de assentamento para um reconhecimento prévio tendo em vista recolher elementos para elaboração de roteiro de entrevistas, estruturadas e abertas, a serem realizadas, assim como para aplicação e teste do questionário piloto.

O segundo momento, consistiu: a) na realização de entrevistas com as lideranças locais (presidentes de associações, presidentes de cooperativas, grupo de mulheres e jovens), visando recuperar a história do assentamento e a questão migratória local e com os membros mais velhos da comunidade, buscando resgatar a história de vida dessas pessoas e suas trajetórias de vida e de trabalho; e b) na aplicação de questionários com os responsáveis das famílias e com os jovens.

A pesquisa de campo no Assentamento Tiradentes, em Mari, foi realizada nos dias 14 e 15 de julho de 2011 e de 18 a 20 de abril de 2012, no Assentamento Frei Damião, no município de Cajazeiras, o trabalho de campo teve lugar nos dias 16 e 17 de março de 2012 e nos dias 13 e 14 de agosto do mesmo ano. No assentamento Tiradentes, foram feitas entrevistas com as lideranças do assentamento, notadamente com a presidente da Associação de mulheres e o representante do MST no assentamento. No PA Frei Damião, foi entrevistada a presidente da Associação de Moradores. Nestas entrevistas, procurou-se saber as características gerais do assentamento. Foram levantadas questões tais como: o início do processo de luta; a dinâmica da ocupação da área; a participação das lideranças; o apoio dos movimentos sociais; a ação do estado e do proprietário da terra. Foram, também, pesquisadas questões relativas ao perfil do assentamento: número de famílias, infraestrutura básica (água, luz, esgoto, escolas e posto de saúde), organização da produção e do trabalho, assistência técnica e políticas públicas, associativismo e perspectivas migratórias. Nesta oportunidade também foi feita uma visita às agrovilas e a alguns lotes, quando se procedeu ao registro fotográfico das áreas de criação e cultivo do assentamento.

Quanto aos questionários, foram aplicados 28 no Assentamento Tiradentes, o que corresponde a 18% do total das famílias assentadas. Também foi aplicado um questionário específico com os jovens que totalizou 35 questionários. No assentamento Frei Damião, foram aplicados 15 questionários com as famílias, o que corresponde a 70% do total das famílias, e 5 com os jovens. Os questionários levantaram informações que cobriram desde o perfil da família (idade, sexo, escolaridade), até questões acerca do local de nascimento e de moradia, antes do assentamento, de vital importância para o estudo da mobilidade. No tocante à mobilidade dos membros residentes, foram colhidos dados sobre o histórico de mobilidade dos membros da família. Quanto aos membros ausentes, as questões formuladas dizem respeito ao local atual de habitação, inserção produtiva e se pensam em voltar para o assentamento. Conjuntamente foi aplicado questionários com os jovens referentes à sua participação na construção no assentamento, além das perspectivas migratórias dos mesmos.

Conforme os dados e informações obtidos assim como com base nas leituras realizadas, a dissertação está estruturada em quatro capítulos além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo trata das questões teóricas, utilizando três conceitos de forma articulada: migração, território e campesinato. No segundo capítulo, discute-se a formação territorial dos dois espaços que são objeto do estudo: as mesorregiões da Mata Paraibana e do Sertão Paraibano. O terceiro capítulo é dedicado ao estudo da constituição e organização dos Projetos de Assentamento de Tiradentes e de Frei Damião. No quarto e último capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa realizada nos assentamentos. Inicia-se com os dados gerais sobre o perfil da população assentada, a organização do trabalho, da produção, renda, a relação com o Estado através das políticas públicas e, finalmente, os dados sobre as migrações e perspectivas migratórias.

1. TERRITÓRIO, MIGRAÇÃO E CAMPESINATO: Algumas considerações teóricas e conceituais.

Este capítulo inicial trata das questões teóricas que fundamentam a pesquisa, utilizando-se três conceitos de forma articulada: migração, território e campesinato. Primeiramente, resgata-se o conceito de migração dentro da ciência Geográfica, mostrando principalmente as mudanças ocorridas na abordagem desse conceito ao longo da história do pensamento geográfico. Em seguida, aborda-se a discussão atual acerca do conceito do território, ressaltando os processos territoriais e o modo pelo qual se tornou importante nos estudos da Geografia. Por último, é apresentada uma síntese do debate sobre o campesinato, mostrando desde a concepção marxista clássica, segundo a qual o campesinato estaria fadado ao desaparecimento, até o debate atual em que alguns autores tanto da geografia quanto de outras áreas do conhecimento entendem a migração como fator de reprodução/recriação camponesa.

1.1 A migração na ciência geográfica: conceitos e tipologias.

A migração tem sido objeto de estudo de várias ciências sociais como a Economia, a Sociologia e a Geografia, principalmente a partir do final do século XVIII, quando a migração assume características de um fenômeno global atrelada ao desenvolvimento do capitalismo. O desenvolvimento da demografia impulsionou de forma significativa os estudos migratórios, principalmente no que tange ao tratamento dos dados estatísticos, como também por se tratar de uma ciência que dá uma ênfase especial ao estudo da dinâmica populacional humana em seus diversos aspectos, dando subsídios às demais ciências.

No âmbito da ciência geográfica, este tema é tratado em um ramo específico da Geografia da População, como um dos elementos constitutivos da dinâmica populacional juntamente com a mortalidade, a natalidade e a fecundidade. Os estudos de migração na geografia buscam também entender os processos determinantes, identificar os fluxos migratórios, analisar as consequências da migração sobre a vida da população

e sobre o espaço. Existem vários tipos de migração que são objetos de análise como, as migrações internacionais e nacionais, essas últimas podendo assumir diferentes modalidades: rural-urbana, inter-regionais, interestaduais, sazonais, intermunicipais e pendulares.

Neste trabalho, não cabe uma definição exaustiva de cada um destes tipos de migração. A pretensão é recuperar, sucintamente, as diferentes concepções de migração utilizadas tanto pelos clássicos da geografia como por estudiosos de outras ciências, visando contribuir para os estudos sobre o tema na geografia. Além de destacar o que se produz hoje dentro da geografia sobre a questão migratória.

Pode-se apontar que no decorrer da história do pensamento geográfico os estudos de população ganharam relevo, principalmente a partir da contribuição lablachiana. O estudo dos gêneros de vida, da influência do meio sobre as populações e os impactos destas sobre o ambiente, impulsionou uma vasta produção, em especial da geografia francesa acerca das populações humanas, em princípio nos seus aspectos mais gerais, principalmente sua distribuição na superfície terrestre, mas houve relativos avanços, no final do século XIX, com Élisée Reclus e, no século XX, com Max Sorre, cujas contribuições serão tratadas a seguir.

Inicia-se a discussão com as contribuições de Élisée Reclus, especificamente, o seu estudo acerca do crescimento das cidades, em que ele aponta a migração como sendo um dos fatores preponderantes para o crescimento demográfico das cidades, como também causa para diversos problemas urbanos.

O referido autor dá início a sua discussão afirmando que, historicamente, existe uma força natural que atrai a homem ao solo e o distribui sobre a terra. Somado a isto, surge uma força no mundo moderno, referente ao século XIX, que agrupa os homens de forma oposta a essa força natural, distribuindo-os pelas cidades. Esses homens em sua maioria, afirma o autor, são provenientes do campo (RECLUS, 1985).

Apesar de Élisée Réclus estar situado cronologicamente anterior aos escritos de Max Sorre, constata-se um claro avanço metodológico em seu pensamento, pois ele enxerga a situação crítica em que se encontra o campesinato, principalmente o europeu, em período de forte expropriação. Réclus consegue identificar o processo que Marx chamou de acumulação primitiva, colocando-o da forma seguinte:

[...] os camponeses desapossados de sua porção de terra, por interesses de qualquer grande comprador ou por um capricho do senhor, que transforma os seus campos em pastagens ou em terrenos de caça; os serviçais do campo que os cidadãos atraem para junto de si... todos aqueles que, obedecendo a patrões, ou antes, ao mais tirânico dos patrões, a necessidade econômica, aumentam inevitavelmente a população urbana (RECLUS, 1985, p. 144).

Diferentemente, a análise de Max Sorre (1955) baseia-se, principalmente, no método ecológico. Ele defende a concepção da Geografia como uma ciência sintética, ao afirmar que os deslocamentos humanos são temas pertencentes também a outras ciências e cabe à geografia ter uma visão de conjunto. Uma das questões mais importantes que o autor apresenta diz respeito ao aumento do fenômeno migratório, decorrente, de um lado, das transformações dos meios de comunicações na metade do século XIX e, de outro, ao aumento sem precedente do número de viventes (crescimento vegetativo). Esses fatores seriam grandes impulsionadores dos movimentos migratórios.

O papel da revolução industrial no processo migratório fica explicitado, porém, sem colocar no centro da discussão o grande êxodo rural dos camponeses europeus, como fizera Réclus. A ênfase de Sorre centra-se no grande êxodo europeu para as Américas no século XIX, colocando em segundo plano a migração rural-urbana no interior dos estados nacionais.

Outra questão é a importância que a migração tem, segundo Sorre, em relação ao povoamento do ecúmeno. Em seus estudos sobre os pressupostos da Geografia Humana, ele dá uma atenção especial à migração, pois a considera como expressão da mobilidade no ecúmeno, definida “como permanência e mobilidade da espécie humana sobre a terra” (SORRE, 1984 p. 11).

O mesmo autor afirma que o uso do termo é amplo, podendo ser utilizado tanto para designar grupos humanos a procura de trabalho, quanto para referir-se aos deslocamentos de grupos animais pela terra, como se faz nas ciências naturais. Afirma ainda que este termo é largamente utilizado nas ciências humanas, o que contribui para um empobrecimento do mesmo. Para ele existiam grandes diferenças de conceituação seja de país para país, seja nas diferentes áreas do conhecimento, cada qual dando à migração um sentido segundo os diversos objetivos. Só na década de 1930, o Bureau Internacional do Trabalho conseguiu unificar as estatísticas nacionais e estabeleceu que

“todo deslocamento internacional deveria ser considerado migração” (SORRE, 1984 p. 125).

Sorre apresenta diversos tipos de migração, que, segundo ele, são as de mais comum ocorrência ao redor do globo. Ele tipifica tanto as internacionais como as internas em três grandes grupos, segundo o tempo de duração, a motivação, o tipo de migrantes, as atividades que irão exercer entre outras características (ver Quadro 1).

Quadro 1 - Tipos de Migrações, segundo Max Sorre

Grandes grupos de migração	Tipos de Migração	Sub-tipo
Migração de grupos organizados	Definitivo (espaço limitado, com ou sem fundação de estabelecimentos novos).	<ul style="list-style-type: none"> a) Migração de guerra (invasões\incursões de povos) b) Migração de caçadores, fazendeiros, agricultores após o esgotamento de sua terra. c) Forma avançada (colonização).
	Rítmicos, em um espaço definitivo em torno de uma instalação mais ou menos estável.	<ul style="list-style-type: none"> a) Nomadismo pastoril; b) Nomadismo de pesca caça coleta e agricultura com ritmo sazonal (cultura itinerante). c) Forma avançada, seminomadismo, vida agrícola e pastoril de montanha (frentes pioneiras).
	Sazonais no interior de um mesmo país	<ul style="list-style-type: none"> a) Agrícolas; b) Artesanais; c) Mercantis;
	Sazonais (muitas vezes com transporte de massa)	<ul style="list-style-type: none"> a) Fazendas no mesmo continente; b) Fazendas transoceânicas num mesmo domínio étnico;

Migrações individuais ou em grupos não organizados	Não sazonais, por vezes temporária, por vezes com intenção de um portador.	a) Migração forçada; b) Migração livre em um raio limitado; c) Deslocamentos em um grande raio e mais frequentemente definitivos; d) Êxodo Rural
Deslocamentos periódicos		a) Turismo; b) Peregrinação;

Fonte: SORRE (1955). Elaboração própria.

Max Derruau talvez seja um dos primeiros a inaugurar a linha de geógrafos humanos a estudar as áreas mais específicas da Geografia, a exemplo da Geografia da População e da Geografia Econômica. Inicialmente, este autor diz que rejeita até certo ponto, a estatística e que o estudo da população em geografia não pode se pautar apenas pela influência do meio físico. “Porém a geografia se interessa justamente pela interdependência de todos os fatores e notadamente a ligação dos sistemas de produção (mudanças) com o suporte físico” (DERRUAU, 1967 p. 42).

Esse autor, como a maioria dos que se dedicam à geografia da população, reconhece que os elementos de análise são o crescimento natural (balanço mortalidade-natalidade) e os deslocamentos humanos. Na maioria das vezes, o crescimento natural é mais importante que a migração, como fator de variação total. “Inversamente, no interior dos estados, as migrações interiores prevalecem muito sobre o balanço no nascimento-morte na formação das densidades regionais ou locais” (DERRUAU, 1967 p. 61).

Para Derruau (1967), nem todas as migrações se traduzem por uma mudança durável de domicílio, pois não se tem como saber a princípio se o indivíduo migrante vai ter “sucesso” no lugar de destino. Este autor distingue migrações internas de outros tipos. Essa diferenciação se dá através das fronteiras, pois se não há cruzamento de fronteiras, trata-se de migrações internas. Esta explicação pode parecer óbvia, mas os organismos oficiais não davam o tratamento correto ao fenômeno das migrações internas, o que fez com que se necessitasse de um maior esclarecimento.

Da mesma forma que Max Sorre, Derruau constrói uma tipologia das migrações, dividindo em dois grandes grupos. Porém essa classificação é bem mais sucinta do que

a classificação de Sorre. O primeiro grande grupo inclui as migrações permanentes, que ele divide da seguinte forma:

- a) Migrações de conquistas: Considera as grandes invasões da antiguidade, pois não levava apenas guerreiros à batalha, mas também mulheres, crianças e escravos;
- b) Infiltrações de povos, acompanhados ou não de uma conquista militar;
- c) Resultado da conquista: movimento das pessoas que fogem de conquistadores se deslocando para outros territórios;
- d) Os deslocamentos autoritários de trabalho, como os escravos africanos que serviram de mão de obra escrava na América.
- e) Os deslocamentos de população por razões nacionais; (DERRUAU, 1967).

O segundo grande grupo é constituído pelas migrações temporárias, as quais ele divide basicamente em: migrações sazonais, migrações por longo período de tempo e migrações de *pressé*. As primeiras estariam mais vinculadas às atividades agrícolas, durando em geral de 3 a 7 meses. A segunda consistia em uma migração de longo período, mas sem a intenção de fixação, sendo mais comum a migração masculina (DERRUAU, 1967).

Outra classificação proposta por Derruau foi à divisão clássica das migrações em internas e internacionais. Ele considerava como pressuposto principal para classificação em migração interna, o fato do não cruzamento de fronteiras. Para este autor os movimentos internos podem ser espontâneos ou dirigidos (ação do Estado).

Dentro das migrações internas chama a atenção, a migração entre o campo e a cidade, que ele compreende como sendo êxodo rural, diminuição da proporção da população rural, que teria relação direta com o crescimento das cidades e aponta que a falta de oportunidades de emprego e renda no campo é uma das principais causas. O autor coloca dessa forma:

As razões do êxodo devem-se primeiramente, ao fato de o campo parecer sem futuro. É o caso das regiões rurais superpovoadas, onde parte da população não encontra mais condições de vida que julgue decente. A percepção desta inferioridade pode ser devido a um aumento da população sem mudança do sistema de cultura, Ou uma (racionalização) que diminui o número de empregos agrícolas mais rapidamente nas regiões que se tornam de partidas (DERRUAU, 1967 p. 75).

Pierre George (1973) inicia a discussão sobre migração dizendo que ela faz parte da história da humanidade desde tempos antigos, como na pré-história. Quando ele se refere às migrações na pré-história, pode-se deduzir que esteja falando do nomadismo, que fez parte do cotidiano da humanidade quando o homem não tinha descoberto as técnicas agrícolas, as quais no futuro permitirão que o homem se torne sedentário. Ele enfoca ainda que a competência do geógrafo limita-se “aos estudos das migrações contemporâneas”.

O mesmo autor classifica as migrações em dois tipos: migrações econômicas temporárias e grandes migrações definitivas. As primeiras seriam para o autor, não uma migração de população, mas apenas migração de trabalhadores, para atender uma demanda imediata em países onde a população local não aceita trabalhos ingratos e mal remunerados. Ele cita como exemplo o caso dos italianos do sul que, na década de 1970, iam trabalhar nas minas francesas, alemãs e belgas e também o caso dos portugueses, iugoslavos, espanhóis e turcos que iam trabalhar em serrarias de floresta, na construção civil e nas grandes explorações agrícolas. Segundo o autor tais migrações,

surgem da necessidade de resolução para um problema imediato do emprego, quando o empregador ou o poder de tutela do empregador não desejam encarregar-se da instalação e da manutenção social de um excesso de população correspondente à necessidade de força de trabalho (GEORGE, 1975, p. 104).

As “grandes migrações definitivas” seriam mais difíceis de caracterizar, segundo Pierre George, e só poderiam ser definidas *a posteriori*, pois várias seriam as causas que levariam um imigrante a se fixar definitivamente: a criação de laços afetivos, o sucesso financeiro no país onde trabalha ou, ainda, quando as condições de vida estão tão precárias que impossibilita sua volta ao país de origem.

No seu estudo, Trewartha (1974) observa que a mistura de raças, línguas e pessoas de diferentes nacionalidades é uma evidência da grande mobilidade do homem sobre a terra. Para ele a migração sempre foi uma característica da população em todas as etapas de sua evolução e tem se intensificado com o progresso tecnológico e econômico da sociedade, além da eficácia dos transportes e meios de comunicação. Segundo Trewartha:

A migração não é determinada biologicamente e nem é universal, no mesmo sentido que são os nascimentos e mortes. Todos nasceram e

todos morrerão, mas somente alguns migram. Mesmos quando fortes incentivos estão presentes, a migração resulta apenas de um ato da vontade humana. (1974, p.166)

Nesta concepção, a migração é vista como fator positivo e a tomada de decisão é individual. Trewartha (1974) afirma ainda que é nas sociedades mais avançadas que a mobilidade se mostra mais intensa. Afirma também que a migração ocorre de maneira seletiva, ou seja, é mais comum entre jovens adultos do sexo masculino na faixa etária de 15 e 40 anos em função da maior facilidade de adaptação nessa faixa de idade. Porém, o mesmo autor afirma que apesar desta tendência geral nos padrões migratórios, não se pode generalizar de forma alguma o perfil dos migrantes. Como exemplo ele cita o caso das moças camponesas que, no século XIX na Europa, iam para cidades em busca de emprego doméstico. Ele discute outros fatores que podem influenciar o tipo de migrante como o lugar de origem. Assim se explicaria o fato de que nos países menos desenvolvidos há uma tendência de saída de homens, diferente de países mais avançados onde “as migrações de curta distância são predominantemente femininas” (TREWARTHA, 1974, p. 168).

Em relação aos tipos de migração, Trewartha apresenta cinco tipos gerais designadas por Petersen como: migração primitiva, migração forçada, migração impelida, migração livre e migração maciça. A primeira estaria associada aos povos primitivos e seria resultante da falta de condições ecológicas no ambiente em que estes viviam e da busca, em sua maioria, de terras semelhantes, para que pudessem exercer as mesmas atividades do lugar de origem, como o pastoreio e a agricultura. Quando não há escolha, trata-se de uma migração forçada e, quando o migrante tem algum poder de decisão, ter-se-ia a migração impelida. Com relação à migração livre, esta tem como principal impulsionador o próprio indivíduo e não um agente externo. Como exemplo, ele cita o caso dos europeus no século XIX em direção ao continente americano, mostrando que a maioria deles era constituída por românticos, aventureiros e intelectuais. A migração maciça constitui um movimento de massa resultante de padrões sociais e comportamentos coletivos. Além destes tipos, o autor chama atenção para os movimentos populacionais não permanentes, que se caracterizam por movimentos cíclicos cuja motivação principal é o trabalho.

Em seu clássico livro “Geografia de População”, Beaujeu-Garnier dedica vários capítulos para tratar das migrações internas e internacionais, sendo esta última mais

fácil de ser estudada pelo maior rigor dos dados estatísticos. Na sua concepção, a forma como um país se organiza internamente provoca uma reação em sua população, que seria o ímpeto de mudar de lugar. No decorrer de sua obra, a autora aponta que uma das causas principais que leva o indivíduo a migrar é o descontentamento, principalmente com a pobreza absoluta a que este indivíduo é submetido. Há também os motivos que atraem as pessoas para o lugar de destino como a busca de melhor estabilidade no trabalho, um melhor padrão de vida: “mas quase sempre acontece isso ser uma simples miragem e a verdadeira situação ser, simplesmente, outra forma de luta contra a pobreza” (BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 251). A autora assinala a existência de outras motivações, que não sejam de ordem econômica, denominando-as de motivos psicológicos. Estes motivos levam indivíduos a sair de seu local de origem, seja por perseguições de ordem ideológica ou política ou ainda o que ela chama a atração do grupo.

Quando a notícia do filho ou do amigo que partiu é boa, o movimento emigratório propaga-se e muitos indivíduos emigram por nenhum outro motivo senão o oriundo do sentimento de companheirismo, que une família ou amigos, ou simplesmente o do exemplo dado pelo primeiro a deixar a terra natal (BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 254).

Ao que Pierre George chamou de migrações econômicas temporárias, Beaujeu-Garnier dedicou um capítulo do seu livro *Geografia de População*, denominando-as de migrações rítmicas ou movimentos de temporada e cotidianos. Essas migrações foram classificadas como: a) nomadismo, que compreenderia à migração dos nômades; b) seminomadismo, ou seja, a migração “associada quer a um ponto fixo [...] quer a duas regiões que oferecem características climáticas nitidamente diferenciadas” (p. 287); c) transumância ou a transferência dos pastores com seus rebanhos das montanhas para os vales devido a mudanças climáticas no decorrer das diferentes estações do ano; e d) migração de temporada, que corresponderia a uma migração do tipo sazonal quando trabalhadores de uma área vão trabalhar noutra área em períodos de colheita que exigem grande quantidade de mão de obra.

Em relação à migração de temporada, Beaujeu-Garnier cita o caso dos Estados Unidos em que a “movimentação periódica da mão de obra agrícola restringe-se à colheita de produtos perecíveis” (p.293). Para os países “moderadamente adiantados”, remete ao caso da França, onde a beterraba ainda era exigente de uma grande

quantidade de mão de obra. Neste país, no ano de 1960, era grande a quantidade de trabalhadores de temporada provenientes da Bélgica, da Espanha e da Itália, principalmente, e de portugueses em menor escala para trabalharem na lavoura da beterraba, na colheita da uva, na cultura do arroz, na fabricação do açúcar e outros produtos. Discorre um pouco também sobre a África, pois, segundo a autora, as colheitas como a do amendoim no Senegal, do cacau na Nigéria Ocidental e em Gana, e do algodão no Sudão, carecem de grande suprimento de mão de obra. Nesses países, os trabalhadores se deslocam do norte para o sul.

Os estudos de Wilbur Zelinsky, publicados no livro intitulado “Introdução à Geografia da População”, apesar de reconhecerem a importância dos estudos de geografia da população e dos vários elementos que a compõem, incluindo aí a migração, dá pouca atenção a esta. Em um primeiro momento, este autor entende que a migração é um fenômeno que faz “parte das aspirações globais de uma sociedade, dentro da qual se relacionam comportamentos de tipo econômico, demográfico e outros” (ZELINSKY, 1969 p. 72). No seu entendimento, há uma mescla de fatores culturais e econômicos que levaria o indivíduo a migrar. Como exemplo ele compara o caso do forte processo emigratório dos irlandeses em que apenas parcialmente é explicado pelo fator econômico, diferentemente dos franceses que para ele relutam em deixar sua terra mesmo diante de condições econômicas desfavoráveis. Por outro lado, o fator cultural, segundo Zelinski, pode ser determinante quando um povo busca áreas do ponto de vista físico semelhante ao do seu lugar de origem, para poderem reproduzir sua cultura em um território equivalente.

1.2 As novas concepções e paradigmas.

Nos últimos anos, na Geografia, já se tem a ideia que a migração em si é um fenômeno geográfico, que estaria ligado aos processos de territorialização e desterritorialização, quando é tratada a questão das implicações territoriais. Já as questões mais existencialistas são vistas a partir da ideia de territorialidade e ser-lugar, homem-espaço, enfocando o estudo mais no indivíduo e não no grupo (MARANDOLA Jr.; DAL GALLO, 2009).

Para Damiani (1997), as migrações vão além da simples ideia de crescimento natural e do excesso de nascimento sobre morte. Na verdade, as migrações têm um

papel estratégico para o esclarecimento da relação existente entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação do capital. A mesma autora afirma que seja qual for o tipo de migração, internacional ou interna, ela é a prova dos processos de expropriação e de exploração que marcaram e ainda hoje marcam o desenvolvimento do capitalismo em países como o Brasil. De acordo com a autora, “os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a antiguidade até os nossos dias” (1997:62). O fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações.

Em outro momento de sua obra, Amélia Damiani ao tratar das migrações busca compreender este fenômeno à luz da geografia clássica, ressaltando que os estudos mais antigos preocupavam-se em estabelecer definições mais genéricas, simplificadoras e apontar causalidades absolutas. Como exemplo, ela cita que alguns estudiosos chegam a afirmar, sem nenhuma análise mais profunda, que o motivo principal para a emigração estaria na fecundidade da população rural. Não que este dado não tenha importância no estudo, mas restringi-lo apenas a isto seria desconsiderar outras causas que possam dar maior compreensão à totalidade do fenômeno.

A população e suas dinâmicas podem ser um problema como também um trunfo para o Estado e para as grandes corporações. Raffestin (1993) não deixou que isso passasse despercebido. Sobre população e poder, numa discussão sobre controle dos fluxos migratórios, diz que inúmeras são as classificações no que se refere às migrações, dependendo dos critérios adotados. De um modo geral, ele classifica a migração ou mobilidade em dois tipos: a autônoma e a heteronímica. A primeira seria resultado de uma escolha, não pressionada, uma decisão do migrante e a segunda se daria através da coerção, seria o deslocamento à força. O próprio autor ressalta casos em que não dá para dizer que se trata de migração autônoma, ou seja, quando o indivíduo tem que escolher entre o deslocamento e a morte.

Em relação às migrações internas, o mesmo autor afirma que elas, sobretudo neste período mais atual do capitalismo, são determinadas pelas estratégias das empresas e sua alocação. Essas empresas, principalmente as multinacionais, têm uma territorialidade abstrata e instável, exatamente o contrário da população. E por isso trata-se de uma relação que tende a ser favorável à empresa:

A relação é particularmente dissimétrica para a população que, em troca de um salário, deve aceitar a mobilidade e por isso romper com todo o meio simbólico e perder, ainda por isso, todo contato com uma informação existencial. (RAFFESTIN, 1993, p. 95)

Para Fabrini (2003), deve-se estudar as migrações em um contexto em que o sistema produtor está em crise, pois para este autor uma das principais características dessa crise é o deslocamento de pessoas a procura de melhoria nas suas condições de vida. Para ele “as migrações podem ser consideradas como uma forma de resistência e contraditoriamente, podem também evidenciar a subordinação dos migrantes ao sistema para acumulação de capital” (FABRINI, 2003, p. 5). Seria subordinação na medida em que os migrantes estariam sujeitos às condições impostas pela acumulação do capital e resistência, pois os mesmos, a partir da migração, teriam a possibilidade de liberdade diante do processo de subordinação de sua força de trabalho ao capital.

Os movimentos populacionais vinculam-se aos processos de expulsão tanto da população do campo como da cidade e não a um incremento de oferta de trabalho em alguma etapa da migração na concepção de Rossini (1996). Sendo assim, esta autora interpreta o fenômeno migratório como a expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. Na verdade, é da própria natureza do capitalismo a existência de um excedente de trabalhadores que está atrelado ao processo de acumulação do capital. Como afirma a autora: “Na realidade, a migração se constitui em um movimento necessário ao desenvolvimento capitalista.” (ROSSINI, 1996, p. 578)

Em relação aos estudos de migração na pós-modernidade, tem-se a introdução de novos elementos na busca de novas formas de apreender a realidade. Entre esses elementos destacam-se a cultura, a identidade, a valorização do lugar, as relações sociais e nuances psicológicas. Nestes estudos, os valores simbólicos ganham importância, na medida que os migrantes estabelecem relações territoriais diferentes do seu lugar de origem com o seu lugar de destino.

Muitos geógrafos costumam, ao tratar das migrações, apresentar os grandes troncos teóricos, dividindo-os desde as concepções clássicas até as mais atuais de tradição marxista. Pode-se constatar isto primeiramente em Mondardo (2007), ao assinalar que em todos os períodos da história das sociedades as migrações foram um traço marcante e um desafio para os pesquisadores na busca de formas de compreender este fenômeno. Em relação à migração e modernidade, este autor aponta a existência de

três grandes troncos teóricos, constatando a primazia do fator econômico. Em primeiro lugar, a concepção neoclássica segundo a qual “as migrações não têm uma expressão apenas demográfica, mas principalmente econômica, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico” (MONDARDO, 2007, p. 59). Esta concepção dá a ideia de liberdade do migrante e que os fluxos migratórios seriam na verdade a soma de decisões individuais e sua existência se daria por desequilíbrios espaciais. “Como consequência das diferenças regionais, a migração teria papel decisivo na eliminação dessas diferenças, atuando como fator corretivo dos desequilíbrios socioeconômicos do espaço.” (MONDARDO, 2007, p. 59)

A segunda corrente teórica, a qual ele denomina de histórico-estrutural, caracteriza-se principalmente pela busca de conjunturas históricas e geográficas específicas. Em vez de analisar os indivíduos, esta corrente tem como foco de seu estudo os grupos e classes sociais dentro de estruturas socioeconômicas, no caso a capitalista, para poder explicar a dinâmica migratória. Nesta corrente teórica, o autor destaca Paul Singer, com sua obra *Economia Política da Urbanização* como um dos grandes estudos realizados no Brasil.

O terceiro tronco teórico que o autor aponta é a mobilidade do trabalho e esta vem em substituição ao termo migração e se baseia na teoria marxista do trabalho. “A atenção às migrações conduz, necessariamente, às condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho” (MONDARDO, 2007, p. 62). Segundo Mondardo, o principal representante desta corrente é Jean Paul Gaudemar, em sua obra “*Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*”.

Da mesma forma, Becker divide os estudos de migração em dois enfoques, o neoclássico e o neomarxista. No primeiro enfoque, a migração é vista como elemento de equilíbrio das economias, principalmente nos países subdesenvolvidos em que a decisão de migrar é do indivíduo, não levando em conta as forças socioeconômicas. Neste caso, a industrialização e a modernização seriam as forças propulsoras das migrações. Esta visão é descritiva e de análise pontual. Analisa a migração através dos fluxos, dos resultados, através de mensurações e descrição dos fenômenos migratórios. Neste primeiro enfoque teórico, dentre os estudos mais tradicionais destacam-se as contribuições de Ravenstein (1885), Lee (1996) e Todaro (1969).

O segundo enfoque vai tratar a migração como a mobilidade da força de trabalho pela vontade e deslocamento do capital, ou seja, o trabalhador está sujeito ao modo de produção capitalista e às leis do Estado que servem ao capital. Na verdade, a própria expansão do capitalismo necessitou da liberação do trabalhador em relação aos meios de produção, tornando assim sua força de trabalho livre. Os camponeses são expropriados de sua terra pelos grandes proprietários e deslocados para as regiões industriais, destituídos dos meios de produção. Esta corrente não trata apenas do indivíduo, mas de grupos sociais. Este tipo de análise está estreitamente ligado aos processos de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A migração seria resultado de processos globais de mudanças e reflete a crescente subordinação do trabalho ao capital. Os principais representantes desta corrente são Singer (1973), Peek e Standing (1982) e Gaudemar (1977). Anteriormente foi visto que Mondardo faz uma diferenciação dentro da corrente marxista, separando a mobilidade do trabalho e o enfoque histórico-estrutural, diferentemente de Becker (1997) que aglutina as duas correntes antes citadas dentro de um grande enfoque teórico que é o neomarxista.

Becker define migração “como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relação de produção) e entre essas e seu ambiente físico” (BECKER, 1997, p.323). Para a autora, migrar não é apenas um ato de ir e vir, de se deslocar no espaço geográfico. É necessário entender que tipo de relações produtivas e com seu ambiente levou populações a se deslocarem do seu local de origem, de forma a possibilitar uma visão mais crítica sobre este tema.

1. 3 Migração e campesinato: do desaparecimento do campesinato à sua recriação.

A relação entre migração e campesinato como também sua visibilidade por parte dos intelectuais não é um fato novo. Já no século XIX o próprio Marx atenta para este fenômeno, mesmo que não seja o ponto central de sua obra. Quando este autor faz a discussão acerca da acumulação primitiva no capítulo XXIV de *O Capital*, fica evidenciado o processo emigratório do campesinato inglês, em vias de proletarização, em direção às cidades onde a indústria se desenvolvia com mais força. Este é o caso clássico em que o processo migratório mostra-se como um fenômeno que poderá levar ao desaparecimento do campesinato. Na Inglaterra do século XIX, esse processo esteve

relacionado ao cercamento das terras comunais e depois das parcelares que resultou na separação entre os trabalhadores e os seus meios de produção.

A Lei de Cercamento das terras comunais, legitimada pela jurisprudência inglesa, foi a responsável pela expropriação dos camponeses em favor da burguesia que estava diante do florescimento da manufatura de lã que exigia para seu desenvolvimento grandes lotes de terras para aumentar a criação de ovelhas para o seu abastecimento. (CORREIA, 2011, p. 29)

Neste sentido, segundo Marx, a “chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 1982, p. 830). Esse processo se deu de forma mais ou menos semelhante em outros países da Europa ocidental. Já é possível observar em Marx que o rural exerce um papel residual e secundário na relação com a cidade, sendo o primeiro subordinado a esta.

É importante esclarecer que essa interpretação realizada por Marx se deu com base num contexto temporal e espacial específico. Apesar disso, muitos consideraram que ela poderia ser aplicada de forma linear entendendo a migração como uma das consequências do processo de expropriação fundiária que levaria inexoravelmente ao processo de extinção do campesinato.

Do mesmo modo, Lênin, ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, afirma que “o desenvolvimento da migração impulsiona com vigor a desintegração do campesinato, especialmente do campesinato agrícola” (1982, p. 119). Como sua análise se baseia na diferenciação social do campesinato, este autor tenta mostrar que, no processo de migração, são os camponeses médios que geralmente emigram, ficando no campo o que ele chama de extremos, ou seja, os camponeses pobres e o campesinato rico ou a burguesia rural. Sendo assim, os camponeses pobres tenderiam a se proletarizar, por outro lado, os camponeses ricos formariam uma nova classe, a burguesia rural, descaracterizando assim a condição camponesa em ambos os casos.

Tanto o pensamento de Marx quanto o de Lênin baseavam-se em realidades distintas e tinham como objetivo entender como se deu o processo de formação e avanço do capitalismo, enquanto modo de produção. Lênin se debruçou com maior afinco sobre a realidade agrária (no caso da Rússia) e de como a penetração das relações capitalistas no campo, seria um vetor de desintegração do campesinato.

Chayanov (1981) faz uma análise teórica do campesinato diferente daquela realizada pela economia clássica. Para ele, a análise do campesinato não pode ser feita a partir de categorias econômicas específicas do modo de produção capitalista tais como preço, capital, lucro, salário. Para ele essas categorias são inseparáveis e “na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente.” (CHAYANOV, 1981 p.136). Daí quando ele analisa a economia natural, leva em conta que a unidade familiar camponesa é ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo. O equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho é um dos pontos centrais para o entendimento da proposta de Chayanov.

Partindo desse pressuposto, o referido autor não vê como vantajoso, por exemplo, o arrendamento e a compra de terra, desde que implique em aumento maior na penosidade do trabalho do que na satisfação da demanda da unidade familiar. Toda decisão da família, inclusive o trabalho fora da unidade familiar, leva em consideração o equilíbrio entre consumo e penosidade.

No bojo dessa discussão, Wolf (1974) mostra que a migração não leva necessariamente a um processo de desintegração do campesinato, desde que seja periódica ou sazonal. Pelo contrário, a família camponesa pode através da migração aumentar sua rentabilidade, adicionando mais capital à propriedade. Em suas palavras:

A riqueza adicional pode também ser conseguida enviando-se filhos ou filhas bem dotados em busca de recursos fora do ambiente camponês (...) outros a deixam sazonal ou periodicamente, com o objetivo de adicionar a seu capital líquido doméstico injeções de fontes exteriores (WOLF, 1974 p. 96).

O mesmo autor vê na industrialização um fator que implica diretamente na dinâmica da família camponesa, principalmente no que se refere ao processo de emigração, como também na relação entre terra/capital.

A industrialização teve um efeito quase imediato num grande número de pessoas na agricultura. À medida que os empregos na indústria se ampliaram, os subempregados ou que o fazem sazonalmente na agricultura emigram para buscar trabalho nas fábricas. Essa migração reduz a população, deixando uma quantidade maior de terra e de capital *per capita* na área rural (WOLF, 1974, p. 102).

Para Woortman:

A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante

de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para permanência camponesa” (1990, p. 35).

Em meio a esta discussão, Menezes (2002) apresenta a categoria de camponês-trabalhador migrante, que se constitui como um termo novo, embora seja um fenômeno social antigo. Pode também ser chamado de trabalhador migrante, trabalhador sazonal, migrante temporário ou migrante circular. Esse tipo de trabalhador pode ser encontrado em diferentes países de diferentes continentes independentes do seu grau de desenvolvimento, em sociedades capitalistas ou socialistas. Esses trabalhadores remontam desde o século XVIII e, geralmente, quando trabalham nas cidades o fazem em setores industriais e de serviços e, na agricultura, são contratados em períodos de safras onde se necessita de grande mão de obra.

Desse modo os camponeses-trabalhadores são, em sua maioria, homens e migrantes, pois a atividade que passam a exercer na maioria das vezes se encontra distante de seu local de morada. Tanto pode ser como assalariado agrícola como trabalhador em outra atividade. Seja como for, eles têm vida dupla, são horas de trabalho fora de sua terra e menos trabalho em sua própria propriedade.

A migração masculina é parte da organização familiar e indissociável do trabalho da mulher na terra e sua responsabilidade pelo trabalho doméstico socialização de crianças e reprodução de novos trabalhadores. (MENEZES, 2002, p.20).

Este tipo de trabalho exerce um papel fundamental, no que diz respeito à manutenção da família camponesa bem como a sua recriação. Isso se explica pelo fato de que os rendimentos do camponês-trabalhador migrante são reinvestidos na propriedade familiar. Menezes discorda ao afirmar que em termos materiais eles sejam proletários, pois as remessas de dinheiro são essenciais para a existência de relações não capitalistas.

Fabrini (2002) entende, como muitos outros autores que as migrações, principalmente sazonais, estão entre os elementos de reprodução da agricultura camponesa, identificando-as como estratégias de reprodução das famílias camponesas. A ideia defendida é que aquelas famílias desenvolvem estratégias que viabilizem sua reprodução não apenas do ponto de vista produtivista, enquanto relação puramente econômica, mas também realizam atividades que estão fora do seu espaço de produção seja lote ou sítio, submetendo o camponês a funções não agrícolas inclusive de

assalariamento, mas que não os descaracterizam como tal e que permitem, até certo ponto, a sua permanência na terra.

Como se vê, existe todo um debate acadêmico do que diz respeito à relação existente entre migração e campesinato. Este debate ora afirma que a migração é um dos elementos que leva à desintegração do campesinato, ora defende a possibilidade de recriação da classe camponesa dentro do modo de produção capitalista, considerando o fenômeno migratório como sendo parte de sua estratégia de reprodução.

Diante do que foi colocado, não há como não chegar a afirmar que a relação entre migração e campesinato é um fenômeno próprio do capitalismo, pois historicamente em outros modos de produção, em particular no feudalismo, havia uma presença maciça de camponeses que pelo fato de estarem ligados à terra, tinham forte limitações de mobilidade espacial. Como bem afirma Targino,

Os camponeses formavam a grande maioria da população trabalhadora. Embora houvesse também alguns camponeses livres, em regra geral, eles não eram juridicamente livres e, portanto, não tinham o direito de propriedade, mas apenas de uso da terra. Como esta força de trabalho estava ligada à terra, era diminuta a mobilidade espacial da população (2008, p. 7).

Posto esse debate teórico, procura-se adicionar novos elementos à discussão, particularmente introduzindo a noção crítica de território, na perspectiva de fazer uma leitura da realidade estudada, bem como abordar questões relativas ao campesinato em luta e à formação dos assentamentos rurais.

1.4 A perda do território: a exclusão da terra.

O processo migratório não pode ser entendido sem que se leve em conta os processos territoriais¹. Haesbaert (2004) chama atenção para a incorporação da ideia de movimento ao território, deixando de lado a compreensão deste como algo estático, atemporal. É certo que a mobilidade não pressupõe necessariamente a perda do território, pelo contrário, a partir da noção de território descontínuo, o migrante vai construindo seus territórios através de suas trajetórias.

¹Entende-se processos territoriais como sendo a expressão das dinâmicas sociais circunscritas ao território.

Na verdade, esses processos não ocorrem de forma linear, pode-se dizer que tanto os camponeses ou a classe trabalhadora em geral quanto o capital comportam-se de maneira que as desterritorializações acontecem simultaneamente às re-territorializações. O movimento é difuso, mas segue uma lógica de que a materialização do capital no território, sua territorialização e seu caráter monopolista é a força impulsionadora desses processos, não é única nem absoluta, contudo é a mais avassaladora e ordenada que leva os trabalhadores do campo e da cidade a desenvolverem novas estratégias de sobrevivência, dentre elas a migração. Nesse sentido, concorda-se com o que coloca Mendonça:

A desterritorialização de milhares de famílias camponesas – aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho; a precarização do trabalho, tanto no campo como na cidade que se intensificou mediante a modernização da agricultura, e a materialização da hegemonia do capital industrial e financeiro promovem uma significativa mobilidade espacial dos trabalhadores. A divisão técnica do trabalho acelera a acumulação primitiva, avançando a divisão social do trabalho, propiciando a expropriação dos camponeses e trabalhadores da terra, levando-os a buscar novas formas de sobrevivência como trabalhadores assalariados. Essa migração, apoiada e incentivada pelo aparato estatal ansioso por atender as demandas do grande capital, ou seja, mão-de-obra disponível e barata expressava as próprias condições de manutenção das elites, pois para isso se apropriaram das necessidades dos excluídos. (MENDONÇA, 2004, p. 114)

Seguindo este raciocínio, Mondardo afirma que:

(...) a des-re-territorialização é um processo que participa dos movimentos migratórios (em graus variados) na medida em que o migrante se desloca no espaço, que muda de espaço e tempo, que se desenraíza pela alternância de suas relações sociais. Contudo, cada desenraizamento (a desterritorialização) tem sua dupla face, o reenraizamento (a re-territorialização), que conforma dialética da mudança, do fazer-se e refazer-se em novo tempo espaço (MONDARDO, 2009 s/p).

Haesbert ainda chama a atenção para o caráter mais dinâmico do território “incorporando a noção de território-rede” a partir do qual se pode “conceber uma espécie de territorialização no movimento” (2006 p. 236).

Não se pode abordar teoricamente a desterritorialização, sem falar da trágica e imensa exclusão que historicamente o campesinato brasileiro sofreu durante toda sua história. Esse campesinato sempre foi caracterizado por um precário acesso à terra,

chegando até apresentar um aspecto nômade, ao passo que do projeto colonial ao avanço do capital no campo, estes camponeses foram sendo empurrados para as fronteiras agrícolas. Dessa forma, a exclusão da terra, o desraizamento, a desterritorialização, são definições diferentes que tratam de um único processo, a imensa concentração de terra no Brasil e a exclusão histórica dos camponeses em relação à terra.

Para poder se chegar à relação entre campesinato e território, é preciso discutir preliminarmente dois processos derivados do território: des-territorialização e re-territorialização. O primeiro será objeto de discussão nesse item e o segundo objeto de discussão posterior. Aqui, também, sempre que possível, será necessário remeter à luta pela terra, pois esta se constitui em uma luta pelo próprio território.

Saquet (2010), citando Ianni (1992), afirma que o fenômeno da desterritorialização está diretamente relacionado com a dinâmica empreendida pelo capitalismo no espaço; modo de produção contraditório e desigual que se encontra em constante expansão. “Muitas coisas se desenraizam, econômica, política e culturalmente (...) mas sempre levam consigo implicações sociais, políticas e culturais”. (IANNI, 1992, *apud* SAQUET, 2010, p. 132).

A desterritorialização se refere “a processos de perda del território derivados de la dinámica territorial y de los conflictos de poder entre los distintos agentes territoriales” (GÓMEZ e MAHECHA, 1998, p. 123). Estes autores levam em conta o caráter político-econômico do território, pois para eles a des-territorialização é um processo do qual participam tanto as dinâmicas territoriais, quanto os conflitos por elas gerado.

O processo de desterritorialização é inerente à produção do espaço, pois assume um viés fortemente econômico. O padrão tecnológico imposto pelo capitalismo tanto no campo como na cidade, surge como um elemento fundamental de nosso tempo, chegando ao ponto de alguns autores afirmarem que a desterritorialização é “a questão final deste século” (VIRILO, 1982, *apud* HAESBAERT, 1995 p. 166).

No bojo desta discussão, chama-se a atenção às novas estruturas econômicas que estão postas pelo chamado capitalismo de acumulação flexível que no processo de desterritorialização, participam tanto as empresas capitalistas (nível econômico), quanto o próprio Estado, através das políticas públicas (nível político).

é ao mesmo tempo uma decorrência do acesso extremamente desigual às novas tecnologias e à informação, da velocidade cada vez maior dos transportes e das comunicações (que leva propostas polêmicas como a da superação do tempo pelo espaço) e de seu caráter excludente e fragmentador em termos de força-de-trabalho (propagando cada vez mais o desemprego, a terceirização e o trabalho temporário). (HAESBAERT, 1995, p. 168).

De certa forma, o processo de desterritorialização está ligado a uma concepção teórica que toma o território na sua dimensão real (relacionado à área), que difere da ideia de território-rede ou território descontínuo como prefere chamar Souza (1995). Nesse sentido, Saquet coloca que “os territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas (...) os territórios são desconstruídos em escalas temporais e podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (2010, p.134).

Em toda história de formação do campesinato brasileiro, desde seu início à margem do latifúndio, submetido a uma insegurança em relação à posse da terra, ele vem sendo uma vítima constante do processo de desterritorialização imposto pelo capital seja na forma mercantil (durante o período de colonização), seja na forma monopolista (período atual).

Outra questão é o processo histórico de concentração fundiária que levou, inegavelmente, à expropriação/exclusão dos camponeses do acesso à terra. Isto se fez e se faz presente em toda história brasileira, e tem como consequência direta os processos de mobilidade populacional tanto para as cidades como para as áreas de fronteiras agrícolas. E tem, na atualidade, cada vez mais nitidez, ao passo que o avanço do capitalismo no campo se mostra cada vez mais intenso e a apropriação do território cada vez mais uma necessidade do capital.

Na verdade, o que se apresenta é que uma vez expulso da terra o camponês vê-se com poucas alternativas para garantir sua sobrevivência; uma delas seria justamente a migração, daí decorre um processo de desterritorialização, que pode ser um rompimento/dezenraizamento total com seu modo de vida camponês, mas que também pode significar um re-enraizamento desse modo de vida em outro território. Sobre isso Medeiros (2007) coloca que:

O processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física além de fazer com que perca ou pelo menos deixe adormecidos seus costumes, suas relações

interpessoais, seu cotidiano. Perde-se a identidade territorial existente (p. 3).

A migração pode ser vista até mesmo como uma forma de se buscar a territorialização, ou melhor, dizendo a re-territorialização. Nesse caso, Haesbaert apresenta o exemplo dos agricultores e indígenas, que expropriados de suas terras, e na mobilidade buscam territórios para sua sobrevivência enquanto grupo. Haesbaert afirma que: “Migram para encontrar terras que possam utilizar (dimensão econômico-funcional do território) e através das quais possam reconstruir ou manifestar sua identidade cultural (dimensão simbólica ou expressiva do território)” (HAESBAERT, 2006, p. 247).

A respeito desta relação entre desterritorialização e migração, Santos, com um viés diferenciado, coloca que na atualidade a mobilidade virou praticamente um preceito, a ideia de desterritorialização vem à tona, pois para ele isso significa também um estranhamento e uma desculturização. Em suas palavras, “Quando um homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.” (SANTOS 1997, p. 263)

Este autor ainda menciona que a memória que os migrantes trazem consigo não tem muita utilidade no novo espaço de vivência tendo este que criar novas experiências e vivências com o novo meio. Isto dá a entender que sua análise parte da ideia que a migração é um processo que rompe com as relações que o indivíduo mantém com seu território de origem, ou seja, sua territorialidade, porém ao não verticalizar a discussão Santos, acaba não deixando claro o que ele pretende de fato colocar, o que nos leva a entender que em todo o processo migratório há um desenraizamento, quando se sabe que as diversas modalidades de migrações sugerem que os seus desdobramentos sejam diferenciados, a exemplo de migrações temporárias, sazonais e pendulares.

1.5 Os Assentamentos Rurais como território? Processos de re-territorialização/recampesinização

Pretende-se aqui entender os processos de re-territorialização e recampesinização como sendo faces ou denominações do mesmo processo, ou seja, quando o camponês se restabelece enquanto sujeito ele o faz através da conquista da terra, mais precisamente do território, portanto a recampezição constitui nada mais do que a re-territorialização do campesinato.

De início, concorda-se com Haesbaert ao dizer que a re-territorialização dominante nos dias atuais é um processo complexo e geralmente vinculado com a ideia do caráter funcional do território. Neste caso, é a partir da produção do espaço que as dinâmicas territoriais se processam tendo como consequência contínuos processos de desterritorialização e re-territorialização.

Como não há como dissociar ambos os processos (desterritorialização e re-territorialização), Medeiros coloca que:

o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de re-territorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/re-territorialização), forças sociais, econômicas, políticas atuam como elemento de manutenção, expulsão ou atração (quanto no processo de re-territorialização) de grupos envolvidos. (2007 p. 3-4)

Há de se colocar que o processo de re-territorialização tem como principal elemento o refluxo, ou seja, a recriação dá-se na verdade a partir de um novo rearranjo espacial que os sujeitos sociais, até então desterritorializados, recuperam através de novas relações de poder o território, mesmo que esse não seja o mesmo do qual anteriormente foi destituído.

No caso do camponês que, na condição de migrante, participa ou não de algum movimento de luta pela terra² e busca através dela ou da própria mobilidade sua re-territorialização, esta se concretiza seja através do processo de luta gerador de um novo território para o camponês, os Assentamentos Rurais, seja através do seu re-enraizamento em outro território.

Os acampamentos rurais representam uma etapa da re-territorialização camponesa mesmo que seja uma re-territorialização precária, melhor dizendo como uma estratégia de luta dos movimentos sociais. Esta precariedade foi agravada pela impossibilidade legal, decorrente de medidas provisórias aprovadas no início dos anos 2000, dos acampamentos se instalarem nas terras pelas quais os trabalhadores lutam, fazendo com que este território transitório se estabeleça na maioria das vezes entre a cerca da propriedade e o asfalto.

²O camponês na condição de migrante, também pode se re-territorializar, fora dos espaços de luta dos movimentos sociais. É o que acontece quando se estabelecem em áreas de fronteira agrícola.

A partir do que foi colocado, entende-se que falar dos assentamentos rurais no Brasil é remeter a toda uma história de conflitos no campo brasileiro, embora nem todos os assentamentos tenham surgido através de tais conflitos³. Partindo dessa constatação, tem-se que, no Brasil, os assentamentos rurais surgem no contexto da intensificação do processo de expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras pelo avanço do capital no campo, formando uma massa de trabalhadores sem-terra, que se organizam e reivindicam o direito de voltar à terra.

Dessa forma, as tensões no campo só foram aumentando como também as pressões sobre o Estado, que para diminuir as tensões encontra nos assentamentos, ainda que timidamente, uma forma de atenuar os conflitos e, de algum modo, modificar, mesmo que de forma modesta, a estrutura agrária do Brasil.

Nas duas últimas décadas, vê-se o aumento do número de assentamentos em todo Brasil. Por outro lado, deve-se ter em mente que o atual modelo de reforma agrária é uma proposta do estado para dar resposta aos conflitos “sem alterar a estrutura do poder e a concentração de terra e concentração de renda. É uma política pontual e localizada, que não enfrenta a estrutura da desigualdade social existente no campo.” (GONÇALO, 2001 p.19) Pode-se fazer uma leitura da natureza compensatória da política de assentamentos, em que a ação do Estado vem no intuito de amenizar o conflito social.

Sendo assim, existe a necessidade de buscar algumas definições do que seja assentamento rural. Que forma espacial é esta que se apresenta razoavelmente recente no campo brasileiro e tem promovido uma nova dinâmica no mesmo? Este termo surgiu pela primeira vez na reforma agrária venezuelana, na década de 1960. Segundo Bergamasco e Norder:

(...) os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária (1996, p. 07).

³Os assentamentos podem surgir pelo interesse do proprietário rural em se desfazer de suas terras. Pode-se também citar o programa do Banco da Terra, que não constitui nenhuma forma de luta por reforma agrária.

De acordo com tal definição, entende-se de maneira genérica que os assentamentos são uma resposta à luta pela democratização da terra em que os movimentos sociais pressionam o Estado e este aparece como mediador do conflito. O objetivo final é a fixação do homem no campo e a melhoria da condição de vida da população camponesa. Nesse sentido, “a reforma agrária é uma questão política e de justiça social, além de ser um instrumento de contenção do êxodo rural” (GONÇALO, 2001 p. 57). Porém o assentamento rural é mais do que isso. Como afirma Carvalho, ele constitui:

Uma encruzilhada social (...) um agregado heterogêneo de grupos sociais, constituídos por famílias de trabalhadores que antes não possuíam terra e, dessa forma, se apossam formalmente das mesmas. Assim a partir do momento, passam a se encontra face a face nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico em que irão reproduzir seus meios de vida e trabalho (2010, p. 16).

Nesta discussão, cabe levantar uma questão: é possível haver diferença entre os camponeses de um assentamento e os camponeses de outra área rural qualquer? Para LEITE (2006, *apud* DUQUE et al., 2004, p. 111), “os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado e é essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e por consequência, os assentados, como segmento social diferenciado”.

Essa diferenciação se dá em vários níveis, a começar pela forma de acesso à terra, vale dizer da relação dos assentados com a terra. Em muitos dos assentamentos, não há nenhuma relação anterior entre a terra pretendida e os acampados. O PA Tiradentes é um exemplo disso. A maioria dos acampados, apesar de serem do município de Mari, não pertenciam à Fazenda Gendiroba, apenas algumas famílias mantinham essa relação com a terra. Por outro lado, no caso do PA Frei Damião existe sim essa relação, pois praticamente todas as famílias trabalhavam e viviam na terra que eles reivindicavam.

As diferenciações também podem ser detectadas em nível das relações com os agentes externos, seja nas formas de articulação com os movimentos sociais, seja no modo como os assentados se relacionam com os diferentes agentes do Estado e com suas políticas e visões.

Essas diferenciações, por vezes, se repercutem no conflito entre as utopias sociais e as utopias espaciais. A esse respeito Mitidieiro Jr.(2011) afirma:

Duas experiências de assentamentos rurais mostram claramente a supremacia da utopia espacial frente às utopias sociais: 1) a imposição pelo Estado da estrutura espacial do assentamento, tendo como lugar de moradia a agrovila e; 2) o incentivo dos movimentos sociais pela organização da produção de forma coletiva. Ambas as iniciativas acabam por negar as utopias sociais da família camponesa. A construção da agrovila muitas vezes vai de encontro às idealizações dos camponeses de estarem na sua terra com a sua família, além disso, as agrovilas geralmente estão distantes dos lotes, portanto do lócus onde se projeta trabalho, dificultado as estratégias produtivas. A produção coletiva, a qual tudo é de todos e todos trabalham em conjunto, também fere o *ethos* camponês ao negar o caráter individual/familiar que esses sujeitos sociais projetam no trinômio: terra, trabalho e família (2011).

Da discussão feita até o momento, percebe-se que não é uma tarefa fácil conceituar os assentamentos rurais, principalmente devido a sua natureza diversa. As distintas formas de luta, os diferentes movimentos sociais envolvidos, a natureza diferenciada do campesinato brasileiro entre outros fatores fazem parte da realidade dos Assentamentos no Brasil. Por isso, de uma maneira geral, os assentamentos e sua etapa anterior (os acampamentos) são “espaços de reinvenção da sociedade através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania” (SAUER, 2010 p. 38).

A criação dos Assentamentos Rurais gera transformações sociais, econômicas e políticas em nível local e até regional. Uma nova organização política e social se constitui, com base em uma experiência diferenciada já explícita no período de luta e que tem de certa forma continuidade a *posteriori* nas formas de organização interna como associações e grupos que se estruturam no interior do assentamento.

Segundo Carvalho,

Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmo social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossar-se formalmente desta terra. Este espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social (1999, p. 7).

Numa perspectiva geográfica, o assentamento rural pode ser concebido como um novo território, quando se pensa sob a óptica de um espaço apropriado e fruto de um

conflito de classe. Mas o que se tem, concretamente, é uma fração de território dentro de um território maior dominado pelo capital. Alguns ainda afirmam entre eles Carvalho (1999), que os assentamentos são parcela do território rural. Assim, pode-se colocar que o assentamento se constitui como uma nova territorialidade, uma novidade no rural brasileiro, pois aí se estabelecem novas relações espaciais que até então não existiam.

O caráter da adjetivação do Assentamento como um novo território, seria mais na intenção de diferenciá-lo em relação a sua situação anterior de latifúndio, apesar das limitações explicativas. Pois, agora, esse novo território representa um lugar de morada, da produção de base familiar, da policultura, representando o fim da exploração do modelo latifundiário monocultor. Porém, não deixa de haver uma subordinação, como diz Miditieirol Jr., “uma resistência subordinada”. Essa ideia é reforçada por Alentejano,

As interpretações teóricas acerca dos movimentos sociais na geografia são recentes. A principal tendência centra-se na busca de uma espacialidade/territorialidade dos movimentos sociais. O principal problema dessa linha de interpretação está na construção da ilusão da autonomia do controle sobre o território por parte dos movimentos sociais (p. 103). O que não se considera aqui é que a conquista da terra de trabalho não representa mais que a ilusão da autonomia, pois a partir daí passa a operar outros mecanismos de subordinação. Afinal, as relações de trabalho e o regime de posse da terra são apenas parte das relações sociais de produção e não sua totalidade. (ALENTEJANO, 2007, *apud* MITIDIEIRO JR., 2011, p. XX)

Sendo assim, para compreender o assentamento rural como um território ou fração de um território, precisa-se entender quais são as bases teóricas que possui a geografia. Saquet (2010) diz que a incorporação da crítica marxista ao estudo do território lhe imprimiu um caráter de conflito social, que se forma através da luta dos grupos sociais que dele se apropriam. Dessa forma, a luta pela terra que na maioria das vezes dá origem a um assentamento é, na verdade, a luta por um território, como afirma Fernandes (2005). Para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão de sua existência.

Neste debate, com base em Fernandes (2005), que entende o território como espaço de conflitualidades e desenvolve, posteriormente, a ideia dos múltiplos territórios, pode-se concluir que além de uma fração do território, o assentamento rural pode se constituir como um território, quando se pretende distingui-lo da situação

anterior, considerando que os assentamentos de uma forma genérica são fruto de disputas territoriais.

Deste modo, para melhor elucidar a ideia de assentamento rural como território, Fernandes (2008) apresenta uma nova leitura acerca do território. Para o autor, deve-se superar o território entendido apenas como espaço de governança. Segundo este autor, o território se divide em primeiro e segundo. O primeiro seria o espaço de governança em suas mais diversas escalas seja nacional, estadual ou municipal. O segundo território é formado pelas propriedades particulares, nesse sentido o segundo território se constitui como fração do primeiro. E ao final do processo de luta vê-se claramente a apreensão por parte dos sujeitos envolvidos de sua “vitória” diante do Território de Exploração.

Essa visão coloca o assentamento enquanto um território, no sentido de uma parcela de um território maior, que é o da governança. Aceita-se o ponto de vista que os assentamentos são frações de território, não por serem unidades territoriais dentro de territórios municipais, mas porque se encontram em um território nacional dominado pelo capital. Como a contradição e os conflitos sociais, através da apropriação, são elementos fundantes do território, ocorrem manifestações de territórios espalhados pelo Brasil que buscam uma nova forma de organização e construção do território, pautado na solidariedade e na luta dos trabalhadores em contraposição às formas exploratórias do capital. A esse território Moreira (2006) denominou de “Territórios de Esperança”, que vai muito além apenas dos assentamentos rurais, mas abarca toda a luta e a apropriação dos espaços pela classe trabalhadora, até então dominados pelo capital. Apesar de se buscar uma nova forma de organização, em contraposição ao modelo anterior, não deixa de ser eivado de contradições. A autonomia na gestão desse território é um dever, pois essa ainda é uma etapa não alcançada pelos Assentamentos Rurais no Brasil, inclusive pela ingerência do Estado na organização interna dos mesmos. Este fato não nega, mas, ao contrário, reforça a ideia de “territórios de esperança”. Sobre as dificuldades presentes nos assentamentos, Mitidieiro Jr. coloca que:

É na materialização da conquista da terra que emerge uma série de dilemas que, a meu ver, devem ser encarados pelos pesquisadores, movimentos sociais e pelo Estado, uma vez que problemas socioeconômicos marcam o processo de efetivação dos assentamentos em todo o Brasil. Sendo que o trabalho na terra e a produção de alimentos, a princípio objetivos elementares da luta pela terra e da

realização da reforma agrária, aparecem como grandes gargalos na transmutação de sem terra a assentado (2011).

A visão apresentada por Fernandes coloca a discussão da existência de diferentes territórios no interior do espaço geográfico (FERNANDES, 2008). É importante ressaltar esta discussão para se compreender a existência de uma disputa territorial entre o campesinato e o capital no território nacional. “Como os territórios são criações sociais, temos vários territórios, que estão em constante conflitualidades. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades” (FERNANDES, 2008, p. 282).

Fernandes também discute a necessidade de se propor um modelo de desenvolvimento territorial que se diferencie da tendência geral dos governos de pensarem na perspectiva do agronegócio como um modelo a ser seguido pela agricultura camponesa. Ele afirma que “o desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamento como territórios” (FERNANDES, 2008, p. 297).

No Brasil, os Projetos de Assentamento constituem o elemento central da ideia de recampesinização, que trata do aumento do número de camponeses tanto em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos. Ploeg (2008) ao estudar a comunidade camponesa peruana de Catacaos apresenta as mudanças significativas que foram levadas a efeito pelo processo de recampesinização. Este processo se deu através da transformação das antigas *haciendas* em cooperativas e a consequente divisão das terras, a apropriação maciça de terra e água por camponeses sem terra, resultando no aumento do número de proprietários individuais de terra e na realocação dos jovens dos bairros mais pobres para as comunidades rurais.

Outro ponto que chamou a atenção de Ploeg foi a re-territorialização dos chamados *golondrinos* (andorinhas migratórias). Tratava-se de camponeses sem terra que trabalhavam na colheita de algodão do Baixo Piura, se deslocando constantemente de um lugar para o outro. “A vida dos *golondrinos* era miserável e insegura” (PLOEG, 2008 p. 82), mas sua re-territorialização foi de extrema importância para a significativa mudança no padrão de vida destas populações, que através da luta camponesa por terra conseguiram deixar a condição de migrantes temporários. Essa mudança significou uma

melhoria significativa, principalmente nos padrões de consumo e em práticas agrícolas que diminuíssem a dependência dos camponeses em relação aos mercados de insumos agrícolas. Mesmo assim, hoje, essa comunidade se vê ameaçada pelo avanço do agronegócio na região, que se utiliza do território através da apropriação de terra e água.

Do mesmo modo de Ploeg (2008), usando o termo recamponesação, Carvalho (2010) se utiliza do Censo Agropecuário de 2006 para afirmar o crescente número de camponeses no Brasil. Segundo os dados por ele analisados (censos de 1995/96 e de 2006), houve um aumento de 6,5% no número de estabelecimentos, principalmente nos inferiores a 100 hectares. “Sou inclinado a supor que estamos perante um processo, ainda que incipiente, de recamponesação no Brasil, seja pela expansão da fronteira agrícola seja pela reforma agrária” (CARVALHO, 2010 p. 6).

Podemos visualizar isso na realidade através dos estudos de Silva (2009), que apontam através da análise da migração em alguns assentamentos do estado da Paraíba, que uma boa parte dos assentados tem como origem primeira o campo, mas ao terem seu território expropriado boa parte deles foi morar na cidade, mesmo que continuassem a trabalhar com a agricultura. Posteriormente, através da luta, seja de ocupação ou resistência, juntamente com os agentes mediadores (sindicatos rurais ou movimentos sociais), os mesmos tiveram a possibilidade de se re-territorializar em um novo território, os Assentamentos Rurais, dando origem a um campesinato “reformado”.

Isso fica explícito através dos dados apresentados pelo referido autor. Verificou-se que em relação ao lugar de moradia anterior dos assentados, 60% residiam na zona urbana quer seja no município de origem quer seja em outro município, enquanto que 40% residiam na zona rural do mesmo município. Outra questão apresentada neste estudo refere-se a que, mesmo depois dos assentamentos, os movimentos migratórios não cessam, principalmente em relação aos jovens, que têm na migração temporária uma forma de alcançar os desejos de consumo da sociedade capitalista.

2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DA MATA E SERTÃO PARAIBANO

Este capítulo trata da formação territorial dos dois espaços que são objeto deste estudo: as mesorregiões da Mata Paraibana e do Sertão Paraibano. Resgata-se o processo histórico de ocupação, buscando no passado elementos para melhor compreender a atual organização desses espaços, mostrando as origens da luta pela terra. Em seguida, apresenta-se a atual forma de organização do espaço, e trazendo especificamente as características do espaço agrário dos municípios estudados. Destaca-se que os movimentos migratórios comparecem desde o processo de colonização até os dias atuais.

2.1 A Mata Paraibana

O início do processo de formação do território da Mata Paraibana se deu com a experiência de exploração do território brasileiro através da extração do pau-brasil. Embora, neste momento, a posse da terra não tenha sido questionada, a extração da madeira deu início ao processo de degradação do ambiente e ao processo que culminou com a submissão dos nativos ao sistema de exploração colonial.

Segundo Moreira e Targino,

Enquanto a posse da terra e a sua liberdade não estiveram ameaçadas, como ocorria na exploração do pau-brasil, os índios não ofereceram resistência ao colonizador. No entanto, à medida que o sentido da colonização evoluiu para a apropriação da terra e para a sujeição do nativo, este reagiu. A reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador constitui a primeira forma de luta pela terra que teve lugar na Paraíba (1997, p. 28).

O processo de exploração colonial que se instalou, primeiramente, na zona litorânea da Paraíba foi o da *plantation*, que se tornou muito comum principalmente nas Américas. Este sistema baseava-se na monocultura da cana-de-açúcar, no uso da mão de obra escrava e na ocupação de grandes extensões de terra. Ele voltava-se para a produção do açúcar para o mercado externo. Segundo Moreira e Targino,

A organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil. Daí ele ser tido como um "*espaço alienado*", ou seja, um espaço produzido para atender necessidades externas (1997, p. 33).

No litoral, a primeira mão de obra utilizada na *plantation* canavieira foi a indígena. Todavia a mão de obra nativa não correspondeu às necessidades do colonizador, pois acostumado à liberdade e não afeita ao trabalho no eito, o indígena não se adaptava ao sistema de exploração do trabalho escravo. Pelo conhecimento que tinha do território, quase sempre tinha sucesso em suas fugas.

A resistência indígena e a sua falta de habilidade para o trabalho nos engenhos de açúcar do litoral levaram os colonizadores a buscar em outras terras a mão de obra negra, trazida da África, para a lavoura canavieira. Os escravos africanos também não ficaram totalmente submissos aos seus senhores. Eles conseguiram desenvolver formas de resistência e luta contra a situação em que se encontravam e através das fugas e da instalação de Quilombos lutaram pela sua liberdade.

A formação de quilombos representou a principal forma de resistência à escravidão, sendo o mais conhecido o Quilombo de Palmares, localizado em Alagoas, mas existiam outras formas de resistência como suicídios e abortos realizados pelas escravas para que seus filhos não se tornassem também escravos.

O escravo negro na Paraíba adotou quase todas as formas de resistência à escravidão admitidas por Roger Bastide (...). Foram frequentes os suicídios de escravos (...); diversos assassinatos de senhores e seus familiares, feitores e outras pessoas de quem sofreram agravos (...) (...) a sabotagem ao trabalho faz parte do próprio sistema escravista e daí a vigilância constante do feitor; não consta que tenha havido revoltas de negros de certa envergadura na Paraíba, mas pequenas rebeliões locais, principalmente nos presídios. A participação dos negros escravos nas diversas rebeliões de que foi fértil o século XIX é incontestável, às vezes assumindo até uma certa liderança como no caso dos "Quebra-Quilos; as fugas de cativos foram inúmeras. Organizaram-se em mocambos e quilombos. Existiu não só o célebre quilombo do Cumbe, situado no local da atual cidade de Santa Rita em fins do século XVII. Koster dá notícias de um mocambo de negros fugitivos nos arredores de Mamanguape e já na segunda metade do século XIX existiu um quilombo no Engenho Espírito Santo, contando inclusive, com a participação de índios fugidos das aldeias, que perturbou durante anos a vida daquela localidade, chegando a interromper as comunicações com grande parte

da Província e que resistiu tenazmente ao seu extermínio”(AQUINO, 1993 apud MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 41-42).

Desde a primeira crise de acumulação da atividade canavieira, ainda na segunda metade do século XVII, os senhores de engenho começaram a permitir a presença de homens pobres livres em suas terras na condição de moradores. Em troca de um pedaço de terra para cultivar, da lenha para cozinhar, da água dos rios para se abastecer, e de um casebre de palha para morar, os moradores e suas famílias pagavam uma renda ao senhor. Inicialmente, a renda era paga com dias de trabalho gratuito no eito, na fábrica e até em atividades domésticas. Ao longo do tempo esta passou a ser também em dinheiro.

Com a suspensão da concessão das sesmarias se abriu a possibilidade para o crescimento das pequenas unidades produtivas, através do aumento do número de posseiros em todo Estado. Porém em 1850, com a aprovação da Lei de Terras, houve a restrição do acesso à propriedade da terra. Segundo Moreira e Targino, a Lei de Terras tinha como objetivo:

A proibição do acesso à terra por outro meio que não fosse a compra; na extinção do processo de ocupação de terras devolutas, que teve lugar com o fim das sesmarias; na valorização da terra e na sua conseqüente transformação em mercadoria; na utilização de recursos oriundos da venda de terras devolutas para investir na importação de colonos europeus (1997, p. 49-50)

Foi a partir da segunda metade do XX, que as formas de lutas começaram a ser mais organizadas. Foi da luta contra o pagamento da renda em trabalho e em dinheiro, que surgiram as Ligas Camponesas. Este movimento originou-se na Zona da Mata de Pernambuco durante os anos de 1950 e, na Paraíba, o município de Sapé foi o palco principal desse movimento. A luta das Ligas logo se converteu na luta por reforma agrária, pelo direito à terra aos trabalhadores sem terra. Sem dúvida, tratou-se do mais significativo movimento de massas em prol da reforma agrária antes de 1964.

Este movimento foi fortemente reprimido logo após o golpe militar. A repressão foi estendida pelo governo autoritário instalado no país aos sindicatos e mesmos aos partidos políticos de esquerda que foram colocados na clandestinidade. Como afirma Moreira e Targino:

Após o golpe de 64, a correlação de forças no campo pendeu para o lado dos patrões e se manifestou através da dissolução do movimento mediante repressão, intervenção dos sindicatos existentes e criação de novos, afastamento e/ou eliminação de lideranças, nomeação de dirigentes pelegos, implementação de uma política assistencialista lesiva aos trabalhadores (1997, p. 286).

Dessa forma evidencia-se a importância das Ligas Camponesas para a luta atual em prol da reforma agrária e é nela que estão as raízes do surgimento dos novos movimentos sociais como o MST e a CPT entre outros, que se tornaram os mais importantes movimentos sociais hoje no campo brasileiro.

A dominação do capital sobre a agricultura no Brasil se deu através da “industrialização ou modernização agrícola”. Esse processo resultou em transformações na base técnica da produção sem alteração do regime de posse da terra. Essa dominação tenha se iniciado no Brasil na década de 50, com base no processo de substituição de importação dos meios de produção, só irá consolidar-se no país na década de 60, impulsionada pela política de desenvolvimento econômico implantada pelo regime militar.

Como consequência observam-se profundas mudanças na organização do espaço agrário com reflexos sobre a paisagem rural. Destacam-se entre outras: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra; b) as mudanças no uso do solo, a partir da expansão de culturas de exportação, como trigo, soja, cana-de-açúcar, e da pecuária; c) a introdução e/ou ampliação do uso de novos processos e técnicas; d) mudanças nas relações de trabalho no sentido da ampliação do assalariamento da mão de obra; e) a eclosão de conflitos sociais no campo (MOREIRA et al., 2003: p. 1).

Segundo Moreira e Targino,

O conflito de terra é fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, de outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção (1997, p. 296).

Na esteira do processo de modernização do campo, logo se desenvolveu uma série de conflitos, de início principalmente na Mata Paraibana, alcançando posteriormente o interior do Estado.

O primeiro grande conflito ocorreu em Alhandra, no litoral sul da Paraíba na Fazenda Mucatu, propriedade da família Lundgren onde residiam 174 famílias de moradores que cultivavam lavouras como mandioca, inhame, feijão e fruteiras. Estas

famílias foram alvo de perseguição após a propriedade ser vendida. Entre 1974 e 1975, com o apoio da igreja católica, através de agentes pastorais leigos e religiosos da arquidiocese da Paraíba, que tinha à frente o arcebispo Dom José Maria Pires, estabeleceu-se o movimento de resistência dos moradores. Até que fosse levada a efeito a desapropriação em 03 de julho de 1976, houve muita violência expressa através de ameaças, perseguições, espancamentos e mesmo depois da desapropriação ocorreu o assassinato do agricultor José Antônio Ferreira, conhecido por “Zé da Jaca” por um trabalhador da Fazenda Andreza, que iria compor um só assentamento juntamente com as fazendas Mucatu e Andreza (MOREIRA, 1977).

A interiorização da luta pela terra ocorreu inicialmente no município Agrestino de Salgado se São Félix, porém este conflito está dentro da lógica da expansão da atividade canavieira que ultrapassou os limites da Mata Paraibana, assim como da pecuária. Dessa forma, os proprietários tinham a intenção de acabar com o sistema de morada, para poder deixar a área livre para a expansão da cana e da atividade pecuária. Para garantir o seu direito de posse os agricultores resistiram, dando início a uma série de conflitos que ficou conhecido como “o conflito de Alagamar”. Este conflito, de repercussão internacional, contou com o apoio da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG) e, sobretudo, da Igreja Católica. Foi somente em 08 de novembro de 1978 que parte do imóvel foi desapropriada (apenas 2.000 dos 13.000 hectares reivindicados) referente às terras das Fazendas de Alagamar e Piacas. Como o número de famílias que reivindicavam a terra era muito grande, essa desapropriação não foi suficiente para resolver por completo o conflito, mas para amenizá-lo (MOREIRA, 1977; CANTALICE, 1985).

Dessa forma, Mucatu (que primeiramente se estruturou como um Projeto de Colonização) e Alagamar se tornaram os primeiros Projetos de Assentamento do Estado da Paraíba como também um exemplo de resistência e de luta mesmo durante um período de forte repressão.

O avanço da modernização do campo paraibano se deu particularmente na atividade canavieira. Na Mata Paraibana e no Agreste, observou-se entre 1975 e 1985 a expansão da atividade canavieira, voltada para a produção de álcool combustível estimulada pelo Proálcool. A cana avançou sobre áreas de policultura alimentar e de

produção de outras matérias-primas, bem como sobre a vegetação natural, expulsando da terra um grande contingente da população rural.

O processo modernizador da agropecuária, porém, enfrentou um momento de estagnação a partir da segunda metade dos anos 1980. Contribuíram para isto a crise econômica internacional e a expansão da política neoliberal do governo brasileiro, além das sucessivas secas que atingiram o semiárido nordestino.

Assiste-se, a partir de 1986, de um lado, à crise da atividade sucro-alcooleira e, de outro, à crise da atividade pecuária. A isto se soma a desarticulação da atividade cotonicultora, provocada pela praga do bicudo que se alastrou pelo Estado a partir de 1983. No rastro desses processos avança a luta dos trabalhadores por terra.

Na área dominada pela cana, assiste-se ao processo de abandono da atividade causado pela crise. Soma-se a isto a entrada do MST na Paraíba, intensificando a luta dos trabalhadores sem terra pelo território. Este processo de luta resultou na criação de 27 Projetos de Assentamento (v. Quadro 2) na região entre 1993 e 2010, abrangendo 23.554,9 hectares onde foram assentadas 2.446 famílias (LOURENÇO, 2011).

2.1.1 O espaço agrário do município de Mari

O município de Mari está localizado na Mesorregião da Mata Paraibana, na microrregião de Sapé, com uma área de 155 km². A estrada de ferro foi responsável pelo surgimento da cidade de Mari, inicialmente chamada de Araçá em virtude da quantidade de fruteiras dessa espécie ali existente. No local, os engenheiros ingleses construíram uma estação ferroviária que se constituiu no marco inicial para a edificação da futura cidade. Esses acontecimentos ocorreram por volta do ano de 1873. Em meados do ano 1900, foram construídas as primeiras casas e dentro de pouco tempo já se apresentava com aspecto de povoado. Em 1946, Manoel de Paula Magalhães e José Leão de Oliveira, dois fazendeiros locais, implantaram a cultura do fumo, uma das grandes riquezas do município naquela época. O povoado foi elevado à condição de município em 1958, quando passou a se chamar de Mari, nome de uma das grandes fazendas do antigo povoado. Segundo dados do IBGE de 2010, o município conta com uma população de aproximadamente de 21.176 habitantes, sendo 17.455 urbana e 3.721 rural.

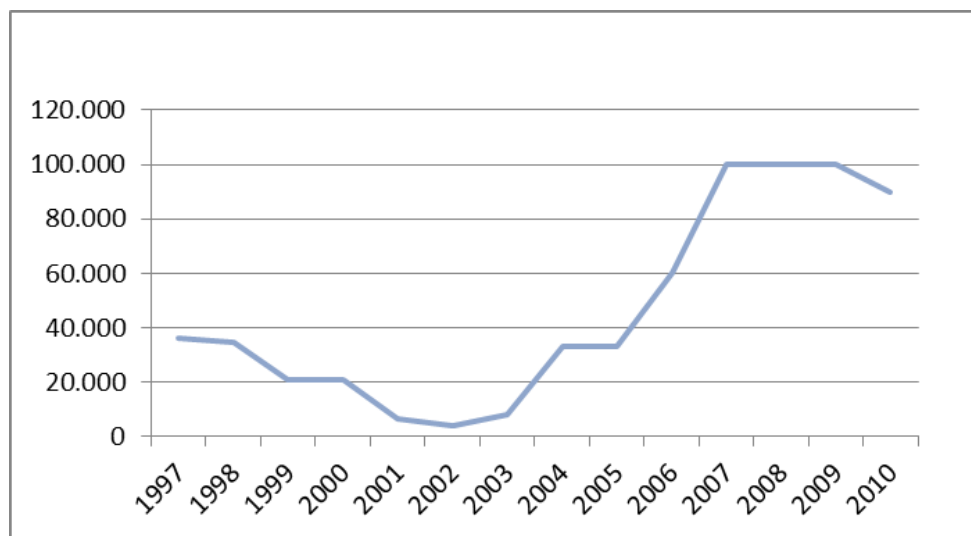
Quadro 2 - Microrregião de Sapé: Projetos de Assentamento criados até 2010

Nome do Imóvel	Nome do Projeto de Assentamento	Município	Área Desap. (ha)	Medida (ha)	Total de famílias	Decreto de desapropriação	Data imissão de posse	Data da criação do PA
Campo de Sementes e Mudanças	Campo de Sementes e Mudanças	Cruz do Espírito Santo	207	200,1	45	Tranf.	_____	17.05.96
Agropar Eng. Novo	Dona Helena	Cruz do E. Santo	762,3	757,1	105	04.09.95	07.06.96	02.07.96
Engenho Massangana (Parte)	Massangana I	Cruz do Espírito Santo	991,4	983,7	131	10.11.95	23.05.96	02.07.96
Engenho Massangana (Parte)	Massangana II	Cruz do Espírito Santo	1300,9	1325,7	158	10.11.95	23.05.96	02.07.96
Engenho Massangana (Parte)	Massangana III	Cruz do Espírito Santo	816,9	796,2	131	10.11.95	23.05.96	15.12.86
Maraú de Cima	Canudos	Cruz do Espírito Santo	1179,0	1226,8	113	22.07.98	17.12.98	21.12.98
Engenho Santana	Engenho Santana	Cruz do Espírito Santo	370,6	370,6	55	20.12.93	19.10.94	26.01.95
Fazendas Santana	Santana II	Cruz do Espírito Santo	370,0	386,6	55	02.07.96	05.11.96	09.12.96
Fazenda Gendiroba	Tiradentes	Mari	1719,7	1400,8	160	12.05.00	22.12.00	27.12.00
Cafundó	Zumbi dos Palmares	Mari	1176,5	1061,6	85	19.06.01	25.04.02	08.10.04
Fazenda Reunidas Recreio	Nova Conquista	Pilar/S.J. dos Ramos	781,4	1360,1	109	09.05.05	24.10.05	032/2005
Faz. Ipanema Faz. Bela Vista	Chico Mendes	Riachão do Poço	1450,0	1053,5	120	30.09.99	24.12.99	28.12.99
Fazenda Mendonça	Dom Marcelo Carvalheira	Mogero/Itabaiana/ S. J. Ramos	1400,0	1368,4	70	03.02.04	09.10.04	08.10.04
Eng. Novo Quinhão 9-C	Amarela I	São Miguel de Taipu	523,3	527,1	54	25.03.95	01.09.95	13.10.95
Eng. Novo Quinhão 9-B	Amarela II	São Miguel de Taipu	523,5	424,4	42	12.01.95	04.10.95	10.11.95
Engenho Itaipu	Novo Taipu	São Miguel de Taipu	800,0	839,6	60	19.08.97	18.12.98	21.12.98
Itapuá	Antônio Conselheiro	São Miguel de Taipu	930,1	947,3	120	07.10.99	06.01.99	06.01.00
Condominio Tubiacanga	Água Branca	São Miguel do Taipu	523,5	620,7	73	21.09.04	31.05.05	014/05
Maravalha	Maravalha	S.Miguel do Taipú	234,8	234,8	44	Conv-Incra-Estado	Reconhecido	041/05
Mata de Vara	Mata de Vara	S.Miguel do Taipú	567,0	567,0	106	Conv-Incra-Estado	Reconhecido	025/05
Fazenda Santa Luzia	21 de Abril	Sapé	362,0	409,9	60	30.07.96	22.10.96	02.12.96
Fazenda Santa Cruz Gameleira	Padre Gino	Sapé	466,3	527,8	62	17.09.96	19.11.96	09.12.96
Fazenda Boa Vista	Boa Vista	Sapé	1165,0	1047,3	122	18.10.96	06.12.96	19.12.96
Fazenda Cobé	Vida Nova	Sapé	505,0	560,9	68	19.08.97	21.11.97	09.12.97
Santa Helena	Santa Helena	Sapé	3251,9	3302,4	201	10.04.97	10.02.98	07.05.98
Cuité	Rainha dos anjos	Sapé	577,0	384,9	49	08.07.99	28.12.99	29.12.99
Sapucaia	Nova Vivência	Sobrado	600,0		48	18.03.98	19.05.98	26.05.98

Nos últimos dez anos, houve um aumento maior da população rural do que da população urbana. Entre os anos de 2000 e 2010 houve uma redução de 1,88% da população urbana em relação à população total do município. No mesmo período, a população rural cresceu 1,88% em relação à população total. Estes dados permitem inferir que as criações dos assentamentos em Mari proporcionaram este aumento, pois foi justamente nesse intervalo de tempo que os PA's foram criados.

Atualmente, o espaço agrário do município se encontra bem diversificado, sobretudo devido à criação dos dois projetos de assentamento. Porém o aumento da atividade canavieira fez-se sentir, principalmente a partir do ano de 2004 (ver Gráfico 1), quando houve um aumento progressivo da produção de cana no município. Esse crescimento se deve à política de incentivo da produção de Etanol e ao aumento do preço do açúcar no mercado externo.

Gráfico 1 – Mari: Quantidade produzida de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE - PAM. Elaboração própria.

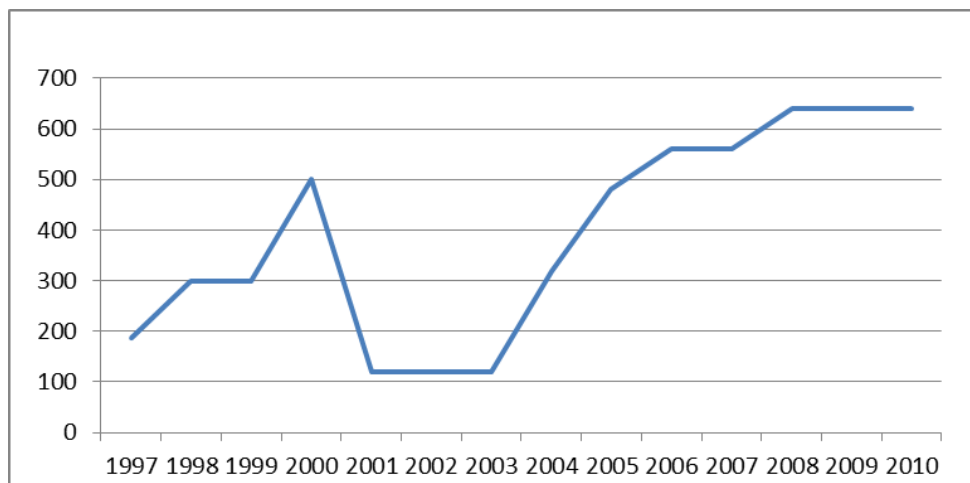
Novas áreas vêm sendo incorporadas para o plantio da cana, a exemplo do sítio Nossa Senhora de Lourdes, em grande parte através do arrendamento de terras pela Usina Japungu. Contudo, a cana não se encontra presente nos dois assentamentos do município, como acontece em outros municípios da microrregião de Sapé e na Mata Paraibana como um todo. Esse processo tem empurrado moradores dos sítios para a periferia das cidades, o que tem criado uma nova leva de camponeses sem terra. Atualmente, não há o processo de expansão da cana nos PA's de Mari, em razão da

decisão dos assentados, principalmente no PA Tiradentes, de não aceitarem as propostas da Usina Japungu, que viabilizariam a produção de cana dentro do assentamento, conforme afirmou a presidente da cooperativa:

nós temos outros assentamentos vizinhos por aqui que trabalha muito com a cana de açúcar, eu como integrante do movimento social com o meio conhecimento que tive dentro da luta defendendo que isso não aconteça, já é a segunda vez que a gente enfrenta esse problema no assentamento... e a gente tem outra contradição, me parece que essa é a mais forte, tá entrando devagarzinho nos assentamentos e seria o latifúndio né, novamente voltando para a realidade... (depoimento da presidente da cooperativa do PA Tiradentes)

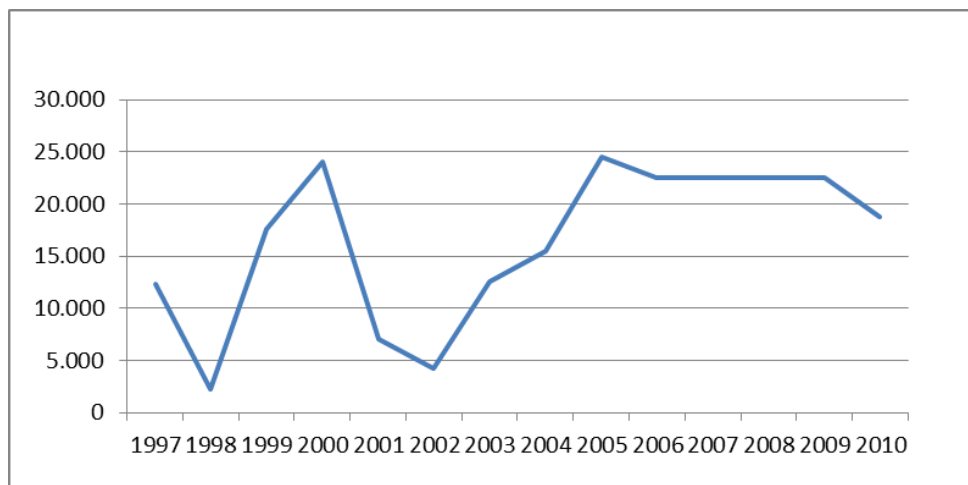
No que tange à lavoura alimentar, houve um importante crescimento na quantidade produzida de dois importantes gêneros alimentares de Mari, a mandioca e a batata-doce (ver Gráficos 2 e 3) nos últimos anos no município, principalmente a partir da criação dos Projetos de assentamento.

Gráfico 2 – Mari: Quantidade produzida de batata doce (t)



Fonte: IBGE - PAM. Elaboração própria.

Gráfico 3 – Mari: Quantidade produzida de mandioca (t)



Fonte: IBGE - PAM. Elaboração própria.

Esses dados mostram os impactos positivos da criação de áreas de assentamento para a produção de alimentos. No caso da mandioca é bem evidente o crescimento, depois de um período de queda, principalmente a partir do ano de 2001, quando o PA Tiradentes já estava criado.

Em relação à estrutura fundiária do município de Mari, observa-se de acordo com os dados apresentados na Tabela 1 que, no censo de 1995, os estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares correspondiam a 95,2% do número de estabelecimentos total, contudo a área desses mesmos estabelecimentos representava apenas 18,04% da área agrícola total. Por outro lado, os grandes estabelecimentos de 500 a menos de 2.500 hectares representavam apenas 0,6% do número de estabelecimentos, porém a área desses estabelecimentos correspondia a 43,18 hectares da área agrícola total, o que demonstra uma forte concentração da propriedade.

No censo de 2006, os estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares representavam 96,2% do número total de estabelecimentos, contudo a área agrícola ocupada por eles representava 35,9% da área agrícola total. Comparando com o censo anterior, tem-se um aumento significativo da área ocupada por estes estabelecimentos. Por outro lado, os grandes estabelecimentos de 500 a menos de 2.500 hectares representavam apenas 0,2% do número de estabelecimentos e ocupavam 20% da área agrícola total, ocorrendo uma redução de 60% no número desses estabelecimentos, como também uma redução ainda maior da área por eles ocupada, 66,6% de queda.

Observa-se, no comparativo dos dois censos, que o número de estabelecimentos com até 10 hectares teve um aumento 3,04%, ao mesmo tempo em que a área por eles ocupada teve um incremento de mais de 100%, de modo que o tamanho médio desses estabelecimentos, em 1996, era de apenas 1,77 hectare, passando para 3,43 hectares em 2006. Os estabelecimentos maiores apresentaram uma grande redução a exemplo dos de 200 a menos de 500 hectares, que tiveram seu número reduzido em 25% e sua área em 18,5%.

Pode-se inferir que a criação de dois assentamentos no município contribuiu de forma significativa para a diminuição da concentração fundiária. Com efeito, tomando-se a área agrícola total do município que é de 10.695 hectares no ano de 2006, os dois assentamentos (Tiradentes e Zumbi dos Palmares) ocupam 27,2% dessa área. Isso mostra o impacto da criação dos assentamentos para a modificação da estrutura fundiária local, o que não deixa de ser um ganho para a classe trabalhadora.

Tabela 1 – Mari: Estrutura Fundiária (1995/96 e 2006)

Classes de Área (ha)	Censo 1995					Censo 2006					Variação %	
	Nº de est.		Área		Tamanho médio dos est.	Nº de est.		Área		Tamanho médio dos est.	Nº de est.	Área
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%		Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%			
0 a 10	691	86,0	1.216,3	8,2	1,76	712	87,8	2.439	22,8	3,43	3,04	100,5
De 10 a 20	44	5,5	577,5	3,9	13,13	35	4,3	455	4,3	13,00	-20,45	-21,2
De 20 a 50	29	3,6	878,5	5,9	30,29	33	4,1	944	8,8	28,61	13,79	7,5
De 50 a 100	11	1,4	753,2	5,1	68,47	11	1,4	696	6,5	63,27	0,00	-7,6
De 100 a 200	11	1,4	1.536,0	10,4	139,64	9	1,1	1.205	11,3	133,89	-18,18	-21,6
De 200 a 500	12	1,5	3458	23,3	288,17	9	1,1	2.818	26,3	313,11	-25,00	-18,5
De 500 a 2500	5	0,6	6.399	43,2	1.279,80	2	0,2	2.138	20,0	1059,00	-60,00	-66,6
Total	803	100,0	14.818,5	100,0	18,45	811	100,0	10.695	100,0	13,18	0,99	-27,82

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

2.2 O Sertão Paraibano

O processo de ocupação do semiárido paraibano esteve diretamente ligado ao da Zona da Mata. A apropriação do território do interior da Paraíba pelo colonizador se deu através do processo de interiorização do gado. Este foi trazido pelos colonizadores portugueses para ser usado, como tração animal, nos engenhos de açúcar, e no transporte de cargas e pessoas, bem como na alimentação daqueles que ali se estabeleciam. Com o passar do tempo o número de animais foi aumentando e isso gerou um sério problema para os proprietários dos engenhos, pois o gado destruía o canavial e ocupava a área que deveria ser usada pela atividade canavieira (ANDRADE, 1986).

Com a restrição da criação de gado no litoral, este passou a ocupar o interior da Paraíba. Assim, no início desse processo, o gado tangido pelo homem, que era responsável pelos cuidados com o rebanho dando origem à figura do vaqueiro, foi ocupando o interior semiárido do Estado.

Assim, o conflito gerado pelo aumento do rebanho bovino nas áreas de plantio de cana-de-açúcar, foi uma das principais motivações de ocupação do interior do Estado. Tornou-se necessária a separação entre a cana e o curral, provocando o surgimento da fazenda sertaneja, imprimindo a este território uma dinâmica diferenciada em relação ao Litoral açucareiro, pois a fazenda representou a base de organização social, econômica e política da região.

Nesses sertões desenvolveu-se uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que, ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a quarta dos bezeros e potros que nasciam. [...] As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades (ANDRADE, 1986 p. 150).

A penetração da atividade pecuarista com base nas fazendas se deu através dos caminhos de gado, “estes caminhos ou trilhas acompanhavam o percurso dos rios que adentravam para o interior” (MOREIRA e TARGINO, 1997 p. 68). Uma das principais correntes de povoamento para o Sertão era procedente da Bahia seguindo o curso do São Francisco em direção a Pernambuco, como expansão da “Casa da Torre” que, em território paraibano cobria o Vale do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe. Outra corrente de

expansão da pecuária era procedente de Pernambuco, penetrando na Paraíba na região dos Cariris.

O território sertanejo foi sendo ocupado, através da apropriação de terras devolutas transformadas em grandes fazendas e também pelo violento processo de dominação sobre as terras indígenas. No bojo de todo esse processo merece destaque o conflito gerado no final do século XVII conhecido como a Confederação dos Cariris ou “Guerra dos Bárbaros”, luta dos índios Cariris contra o branco colonizador em defesa do seu território, luta esta que deixou as marcas do sangue indígena no território sertanejo e se estendeu por cerca de 30 anos⁴.

A fazenda sertaneja, assim como o Engenho, tinha como característica principal a sua instalação em grandes latifúndios, porém aquela apresentava baixa ocupação populacional, devido às características físicas locais, à combinação do trabalho escravo e livre, com destaque para este último, pois à atividade criatória não exigia mão de obra numerosa e a criação altamente extensiva com o gado solto em amplas extensões de terra imprimiu na fazenda uma organização diferenciada em relação ao Engenho. Essa situação vai se alterar a partir do século XVIII, com a expansão da cultura do algodão, embora o mesmo já estivesse presente desde a época pré-colonial.

A expansão da cotonicultura na economia sertaneja foi um fator decisivo para alterar as dinâmicas locais. Anteriormente, o cultivo do algodão era restrito ao abastecimento da população local. Foi com a demanda cada vez maior do mercado internacional pela matéria-prima necessária para o desenvolvimento da indústria têxtil, que o algodão começou a ser cultivado em larga escala. Como afirmam Moreira e Targino:

⁴ A esse respeito escreveu Targino: “Nesse contexto, destacam-se as campanhas relacionadas com a ‘Confederação dos Cariris’ ou ‘Guerra dos Bárbaros’. A ocupação do espaço sertanejo com a pecuária resultou em fortes agravos aos povos indígenas dessa região. O processo de resistência de várias tribos indígenas do Nordeste brasileiro contra a presença portuguesa motivada pelo avanço da pecuária ficou conhecido como a ‘Confederação dos Cariris’. Os indígenas rebelaram-se contra a usurpação de suas terras e o aprisionamento promovido pelos portugueses. Essa reação perdurou durante cerca de trinta anos (1683 a 1713). No caso específico da Paraíba, a revolta indígena foi uma decorrência da ocupação das suas terras comandada pela família Oliveira Ledo, particularmente por Theodósio de Oliveira Ledo. A violência com que ele tratou os índios que aprisionou motivou uma carta régia (19 de setembro de 1699), recriminando o fato de Theodosio Oliveira Ledo ter morte ‘a sangue frio muitos dos índios que tomou na guerra’ ”.(PINTO, 1977 apud TARGINO, 2012, p. 4)

(...) só nos fins do século XVIII, com o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa e o conseqüente aumento da demanda no mercado internacional, e durante a Guerra de Independência americana, com o afastamento dos Estados Unidos do mercado mundial, foi que o algodão passou a ocupar uma posição de destaque no cenário da economia paraibana (MOREIRA e TARGINO, 1997 p.73-74).

O algodão se expandiu por todo território sertanejo, o que alterou a relação dessa região com o mercado, pois anteriormente a cana-de-açúcar assumia papel hegemônico como cultura de exportação, e o Sertão voltava-se mais para o abastecimento do mercado interno, principalmente com a carne e o couro. Contudo, com a maior integração do algodão com o mercado, inclusive o internacional, essa cultura chegou até mesmo a ter maiores rendimentos do que atividade açucareira e a competir por terra e homens tamanha foi sua expansão. O sucesso da cotonicultura no Sertão deveu-se a alguns fatores: possibilidade de associação do algodão com culturas tradicionais; a exploração dessa cultura tanto pelo grande quanto pelo pequeno proprietário; e a possibilidade da associação com a atividade pecuária, pois o restolho do algodão era utilizado como alimento para o rebanho (ANDRADE, 1986; MELO, 1978).

A pequena produção camponesa também assumiu papel importante na formação territorial do Sertão, que inicialmente se deu em consórcio com a pecuária no interior das fazendas e nas regiões de baixios próximos aos rios. Posteriormente, foi realizada em associação com o cultivo do algodão, pois este significava uma fonte de renda para o camponês sertanejo. Sendo assim, primeiramente o gado e posteriormente o algodão, sempre permeados pela pequena produção alimentar, foram a base de formação do território do Sertão Paraibano.

Também merece destaque a pecuária de pequeno porte, principalmente de caprinos e ovinos, que teve mais relevo no Cariri paraibano. Outra importante atividade foi a mineração na microrregião do Seridó, com ênfase para extração do Caulim e Xelita entre outros minerais de valor comercial mais baixo, mas que representaram uma importante fonte de renda para população local, dando a esta região o caráter de província mineral da Paraíba.

A explicação para a ausência de luta por terra no Sertão paraibano durante a maior parte do século XX⁵ está relacionada à forma de organização da produção e do trabalho no campo baseada na combinação gado-algodão-policultura alimentar que permitia o acesso, mesmo que precário, do agricultor à terra através dos sistemas de parceria e de arrendamento. Outra razão para a aparente paz agrária nessa área pode estar relacionada ao fato de que durante muito tempo a sua riqueza esteve mais representada pelo rebanho do que pela terra. Como afirma Martins:

Essas regiões mantidas à margem da economia colonial eram justamente aquelas em que mais descuidado fora o processo de ocupação territorial, já que a riqueza era, e seria durante muito tempo ainda representado pelo gado e não pela terra. Fazenda era o rebanho e não o território (1995, p. 51).

Na microrregião de Cajazeiras, um dos principais movimentos atuantes é a CPT-SERTÃO, com sede na cidade Cajazeiras – PB. Ela surgiu em meados dos anos 80, a partir da Pastoral Rural, para apoiar trabalhadores rurais de vários municípios sertanejos na luta pela demarcação de terras em bacias de açudes públicos. A eclosão dos primeiros conflitos esteve relacionada às terras próximas às barragens dos açudes construídos pelo governo estadual ou pelo DNOCS, como o Açude de Riacho dos Cavalos, no município de mesmo nome, o de Carneiro, no município de Jericó, a Lagoa do Arroz no município de Cajazeiras e o de Pilões, próximo às cidades de São João do Rio do Peixe e de Triunfo.

O caso do açude Pilões chama a atenção pela importância que teve na organização dos trabalhadores rurais no oeste da Paraíba. O açude público de Pilões foi construído na década de 1930. Para a edificação do açude foram desapropriados 7.010 hectares. Porém, em razão da existência das águas termais de Brejo das Freiras, a capacidade de armazenamento e área coberta diminuíram bastante. Apenas 584 hectares foram cobertos pelo açude. A área restante passou a ser alvo de grilagem por parte dos fazendeiros e políticos. Uma parte das terras (3.019 hectares) foi entregue a rendeiros, sendo aos poucos apropriadas pelos fazendeiros, embora os rendeiros continuassem em seus lotes. O DNOCS também possuía outra parte das terras, usada para pastagem por grandes produtores da região. Sendo assim, no ano de 1991, grileiros, rendeiros e

⁵ Até então, a luta de terra no Sertão assumia a feição de disputas por limites de propriedade, o que originou uma série de conflitos entre famílias (ANDRADE 1986).

posseiros conviviam na parte seca do açude. Foi aí que eclodiu o conflito no sítio Três Irmãos, que se encontrava improdutivo. Em 1995, a luta pela terra e pela permanência nela, entrou em uma nova etapa. O movimento passou a reivindicar a desapropriação de terras improdutivas em propriedades privadas. Com essa nova forma de enfrentamento, as condições de sobrevivência das populações excluídas nesta região, embora não tenham mudado, passaram a ter novos horizontes.

Essa mudança foi refletida no início da luta que deu origem ao Projeto de Assentamento Acauã. No ano de 1995, agricultores da região pediram apoio da CPT para a ocupação das terras da Fazenda Acauã, iniciada em dezembro do mesmo ano. Depois de um despejo, os agricultores resolveram montar um acampamento. Posteriormente, ocorreram mais despejos e até prisões durante o confronto com a polícia. Foi apenas em outubro de 1996 que a emissão de posse foi concedida pelo INCRA. Foram assentadas 114 famílias em agrovilas, além dos lotes individuais.

O processo de intensificação de luta no Sertão Paraibano e em particular na microrregião de Cajazeiras resultou na criação de inúmeros projetos de assentamento. De 1997 a 2010 foram criados sete projetos de assentamento, a maioria no município de Cajazeiras e um projeto no município de Cachoeira dos Índios, abrangendo um total de 231 famílias, em uma área de 6.667hectares (ver Quadro 3)

Quadro 3 - Microrregião de Cajazeiras - Projetos de Assentamento criados até 2010

Nome do Imóvel	Nome do Projeto de Assentamento	Município	Desaprop. (ha)	Medida (ha)	Total	Decreto de desaprop.	Data imissão Posse
Fazenda Caiçara	S.Francisco II	Cachoeira dos Índios	727,3	618,4282	21	11.09.97	17.12.97
Angelim/Saquinho/Serrote	Frei Damião I	Cajazeiras	726	391,7733	21	05.10.00	22.02.01
Fazenda Santo Antonio	ST, Antonio	Cajazeiras	662,02	669,8516	32	09.07.97	31.10.97
Coxos Oitis Minadouro	Valdeci Santiago	Cajazeiras	2.579,00	1.873,32	64	20.10.97	07.12.97
Olho D'água Fz. Olho D'água Queimadas	Edvaldo Sebastião	Cajazeiras	136,9549	487,4344	31	05.10.00	04.04.01 22.02.01
Ponta d' água	Frei Beda	Cajazeiras	1.308,12	901,4293	34	22.12.03	21.12.04
Minador	Mãe Rainha	Cajazeiras	531,795	376,9909	28	12.12.05	19.12.06

Fonte: INCRA – PB.

2.2.1 O espaço agrário do município de Cajazeiras

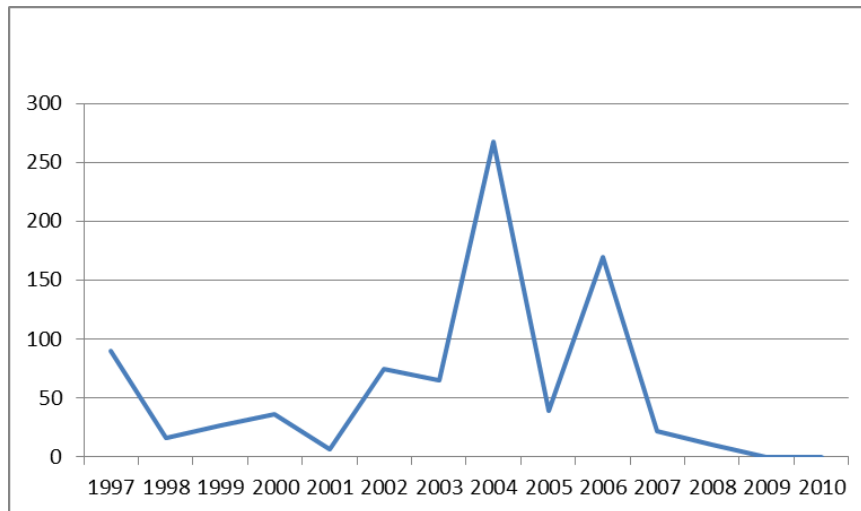
O município de Cajazeiras está localizado na mesorregião do Sertão Paraibano, na microrregião de Cajazeiras. Possui uma área de 586 Km². O início da ocupação da região se deu pela doação de uma sesmaria onde se encontrava o sítio Cajazeiras, nome dado em virtude da grande quantidade de árvores desse nome. Posteriormente, com o matrimônio da filha do sesmeiro, Ana de Albuquerque com Vidal de Souza Rolim e o nascimento do seu primeiro filho, é que se iniciou mais efetivamente a ocupação daquele espaço. A construção de um colégio pelo Padre Inácio Rolim, no ano de 1843, onde estudavam membros de famílias tradicionais da região e de Estados vizinhos, deu o impulso para o desenvolvimento daquele espaço com a construção de casas, formando assim o primeiro núcleo urbano que deu origem ao município. Em 23 de novembro de 1863, foi criada a vila de Cajazeiras, desmembrada do município de Sousa. Em 10 de julho de 1876, Cajazeiras é elevada à categoria de cidade. Atualmente, segundo dados do IBGE de 2010, o município conta com uma população de aproximadamente 58.446 habitantes, sendo 47.501 habitantes urbanos e 10.945 habitantes rurais.

Nos dias de hoje, o espaço agrário do município de Cajazeiras encontra-se bem heterogêneo, em parte devido à criação dos PA's. Outro fator que contribuiu para isso foi o desmantelamento da cotonicultura. A partir do ano de 1983 houve uma vertiginosa diminuição da produção algodoeira, em razão da praga do bicudo. Têm sido feitas tentativas de recuperação da cultura, através do algodão herbáceo. Apesar do esforço, o nível da produção do algodão está longe de atingir o obtido no período anterior à praga do bicudo⁶. Em 2010, a produção municipal foi nula (ver Gráfico 4).

Na verdade a praga do bicudo representou uma crise para o conjunto da organização agrária do semiárido, pois não surgiu nenhuma cultura que substituísse a centralidade que ocupou o algodão nas formas de uso do solo dessa área. Além do bicudo, a região semiárida nordestina foi castigada por sucessivos e longos períodos de seca: 1983, 1987, 1993, 1998/9.

⁶ Em 1981, a produção de algodão do município foi de 844 toneladas, sendo 88 de algodão herbáceo e 756 de algodão arbóreo.

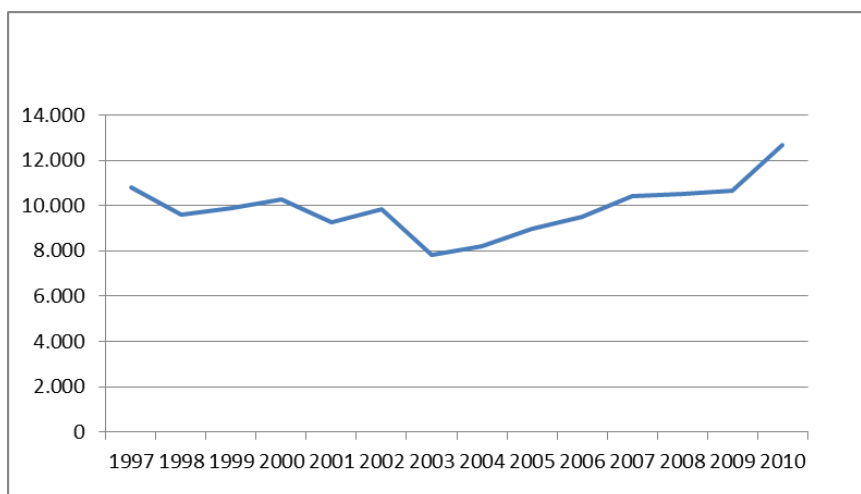
Gráfico 4 – Cajazeiras: Produção de algodão herbáceo (t)



Fonte: IBGE - PAM. Elaboração própria.

Diante dessa situação a pecuária viu incrementada a sua participação na composição do produto do setor primário, ainda que não tenha havido um aumento significativo expressivo no rebanho. Com efeito, o efetivo bovino não apresentou grandes alterações quando se compara a produção atual (ver Gráfico 4) com a verificada em 1981 (12,7 mil cabeças). Mesmo assim, a pecuária bovina vem se estabelecendo como principal atividade agropecuária do município, chegando a mais de 12.000 cabeças no ano de 2010 (ver Gráfico 5).

Gráfico 5 – Cajazeiras: Efetivo do rebanho bovino

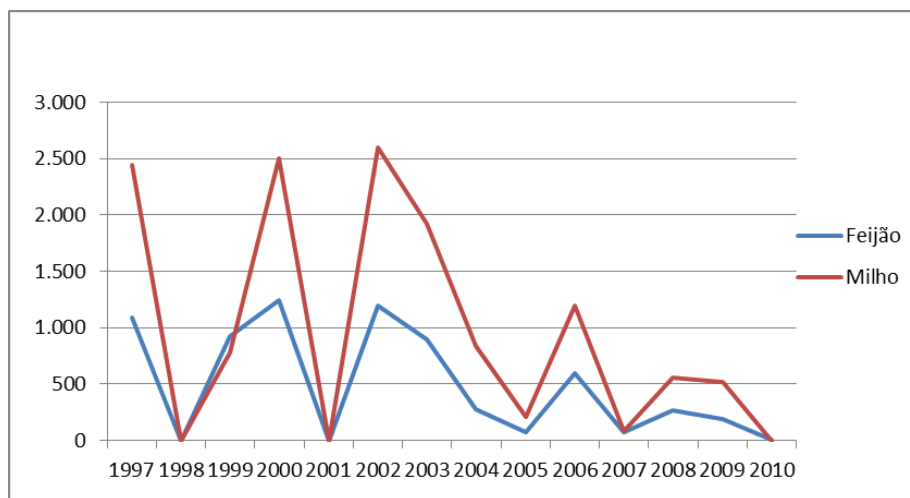


Fonte: IBGE - PAM. Elaboração própria.

No que tange à produção de alimentos, o município tem como produtos principais o feijão e o milho. Estes se apresentam com grande variação na sua produção, em parte isto acontece devido à fragilidade dessas culturas em relação às estiagem,

como também à falta de assistência e de recursos técnicos aos pequenos produtores do município. Nos anos de maior seca, a exemplo de 1998 e 2001, a produção de alimentos é bastante afetada, recuperando-se posteriormente, porém não chega ao patamar anterior (ver Gráfico 6).

Gráfico 6 – Cajazeiras: Evolução da quantidade produzida (t) de feijão e milho



Fonte: IBGE - PAM. Elaboração própria.

Em relação à estrutura fundiária do município de Cajazeiras, observa-se de acordo com os dados apresentados na Tabela 2, que no censo de 1995 os estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares corresponderam a 88% do número total dos estabelecimentos, contudo a área dos mesmos estabelecimentos representou apenas 27,7% da área agrícola total. Por outro lado, os grandes estabelecimentos de 500 a menos de 2.500 hectares representaram apenas 1% do número de estabelecimentos, porém a área desses estabelecimentos correspondeu a 25% da área agrícola total, o que evidencia a concentração da propriedade.

No censo de 2006, os estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares representaram 91,5% do total do número de estabelecimentos, contudo a área agrícola ocupada por eles representou 41,4% da área agrícola total. Comparando esses dados com os do censo anterior, tem-se um aumento significativo da área ocupada por este grupo de estabelecimentos. Por outro lado, os grandes estabelecimentos de 500 a menos de 2.500 hectares representaram apenas 0,2% do total do número de estabelecimentos e ocuparam 7,2% da área agrícola total, temos assim uma redução de 80% no número

desses estabelecimentos, como também uma redução ainda maior da área por eles ocupada, 79,06% de queda.

Observamos no comparativo dos dois censos que o número de estabelecimentos de até 10 hectares teve um aumento 3,29%, em 2006, ao mesmo tempo em que a área por eles ocupada teve aumentou de 9,82%, propiciando um incremento no tamanho médio desses estabelecimentos: em 1996, era de 3,1 hectares, passando, em 2006, para 3,29 hectares. Os estabelecimentos maiores apresentaram uma grande redução a exemplo dos de 200 a menos de 500 hectares que tiveram seu número reduzido em 52% e sua área em 44,92% (veja Tabela 2).

Pode-se afirmar que a criação de assentamentos no município contribuiu de forma significativa para a diminuição da concentração fundiária municipal. Comparando-se a área agrícola total do município (21.428 hectares no ano de 2006) com a área dos seis assentamentos (Frei Damião, Valdeci Santiago, Frei Beda, Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha e Santo Antônio), constata-se que esses PAs ocupam 28% da área agrícola total do município. Isso demonstra os impactos positivos da criação dos assentamentos para a modificação da estrutura fundiária local, o que não deixa de ser um ganho para a classe trabalhadora.

Tabela 2 - Cajazeiras: Estrutura Fundiária (1995-2006)

Classes de Área (ha)	Censo 1995					Censo 2006					Variação %	
	N° de estab.		Área		Tamanho médio dos estab.	N° de estab.		Área		Tamanho médio dos estab.	N° de estab.	Área
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%		Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%			
De 0 a 10	628	62	1.961,3	6,7	3,1	655	60,8	2.154	10,1	3,29	4,3	9,82
De 10 a 20	119	12	1.692,6	5,7	14,2	190	17,6	2.577	12,0	13,56	59,7	52,25
De 20 a 50	142	14	4.513,2	15,3	31,8	141	13,1	4.142	19,3	29,38	-0,7	-8,22
De 50 a 100	61	6	4.280,1	14,5	70,2	54	5,0	3.909	18,2	72,39	-11,5	-8,67
De 100 a 200	31	3	3.943,4	13,4	127,2	27	2,5	3.967	18,5	146,93	-12,9	0,60
De 200 a 500	19	2	5.693,9	19,3	299,7	9	0,8	3.136	14,6	348,44	-52,6	-44,92
De 500 a 2500	10	1	7.368,5	25,0	736,8	2	0,2	1.543	7,2	771,50	-80,0	-79,06
Total	1.010	100	29.452,9	100,0	29,16	1.078	100,0	21.428	100,0	19,87	6,7	-27,45

Fonte: IBGE - Censo agropecuário de 1995-2006

2.3 As dinâmicas migratórias nas mesorregiões da Mata Paraibana e do Sertão Paraibano como elemento da formação territorial

A região Nordeste, assim como a Paraíba, tem sido caracterizada, historicamente, como área emissora de migrantes, que se dirigiam, principalmente, ao Sudeste. Esse quadro se desenha e consolida a partir do momento em que ocorre o processo de integração do espaço nacional sob a égide do desenvolvimento capitalista espacialmente concentrado no eixo Rio-São Paulo. Porém, antes desse momento, houve outras manifestações do fato migratório a partir do Nordeste.

Uma das primeiras manifestações disso ocorreu quando a Metrópole portuguesa volta-se para a atividade mineradora no Sudeste do país, atraindo uma massa de escravos, movimento reforçado pela crise na atividade açucareira. Outro momento de destaque foi a migração de nordestinos para a Amazônia, motivada pelo “boom” da borracha, no final do século XIX e início do século XX (FURTADO, 2010).

O Estado da Paraíba, durante as quatro primeiras décadas do século XX, tem um quadro mais favorável em relação ao saldo emigratório, isso se explica pelo revigoramento da atividade canavieira e pela expansão da cotonicultura, que dão um maior dinamismo à economia estadual. Outros fatores que concorreram para a retenção da população estadual foram o declínio do ciclo da borracha e a deficiência de infraestrutura que dificultava a circulação de pessoas em direção a polos de desenvolvimento como a cafeicultura do Sudeste. Cabe salientar que a cana-de-açúcar e o algodão não dependiam mais exclusivamente do mercado externo naquele momento: “O crescimento industrial, sobretudo dos setores têxtil e alimentar, assim como o aumento da população do Sudeste, foram fatores que concorreram para formação do mercado interno para aqueles produtos” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 219-220).

Porém, no período de 1950 até a primeira metade dos anos de 1980, assiste-se na Paraíba, como em todo Nordeste, à intensificação do processo emigratório. Esse processo se deu tanto em direção ao Centro-Sul, em particular o Sudeste, quanto internamente onde se verificou uma migração do tipo campo-cidade. Durham mostra que o crescimento populacional de estados como São Paulo e Rio de Janeiro deveu-se muito à migração. No período de 1950 até 1970, o aumento da população devido à migração foi de 72,52% para São Paulo e 71,34% para o Rio de Janeiro (DURHAM,

1993, p.29). Nesse período, também contribui a ocorrência de seis secas em todo Nordeste, sendo as de 1958, 1970 e 1979/83 as que mais atingiram o Estado da Paraíba (GOMES, 2001).

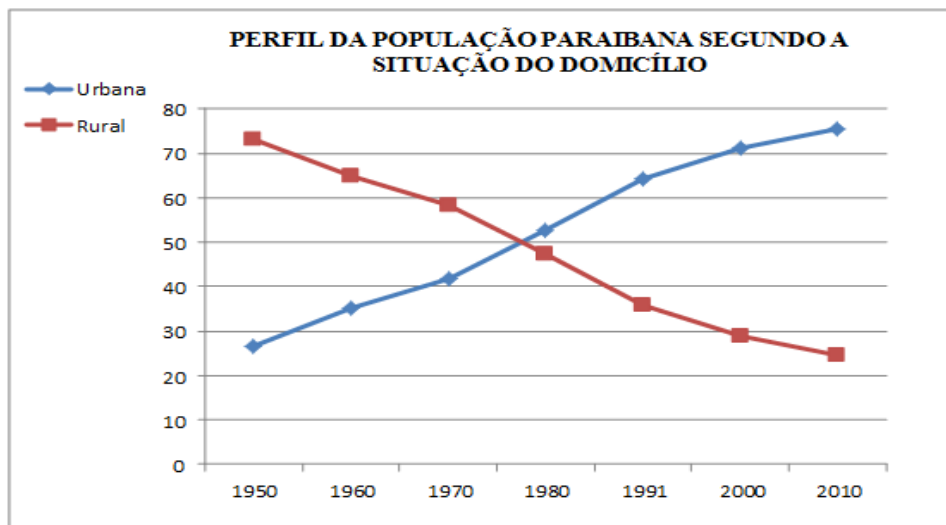
Em todo o Nordeste, no período de 1960 a 1980, a emigração foi de 4.157.005 pessoas. No mesmo período, o Estado da Paraíba também registrou saldos migratórios negativos: a saída de população foi de 386.907 (CUNHA e BAENINGER, 2007). Os números comprovam que esse período foi o grande “boom” das migrações inter-regionais no Brasil. A maioria dos fluxos migratórios nordestinos se dirigiram para as áreas industrializadas do Sudeste e outra parte, menos expressiva, em direção às áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e do Norte do país (NETTO JR, 2003).

Coincidência ou não, nesse período é que surge a SUDENE para, justamente, tentar desenvolver a Região Nordeste e imprimir-lhe maior dinamismo econômico através de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da agropecuária e da indústria e redirecionando as ações para atenuarem os efeitos das secas.

Na década de 1990, houve um arrefecimento das migrações, porém o saldo migratório continua negativo tanto para o conjunto do Nordeste como para o Estado da Paraíba.

No caso da Paraíba, a formação dos fluxos emigratórios contou com a participação do êxodo rural. Com efeito, a população rural no total da população do Estado da Paraíba declinou vertiginosamente. No ano de 1950, a população rural correspondia a 73,3% do total enquanto que, em 1991, correspondia apenas a 36,0%, mostrando uma forte migração rural-urbana neste período. É justamente entre as décadas de 1970 e 1980 que se verifica a mudança na composição da população paraibana: pelo censo de 1980 53% da população viviam na área urbana. De acordo com o último censo (2010), 75% tinham domicílio urbano (ver Gráfico 7).

Gráfico 7 – Paraíba: Composição da população, segundo a situação domiciliar (1950-2010)



Fonte: IBGE – Censos demográficos. Elaboração própria.

Segundo Moreira e Targino (1977), entre as décadas de 1960 e 1970, verificou-se uma intensa migração do tipo rural-urbana, principalmente nas microrregiões de Sapé (na qual se localiza o PA Tiradentes), João Pessoa, Brejo e Campina Grande, ou seja, a Mata Paraibana e o Agreste apresentaram os maiores índices relativos de declínio da população rural. Isso se deve ao fato da retomada mais intensa da atividade canavieira e ao aumento da área destinada à pecuária extensiva.

Do final dos anos 1970 e durante a década de 1980, é no semiárido onde se vê um intenso do êxodo rural, notadamente nas microrregiões do Seridó Oriental e Ocidental, Cariri Ocidental e Catolé do Rocha. Este fato deriva da expansão da pecuária, com o aumento da área de pastagem plantada “e a quebra da complementaridade que mantinha com a policultura tradicional, tanto no Sertão como no Agreste” (MOREIRA e TARGINO, 1997 p. 224).

Uma questão fundamental para entender todo esse processo é, como já ressaltado anteriormente, a modernização da agropecuária. De fato isto é unânime entre os estudiosos da questão:

(...) os anos 70 foram marcados também por um forte êxodo rural, fruto da aceleração da modernização conservadora (SILVA, 1996 p. 178).

(...) as áreas de maior evasão populacional coincidiram com aquelas que, na década de setenta, sofreram em maior grau o processo de modernização conservadora da agricultura (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 228).

Brito (2007), parafraseando Singer, mostra que a migração é consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo, através do progresso técnico. “Estabelece uma diferença entre a emigração proveniente de regiões rurais estagnadas e aquelas que têm origem nas regiões afetadas pela introdução das relações capitalista no campo” (BRITO, 2007, p.7). Ambos os casos encontramos na Paraíba, pois ao mesmo tempo em que o estado encontrava-se de certa forma estagnado em relação ao Centro-Sul do país, criando áreas de reserva de mão de obra, também experimentava a incorporação de progresso técnico na agropecuária, tanto na atividade canavieira quanto na pecuária, tendo como consequência a expulsão de moradores e posseiros, liberando mão de obra e contribuindo para o aumento da migração.

Outra questão relevante é o papel contraditório das políticas públicas para a região Nordeste e seus reflexos nas dinâmicas migratórias. Destaca-se a SUDENE, criada em 1959, que tinha a perspectiva de tentar reverter o processo regional de subdesenvolvimento, mas que, ao mesmo tempo, era um dos grandes financiadores do modelo de modernização conservadora principalmente no pós-64. Enquanto que as medidas tomadas de favorecimento da pequena produção rural foram concentradas em políticas de colonização, como afirma Wilkinson: “as soluções tentadas para o setor minifundiário consistiram em programas de colonização que encorajavam a migração para regiões de fronteira [...] projetada como a solução para o Sertão” (WILKINSON, 1986, p. 28). O projeto Sertanejo exemplifica também essa orientação adotada pela SUDENE que “beneficiou particularmente as maiores propriedades e, ao contrário do que se propunha, teve êxito apenas ao propiciar a valorização do capital via valorização de terras e expansão da pecuária” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 208). Isto provocou um sério problema de liberação de mão de obra nas propriedades, principalmente com o desmantelamento do sistema de morada e parceria. Dessa forma,

Esta população marginalizada e dependente de um trabalho ocasional é também uma constante fornecedora de migrantes que se deslocam para outras áreas e por tempo indeterminado à procura de trabalho. É a grande participadora do movimento de migração interna tanto para outras regiões do Nordeste como para outras regiões do país (ANDRADE, 1986, p. 199).

Dessa forma o desenvolvimento econômico do país, como resultante da industrialização está associado ao aprofundamento das desigualdades regionais. Isto provocou um descompasso regional: de um lado, o Nordeste com grande reserva de mão de obra e sucessivamente abalado por crises de ordem estrutural e, de outro, o Centro-Sul, notadamente o Sudeste, com franca expansão econômica baseada na forte industrialização. A partir disso, ganha importância o Estado brasileiro ao dotar o território de infraestruturas que facilitaram a circulação de mercadoria e pessoas, exemplo disto foi à construção da rodovia Rio - Bahia, que possibilitou uma maior facilidade para a migração de nordestinos ao Sudeste.

Não resta dúvida de que as transformações recentes da organização agrária paraibana, circunscritas no quadro de uma “modernização conservadora” e os impactos dela decorrentes, estão na origem dos fluxos populacionais. Isto é, uma série de fatores resultantes da subordinação real da agricultura ao capital tem contribuído para intensificação do êxodo rural (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 225).

3. LUTA E RESISTÊNCIA POR TERRA NOS PA'S TIRADENTES E FREI DAMIÃO: AINDA RESTA UMA ESPERANÇA

A esperança enquanto apenas uma palavra já diz o suficiente para entender o significado de quem a possui. O Aurélio diz que ela é a “Disposição do espírito que induz a esperar que uma coisa se haja de realizar ou suceder”. Ter esperança, portanto, é esperar por algo, quando não faz mais sentido, quando tudo o que era possível já ocorreu, restando apenas aquilo que pode significar a mudança, a última coisa que resta⁷.

Pretende-se aqui iniciar uma discussão do que significa a esperança para os camponeses sem-terra e para os assentados. Como a posse da terra pode se constituir uma esperança de uma mudança de vida: sair da sujeição ou de uma situação de carência para alcançar melhores condições de vida. Essa questão é analisada com base em duas realidades: Os PAs de Tiradentes e de Frei Damião.

3.1 O Projeto de Assentamento Tiradentes

O Assentamento Tiradentes tem uma extensão territorial de aproximadamente de 1.719,7 hectares de terra. Localizada na microrregião de Sapé. Os limites do Assentamento Tiradentes: ao Norte: Fazenda Betânia e Sítio Açude Grande. Ao Sul: Fazenda Olho D'água e a Sede do Município. A Leste: Fazenda Nossa Senhora de Lourdes e Fazenda São Salvador. A Oeste: Assentamento Zumbi dos Palmares, Sítio Taumatá e Mata. A distância do Assentamento Tiradentes até a sede do Município é de

⁷ A ideia da esperança como sendo o último dos sentimentos vem da mitologia grega mais precisamente do mito da caixa de Pandora. Este mito trata da jovem Pandora que recebeu uma caixa de presente de Prometeu, irmão de Epimeteu, com quem se casara. Prometeu alertando-a para não abrir a caixa, mas a imprudência e a curiosidade de Pandora, fez com que ela abrisse deixando sair todos os maus sentimentos e desgraças para a humanidade. Amedrontada, Pandora tentou fechar a caixa. Quando conseguiu, restava apenas a esperança, como sendo a ilusão que restará a humanidade.

sete (07) quilômetros. O Assentamento Tiradentes (Figura 3) é originário da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra na “Marcha em defesa do Brasil”, que partiu de Cajazeiras, em 1998, cruzando 28 municípios paraibanos até chegar em João Pessoa. Segundo um morador do Assentamento Tiradentes que participou ativamente do processo de conquista da área desde a passagem da Marcha na região de Mari, houve a adesão de muitas famílias à Marcha, famílias que dependiam do trabalho no campo, que se encontravam expropriado, enfrentando uma grave situação de desemprego.

Esta área foi fruto de uma ocupação. Os camponeses sem terra com apoio do MST, no ano de 1999, se instalaram e montaram um acampamento na Fazenda Gandiroba, onde estava instalada a Agropecuária Gandiroba Ltda., pertencente ao grupo da família Ribeiro Coutinho. Esta área era tradicionalmente de plantio de cana-de-açúcar: “há 60 anos atrás aqui tudo era cana-de-açúcar” (D. Francisca). Essa propriedade esteve no bojo da expansão dessa atividade no Estado, sendo fornecedora da Usina Santa Helena, localizada no município de Sapé e pertencente ao grupo Ribeiro Coutinho (inicialmente, a usina era de João U. Ribeiro Coutinho e, posteriormente, foi repassada para Renato Ribeiro Coutinho).

As famílias envolvidas no conflito eram, em sua maioria, moradoras da área urbana do município de Mari e, em menor número, de Sapé. Algumas famílias residiam, também, na propriedade na condição de moradores. Na fazenda, cultivavam gêneros alimentícios como o milho, feijão e a macaxeira. Esta produção servia para o autoconsumo das famílias, como também supria as necessidades alimentares de outros trabalhadores que vinham trabalhar no corte da cana. Pelo “direito” de morar na terra, tinham que pagar com alguns dias de trabalho gratuito, o cambão. Posteriormente, houve o aumento dos dias pagos com trabalho para três e quatro dias o que ocasionou a desestruturação dos plantios de roça, a expulsão dos trabalhadores e aumento do trabalho assalariado.

No fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, o desmantelamento da atividade canavieira com o fim do Proálcool, fez com que o plantio de cana na Agropecuária Gandiroba fosse quase completamente abandonado, o que possibilitou o processo de ocupação.

A intenção de ocupar as terras da Fazenda Gandiroba surgiu por ocasião de uma marcha organizada pelo MST que começou no Sertão e se dirigiu a João Pessoa. Essa marcha suscitou a organização de trabalhadores locais que pediu apoio ao MST para ser mediador junto ao INCRA no sentido de desapropriar a área da fazenda. Em 28 de agosto de 1999, as lideranças do movimento já articuladas com os trabalhadores locais, requerem ao INCRA o pedido de vistoria da Fazenda Gandiroba. Posteriormente, em 11 de setembro do mesmo ano, 400 famílias de sem terras ocuparam a fazenda, incluindo aí também os moradores, afirmando o caráter improdutivo da terra. A pressão realizada junto ao INCRA, fez com que este reconhecesse a ocupação, realizasse o cadastro das famílias, o que tornou possível o recebimento de cestas básicas e o apoio para efetivação do acampamento. A prefeitura municipal de Mari também apoiou com cestas básicas e a doação de lonas para as barracas.

Apesar da tensão em torno do acampamento, não houve conflito direto entre os sem terra e os proprietários. Porém houve episódios de despejos. Segundo o depoimento de um dos assentados, houve quatro despejos durante o período do acampamento, sendo dois feitos pela polícia, um pela justiça e outro pelo INCRA. Esses despejos ocasionaram uma desmobilização e uma diminuição considerável do número de famílias acampadas.

Posteriormente, foi realizada a vistoria pelo INCRA, que verificou algumas benfeitorias na Fazenda Gandiroba tais como: estábulo para 100 animais, curral para 800 animais, quinze casas de colonos, uma casa sede, uma casa de administrador uma casa de hóspede, dois galpões para máquinas e outros equipamentos. Quase dois anos depois do pedido de vistoria pelo MST junto ao INCRA, o pagamento da desapropriação foi autorizado através de Títulos da Dívida Agrária (TDA's) no valor de R\$ 1.032.795,46 a ser vencido em um prazo de quinze anos e de R\$ 392.401,98 em dinheiro referente às benfeitorias em favor da Gandiroba Agropecuária Ltda. Em 22 de dezembro de 2000, foi datada a imissão de posse criando oficialmente o Projeto de Assentamento Tiradentes (SOUTO, 2007).

Das 400 famílias que participaram inicialmente da luta restaram 160, as quais foram assentadas. O assentamento se organiza em torno da agrovila, que possui várias ruas paralelas. Cada família assentada ficou com um lote de 6 hectares, em média, mais

um hectare de quintal, onde se encontra sua residência (ver fotografia 1). A área de reserva compõe 25% do total da área do assentamento.

Fotografia 1 - Casa de assentado com o lote de quintal ao lado.



Foto: Elton Oliveira da Silva. 15/07/2011.

O assentamento é coberto por rede elétrica desde 2004, com o programa “Luz para Todos”. O abastecimento de água é feito através de poços existentes em todas as casas. Algumas também possuem cisternas. Há no assentamento alguns açudes, que servem para o plantio de fruteiras e verduras em suas margens, para os animais, lavagem de roupa e para o lazer (ver fotografia 2), existe também algumas famílias que possuem cisternas. No momento da pesquisa estava sendo construída a caixa d’água do assentamento que vai fornecer água encanada para todas as casas (ver fotografia 3). O saneamento é feito através de fossas sépticas.

Fotografia 2 - Açude no Projeto de Assentamento Tiradentes



Fonte: <http://assentamentotiradentesmari.blogspot.com.br/>. Acessado em: 20/02/2012

Fotografia 3- Caixa D'água em Construção no PA Tiradentes



Foto: Elton Oliveira da Silva. 15/07/2011.

O PA Tiradentes dista cinco quilômetros da sede do município de Mari. O acesso se dá por estrada de terra a partir da rodovia estadual que corta o município. A prefeitura se encarrega de “passar a máquina” tanto no acesso quanto nas ruas do assentamento três vezes por ano, facilitando a locomoção dos assentados, pois a maioria possui moto ou até mesmo carro. Eles se deslocam, principalmente, para Sapé e Guarabira, para fazer compras.

Em relação à educação, o assentamento possui uma escola que foi inaugurada em 2012. A escola oferece turmas do Ensino Infantil ao 9º ano e absorve alunos inclusive do Assentamento Zumbi dos Palmares. Antes já existia uma escola no assentamento que funcionava na antiga residência temporária dos proprietários (ver fotografia 4). Quando os estudantes querem dar continuidade aos estudos, vão geralmente para Mari, ou para Sapé, principalmente os que fazem o magistério.

Fotografia 4 - Antiga Escola do Assentamento Tiradentes



Fonte: <http://assentamentotiradentesmari.blogspot.com.br/>. Acessado em: 12/01/2012

Em relação aos serviços de saúde, o assentamento possui um posto de saúde, que atende todo PA e também o PA Zumbi dos Palmares. O posto começou a funcionar em 2012. Duas agentes de saúde trabalham no assentamento. Quando são acometidos por doenças mais graves, os assentados se dirigem ao hospital de Mari, mas na maioria das vezes seguem diretamente para João Pessoa. Os assentados reclamam do agravamento de doenças respiratórias, provocadas pela fuligem da queima da cana.

No que diz respeito à produção, os principais produtos cultivados são: mandioca, macaxeira, batata-doce, feijão, hortifrutigranjeiros e inhame. Os assentados usam nas plantações tanto adubo químico quanto orgânico. Exploram de forma coletiva uma área irrigada com cerca de 20 a 25 hectares, onde são plantados batata, inhame e maracujá. Para o preparo do terreno, utilizam um trator, cedido pela prefeitura. Cada família pode

usar o trator duas vezes (duas horas cada vez) por ano. Caso precise de mais horas, o trator é alugado, devendo pagar entre R\$ 55 a R\$ 75 reais a hora.

Os principais produtos comercializados são os derivados da mandioca (farinha, beiju, bolos), a macaxeira *in natura* e a batata-doce. O principal destino de comercialização é Sapé, parte também sendo realizada em Mari e em alguns municípios vizinhos. Destaca-se o papel do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), conforme coloca um assentado:

Dentro da comercialização do PNAE, vai pra Mari, Sapé e outros municípios vizinhos, o da CONAB vai para as escolas e outras entidades filantrópicas, mas a base da comercialização daqui se dá mais em Sapé, e é muito pouco que vai pra Mari. E quando ta no período de estiagem aqui, algumas famílias comercializam para os municípios de Mulungu e Gurinhém... (depoimento de um assentado do PA Tiradentes)

Os assentados têm acesso ao crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Durante a pesquisa de campo, alguns assentados relataram haver dificuldades em efetuar o pagamento do empréstimo em decorrência da queda na produtividade do principal produto, a mandioca. No caso do abacaxi, há dificuldades para o seu cultivo em virtude da grande quantidade de agrotóxicos necessários para a sua produção:

(...) o banco libera um custeio para o cultivo de mandioca só que daí a mandioca que dava há 10 ou 15 anos atrás, 22 a 23 mil Kg por hectare, que era a média histórica, hoje não dá mais. Hoje a média da região e de 10 a 12 mil Kg por hectare. Houve uma redução de 50%. Então não há mais viabilidade para a liberação do crédito para a área de mandioca. Aí para o abacaxi tem uma grande quantidade de agrotóxico, então é essa a preocupação. (depoimento de um assentado do PA Tiradentes)

Em termos de criação, os assentados possuem principalmente ovinos e caprinos. Os bovinos são em sua maioria para o corte. Também criam galinhas no quintal.

3.2 O Projeto de Assentamento Frei Damião

O Assentamento Frei Damião está localizado no município de Cajazeiras, na microrregião de mesmo nome, na Mesorregião do Sertão Paraibano. Esta área foi fruto de um conflito de resistência para permanecer na terra em que os moradores lutaram contra as tentativas de expulsão por parte do proprietário.

A ideia de pleitear a área para um futuro assentamento começou quando fazendas vizinhas foram ocupadas, como a Olho D'água, que tinha inclusive como proprietário o mesmo dono da Fazenda Angelim. O fato do mesmo proprietário ter dois imóveis mobilizou a CPT, que se reuniu com as pessoas que queriam fazer parte da luta. Todo o processo começou efetivamente no início do ano de 1998. A grande questão é que os moradores da Fazenda estavam ameaçados de serem expulsos, pois o patrão já havia começado a vender algumas tarefas de terra. Foi nesse momento que a tensão dos moradores com o proprietário aumentou, pois quando o proprietário cercava alguma área da Fazenda, com fins de venda, os moradores iam e desmanchavam a cerca, diziam que a área não estava à venda inclusive para os possíveis compradores.

Contudo não houve relato de episódio de violência maior por parte dos assentados. A forma de luta e mobilização foi através de protestos no INCRA e fechamento da BR, fato que inclusive gerou o momento de maior tensão durante o processo de luta, que foi o confronto com a polícia que tentava reabrir a rodovia.

No início da luta, estavam envolvidas vinte e quatro famílias, sendo quase todas moradoras da Fazenda Angelim, outras vieram de fazendas vizinhas. Pelo fato de serem moradores eles não montaram barracas, pois já viviam em suas casas todas de taipa, já que o proprietário não permitia que construíssem casas de alvenaria.

A CPT acompanhou desde o início a luta dos moradores, mobilizando, convocando reuniões e dando formação para as lideranças locais. Durante os dois anos de luta, tanto a CPT como os moradores enfrentaram uma série de dificuldades, principalmente pela resistência do proprietário de permitir a realização da vistoria do INCRA. Esta só se concretizou no ano de 2000, declarando a terra como improdutiva. O decreto de desapropriação dos 393 hectares da fazenda foi publicado no Diário Oficial

da União no dia 05 de outubro de 2000. A imissão de posse ocorreu em 02 de fevereiro de 2001.

Das vinte quatro famílias, inicialmente na luta, restaram 21 que foram cadastradas. Em reunião com o INCRA, foi decidido que a organização do assentamento se daria em torno de uma agrovila, tendo sido abertas duas ruas paralelas para a construção de casas (ver fotografia 5). O crédito para construção das casas foi liberado no mesmo ano, no valor de R\$ 2.500,00 reais. A área de reserva compõe 20% do total da área do assentamento. Cada família possui 10 hectares mais a área coletiva.

Fotografia 5 - Aspecto geral de um das duas ruas da agrovila



Foto: Elton Oliveira da Silva. 16/03/2012.

Atualmente, além das 21 famílias, existem 15 agregados, filhos de assentados que constituiriam famílias e que moram na casa dos pais ou construíram casa no quintal ou no lote do pai. O assentamento conta com rede elétrica, financiada pelo programa “Luz para Todos”. Todas as casas têm fossa para coleta de esgoto. O assentamento possui um açude (ver fotografia 6), que serve para o consumo animal e para uso doméstico (lavar roupas, louça e para o banho). É proibido banhar-se no açude, pois algumas famílias usam sua água para beber. A água chega até as casas através de mangueiras, que é alvo de reclamação por parte dos assentados, por apresentarem

sempre entupimento devido a serem muito finas. Para beber, os assentados usam a água das cisternas, como bem coloca a presidenta da associação.

(...) já depois do assentamento, veio o programa um milhão de cisterna (...) ai a vida de todo mundo melhorou, que pelo menos água de qualidade pra beber aqui todas as famílias tem. Só uma família aqui que não tem cisterna, que pega do açude. Hoje muita gente tá tomando do açude, porque não dá pra... se você deixar só pra beber e cozinhar ela dá, agora utilizar pra outra coisa não dá pra passar. (Depoimento da presidente do PA)

Fotografia 6 - Açude no PA Frei Damião



Foto: Elton Oliveira da Silva. 16/03/2012.

O PA Frei Damião dista 20 quilômetros da sede do município de Cajazeiras, sendo boa parte do caminho pela BR, apenas um pequeno trecho é de estrada de barro até chegar à agrovila, o que facilita o deslocamento dos assentados para a cidade. A maioria possui meio de transporte próprio, sobretudo moto.

Em relação às escolas, o assentamento não possui nenhuma unidade escolar. A escola que existia foi fechada e atendia as séries iniciais. Hoje os estudantes se deslocam para a sede do município. A prefeitura fornece um ônibus que transporta os estudantes até a escola. O estado, devido a problemas políticos, presta um serviço irregular e precário em relação ao transporte dos alunos da rede estadual de ensino.

Em relação aos serviços de saúde, os assentados são atendidos no PSF do Bairro do Cristo, sendo visitados esporadicamente por um agente de saúde. Os assentados reclamam da dificuldade de atendimento e acesso ao posto. No caso de doenças mais graves, eles procuram os serviços em Cajazeiras, Campina Grande e até mesmo em João Pessoa.

No que diz respeito à produção, os principais produtos cultivados são o milho e feijão, tradicionais na época do inverno. Gêneros como a macaxeira e a batata-doce são produzidos nas vazantes. O plantel de criação é formado, principalmente, pelo gado bovino, caprino, suíno e galinha. Das vinte e uma famílias assentadas, quatro trabalham com apicultura. O principal tipo de adubação utilizado é o orgânico. O uso da irrigação é feito por apenas um assentado para manutenção de um pomar. Além das cisternas convencionais, o assentamento possui uma cisterna calçadão para captar a água da chuva (ver fotografia 7).

Fotografia 7 - Cisterna Calçadão em lote do PA Frei Damião



Foto: Elton Oliveira da Silva. 16/03/2012.

Segundo depoimento dos assentados não são desenvolvidas formas de trabalho coletivas a não ser nas questões dos mutirões, quando é para roçar a estrada, limpar o açude e destocar o mato. Quando estava na época da construção das casas, ainda no início do assentamento, todos se juntavam também em forma de mutirão. O espaço dos

bancos de sementes e de multiplicação é outra forma de trabalho coletivo. O uso do maquinário é sempre coletivo, tanto quando a prefeitura disponibiliza o trator ou quando os assentados dividem entre si o custo do trator. Porém a maioria usa ainda o arado a tração animal.

A comercialização é feita principalmente com as verduras (cenoura, alho, cebola e coentro), mas que hoje a quantidade é bem menor e as vendas vêm se concentrando principalmente no milho feijão, quando o inverno é bom, do leite que é levado para cidade além do mel e seus derivados. A criação dos animais garante uma renda principalmente no fim do ano, quando é vendidos garrotes e porcos.

Com base na descrição feita e das observações feitas durante a pesquisa de campo, é possível constatar que as famílias assentadas nos dois Projetos apresentam, no momento, um padrão de vida mais elevado do que usufruíam na situação anterior ao assentamento. As melhorias se mostram em diversos aspectos, na autonomia da produção e do trabalho, na qualidade da alimentação, acesso à água e inserção produtiva. Porém, a grande questão é saber se o assentamento irá garantir, efetivamente, a fixação da população? O próximo capítulo procurará trazer elementos para essa discussão.

4. MIGRAÇÃO E PERMANÊNCIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO

Neste quarto capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada nos assentamentos. A apresentação foi dividida em três blocos: nos dois primeiros, são apresentados e discutidos os dados gerais sobre as condições de vida, a organização da produção nos Projetos de Assentamento e a migração em cada um dos dois PAs estudados; no terceiro bloco, é feita uma análise das trajetórias de migração dos assentados.

4.1 PA Tiradentes: condição de vida, organização da produção e migração

4.1.1 Perfil da população residente⁸

O PA Tiradentes é composto por 160 famílias e mais 40 agregados. O tamanho médio das famílias é de 4 pessoas. Na amostra pesquisada predominam as pessoas do sexo masculino: 55% são do sexo masculino e 45% do sexo feminino.

Trata-se de uma população relativamente idosa. A faixa etária mediana é a de 50 a menos de 60 anos, sendo que, no sexo masculino, a maior frequência é encontrada na faixa de 18 a menos de 24 anos, com 13,3% do total e no sexo feminino na faixa de 50 a menos de 60 com 18,4% do total de conforme dados apresentados na Tabela 3.

⁸ Referente ao universo de famílias entrevistadas.

Tabela 3 – PA Tiradentes: distribuição da população segundo faixa etária, por sexo

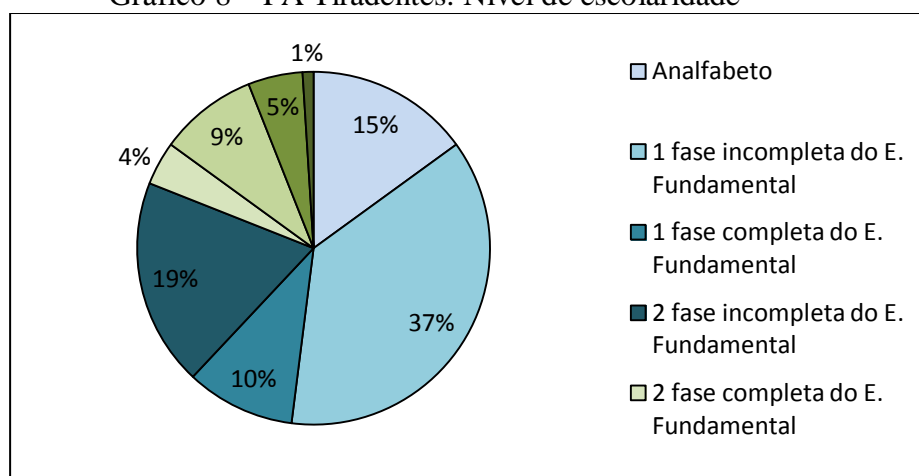
Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total	
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%
menos de 5	6	10,0	4	8,2	10	9,2
de 5 a menos de 10	4	6,7	2	4,1	6	5,5
de 10 a menos de 14	6	10,0	3	6,1	9	8,3
de 14 a menos de 18	5	8,3	4	8,2	9	8,3
de 18 a menos de 24	8	13,3	3	6,1	11	10,1
de 24 a menos de 29	5	8,3	5	10,2	10	9,2
de 29 a menos de 40	7	11,7	6	12,2	13	11,9
de 40 a menos de 50	4	6,7	7	14,3	11	10,1
de 50 a menos de 60	6	10,0	9	18,4	15	13,8
de 60 a menos de 65	5	8,3	3	6,1	8	7,3
mais de 65	4	6,7	3	6,1	7	6,4
Total	60	100,0	49	100,0	109	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

4.1.2 Escolaridade

No que se refere à escolaridade, o PA Tiradentes apresenta um baixo nível de escolaridade. A maioria das pessoas não tinha completado a 1ª fase do ensino fundamental (37%) ou era analfabeta (15%). Nas séries mais avançadas, os que estão cursando ou concluíram o Ensino Médio, juntos somam 14 % (ver Gráfico 8). Foi identificado um assentado com nível superior, trata-se do atual diretor da escola do assentamento, que acumula o trabalho na terra, enquanto camponês assentado, com as atividades na escola.

Gráfico 8 – PA Tiradentes: Nível de escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

O baixo nível de escolaridade observado, no entanto, deve ser relativizado, uma vez que os níveis mais baixos de escolaridades se encontram na faixa etária com mais de trinta anos. Nas faixas etárias mais jovens, o nível de escolaridade é mais elevado em consequência seja da maior disponibilidade dos serviços educacionais seja da preocupação dos pais com a escolaridade dos filhos. Com efeito, os jovens do assentamento contam com um melhor acesso à escola, seja no próprio assentamento (ver fotografia 8), ou na cidade de Mari.

Fotografia 8 - Escola do PA Tiradentes



Foto: Áurea Régia O. da Silva. 18/04/2012.

4.1.3 Trabalho, produção e renda

No tocante à fonte de renda dos assentados, a maioria afirmou que tira boa parte de seus rendimentos da agricultura, mas a maioria não sabe especificar valores nem mensalmente nem anualmente, os que informaram disseram que na última safra conseguiram tirar em torno de R\$ 2.000,00 reais. Deve ser lembrado que, na lógica de reprodução camponesa, a renda nem sempre é calculada no seu valor monetário. Outras fontes de renda como bolsas família e aposentadoria rural são importantes complementos para as famílias.

A maioria dos assentados trabalha exclusivamente no lote (75%). Os que exercem uma atividade complementar além do trabalho na agricultura somam 13%. Dentre as atividades complementares, ganha destaque a de motorista de transporte alternativo e a de servente de pedreiro além dos que possuem um pequeno comércio como bodega e bar. Essas ocupações constituem uma fonte de renda que complementa o que eles conseguem tirar da agricultura. Outros 12% dos assentados têm exclusivamente como fonte de renda o trabalho assalariado, principalmente de servente de pedreiro entre os homens e de faxineira entre as mulheres (ver Gráfico 9). Estes são em sua totalidade filhos, genros e noras dos titulares dos lotes. A maioria dessas pessoas afirmou que não tem acesso à terra e acha melhor trabalhar fora porque o ganho é certo. Na verdade, a maioria destes veio de fora do assentamento e não tinha nenhuma ligação com a terra, já trabalhava como assalariado urbano. No caso dos filhos (a), a questão é o acesso a terra, já que quando casam preferem buscar outra forma de renda que não a agricultura.

Como já destacado no capítulo anterior, no PA Tiradentes os produtos mais cultivados são a mandioca e a macaxeira, o inhame, batata doce, feijão, milho e hortifrutigranjeiro. Criam principalmente caprino, ovino, bovino (principalmente para corte), aves (sobretudo galinhas) criadas no fundo do quintal. Algumas famílias cultivam hortaliças no lote da casa, ou em parceria com outra família aproveitando os espaços das duas casas (ver fotografia 9). Dentre os produtos mais rentáveis estão a macaxeira, o inhame e a batata; o milho mais na época das festas juninas. A mandioca dentre os produtos agrícolas é grande responsável pela renda das famílias, pois além de venderem o produto em natura, também o fazem na forma de farinha. As mulheres que participam da cooperativa contribuem para a formação da renda familiar com a produção e comercialização de bolos, suco, brigadeiros e salgados, que são vendidos dentro e fora do assentamento e que tem sido bastante divulgado durante o Festival da Macaxeira que ocorre no município de Mari.

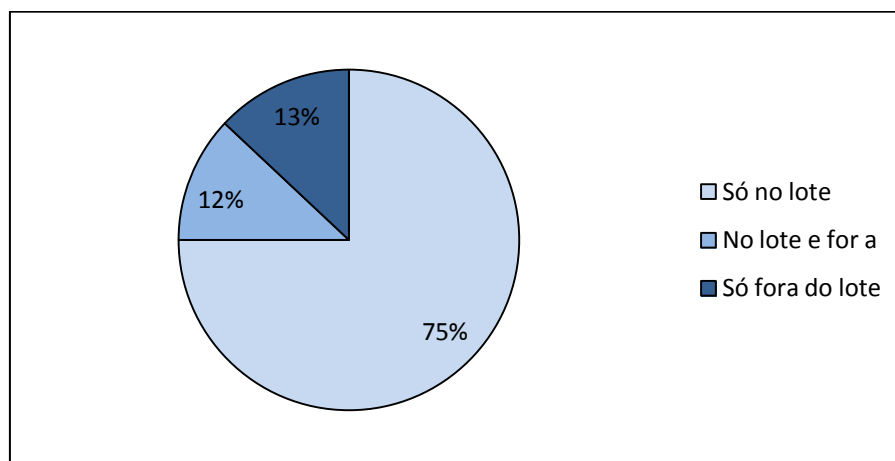
Fotografia 9 – Plantação de hortaliças



Foto: Elton Oliveira da Silva. 18\04\2012.

No que tange à comercialização, a maior parte das famílias assentadas vende seus produtos na feira livre de Sapé. Existem também os que comercializam em Mari, em menor número. Foi destacada a importância do fornecimento de produtos no âmbito da política do PNAE e do PAA para as escolas do município de Mari e outros municípios vizinhos a exemplo de Sapé e para outras entidades filantrópicas, mas a base da comercialização se dá mais em Sapé, e em bem menor quantidade em Mari. Durante o período de estiagem, algumas famílias comercializam para os municípios de Mulungu e Gurinhém. Os principais produtos comercializados são a macaxeira, abacaxi e batata-doce, o principal problema encontrado pelos assentados são os atravessadores, que só oferecem preços baixos. Uma das formas de diminuir a dependência dos atravessadores é a cooperativa. A venda de produtos beneficiados também é uma das saídas encontradas pelas famílias assentadas. Existia um projeto coletivo de criação de frango, em torno de 1.500 cabeças, mas que foi prejudicado pela pulverização de agrotóxicos por aviões na plantação de cana, o que ocasionou a contaminação dos frangos levando-os à morte.

Gráfico 9 – PA Tiradentes: Lugar de ocupação da mão de obra familiar

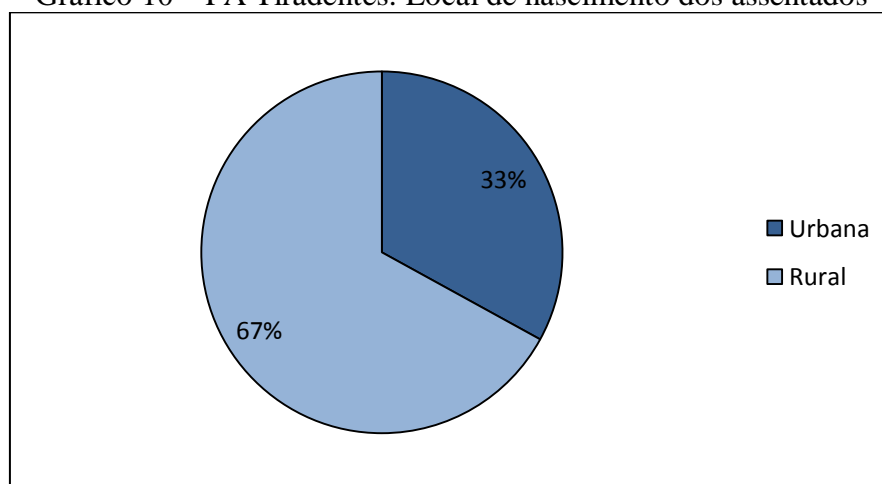


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

4.1.4 Mobilidade e perspectivas de migração

Quanto ao local de nascimento, a maioria da população do Assentamento Tiradentes nasceu na zona rural, correspondendo a 67%. Os outros 33% nasceram na zona urbana (ver Gráfico 10).

Gráfico 10 – PA Tiradentes: Local de nascimento dos assentados



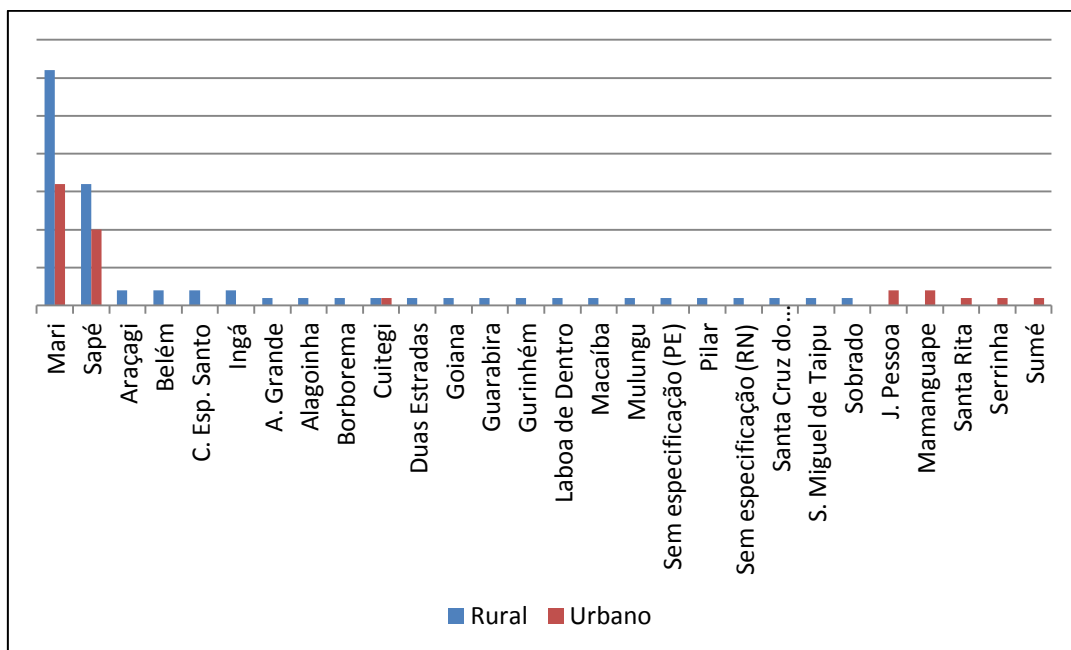
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Apesar da origem rural, a quase totalidade deles não tinha uma terra para chamar de sua, não tinha sequer um pedaço de chão. Outra parte viu a terra dos seus pais se

esfacelar através da herança e a impossibilidade de se reproduzir numa terra que não lhe garantia o sustento. Por isso a terra dos outros foi a solução imediata, foi a alternativa encontrada até aquele momento para não deixar sua condição de camponês, até que a oportunidade de lutar por uma terra que seria sua se apresentou.

No PA Tiradentes predominou os que nasceram no próprio município de Mari e no município limítrofe de Sapé. Há os que nasceram em outros municípios do estado, principalmente da região Agreste-Brejo. Parte significativa nasceu na Mata Paraibana em municípios como Santa Rita, Mamanguape, Pilar, João Pessoa. Um assentado nasceu em Sumé, município do Cariri. Alguns nasceram em outros estados, a exemplo de Macaíba e Serrinha no Rio Grande do Norte e Santa Cruz do Capibaribe e Goiana em Pernambuco (ver Gráfico 11).

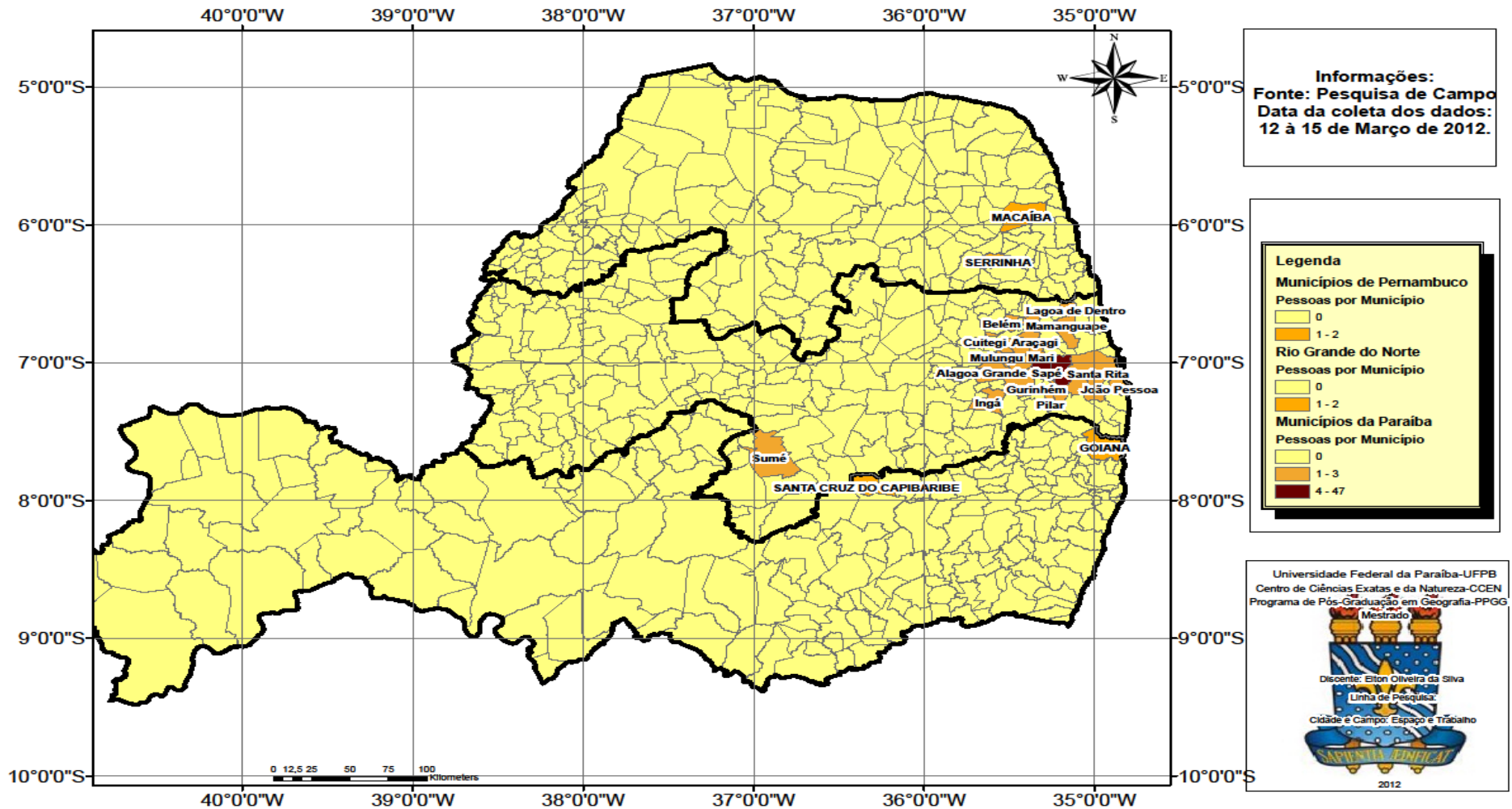
Gráfico 11 – PA Tiradentes: Municípios de nascimentos dos assentados por situação domiciliar



Fonte: Pesquisa de Campo - Assentamento Tiradentes. Elaboração própria.

O Mapa 1, permite uma visualização melhor da distribuição espacial dos municípios de origem dos assentados (ver mapa 1).

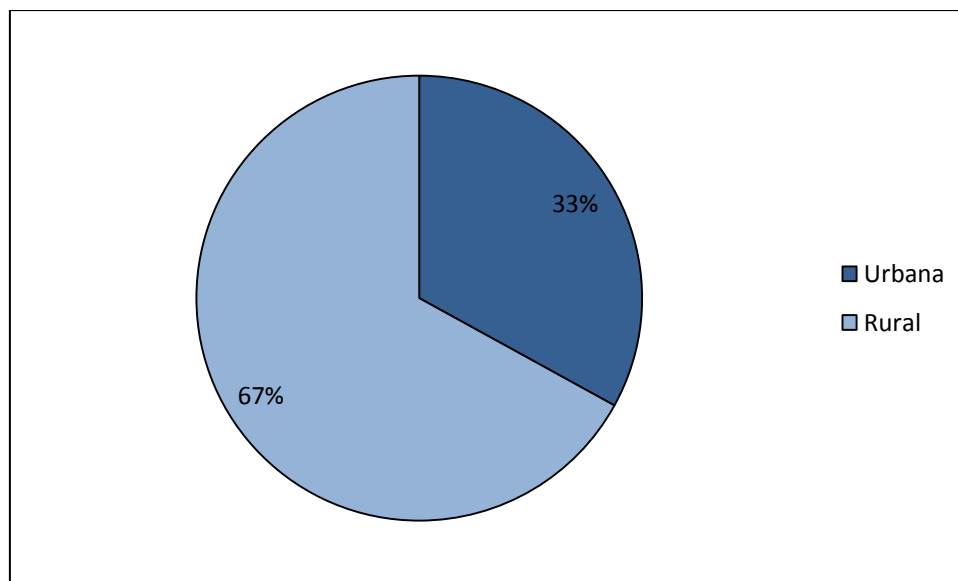
Mapa 2 - Municípios de Nascimento dos Assentamentos



Com a finalidade de analisar mais a fundo a questão da mobilidade, principalmente a do tipo rural-urbana, foram contabilizados apenas os assentados que antes de virem para o assentamento residiam em outro município ou na zona urbana do município onde se localiza o assentamento, ficando de fora da análise os que já nasceram no assentamento e os que antes da criação do PA residiam na propriedade. Sendo assim, em relação ao lugar de moradia dos assentados tem-se que a maioria (67%) residia na zona urbana, com forte predominância dos municípios de Mari e Sapé. Contribuía também o município de Guarabira, os outros 37% residiam na zona rural, também a maioria nesses municípios (ver Gráfico 12).

Portanto, percebe-se com isso que a maior parte dos assentados realizou pelo menos uma migração até chegar ao assentamento, uma parte considerável veio da zona urbana de Mari, depois de ter nascido na zona rural do mesmo município.

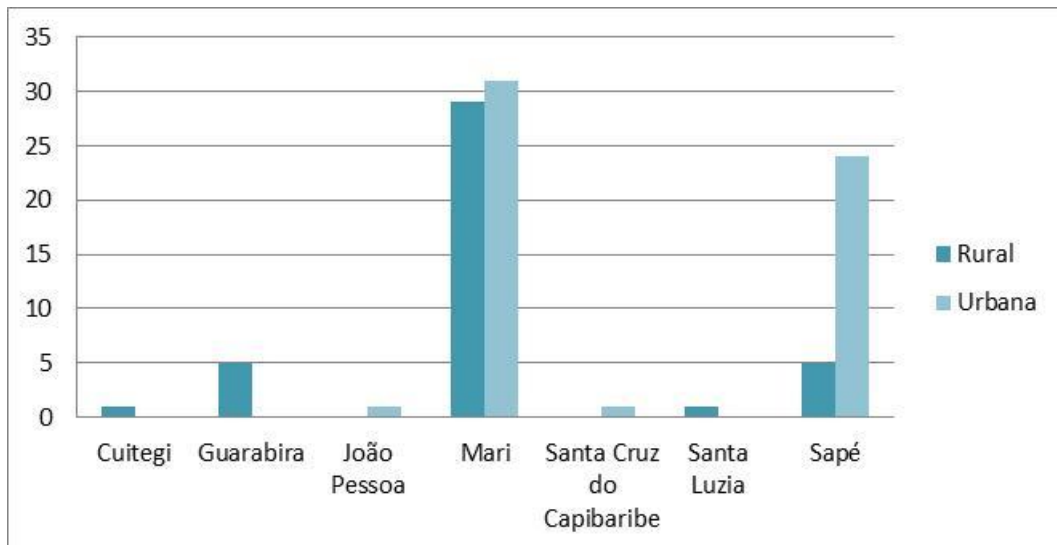
Gráfico 12 – PA Tiradentes: Local de moradia antes do assentamento



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

O fato do agora assentado ter vivido na área urbana, não o desligou totalmente da terra, pois a atividade majoritariamente exercida por eles era de parceiros ou assalariados agrícolas, trabalhando inclusive na fazenda Gendiroba, ou em outras fazendas e usinas da região. O que os levaram anteriormente para a cidade foi de fato não ter condições de se reproduzir enquanto camponês numa terra que não era sua, seja pela precariedade das condições de trabalho, seja pela falta da posse formal da terra.

Gráfico 13 – PA Tiradentes: Município de residências antes da criação do assentamento

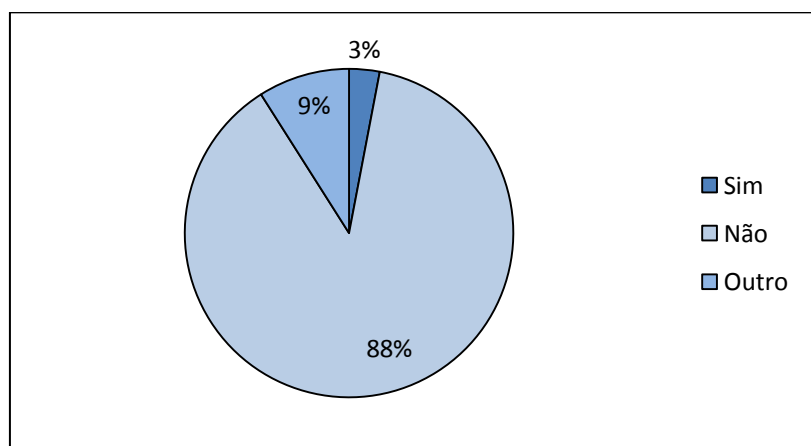


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

A distribuição espacial do lugar de residência anterior à criação do assentamento pode ser melhor visualizada através do Mapa 3.

Quanto à perspectiva de migração da população, 88% afirmaram não querer sair do assentamento, enquanto apenas 3% desejam sair, outros 9% não sabem (ver Gráfico 14). Os que desejam deixar o assentamento alegam que este não é produtivo e precisam de renda. Os motivos que alimentam esse desejo são a busca de trabalho e motivos pessoais como morar perto da família. Muitos afirmam que o trabalho na agricultura não é rentável, principalmente por falta de incentivos do governo, mas falam que a agricultura garante parte do sustento, mesmo reconhecendo que é pouco para suas necessidades de consumo.

Gráfico 14 – PA Tiradentes: Perspectiva de migração



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

MAPA 3

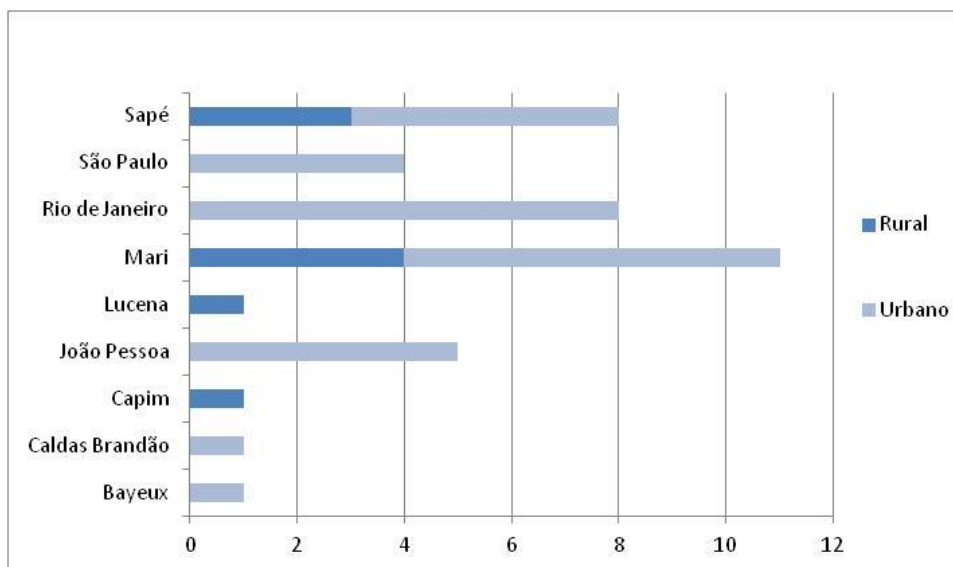


Figura 1

Procurou-se, também, levantar informações sobre os membros das famílias que residem fora do assentamento. Primeiro perguntou-se se eles chegaram a morar no assentamento, sendo que a resposta foi positiva para 80% dos casos. Chamou atenção que do total dos que moram fora 49% são do sexo feminino. Isso se destaca porque a literatura aponta que a migração masculina é mais comum. Uma possível explicação para isso, no caso dos PA's, é a cultura patrimonialista, segunda a qual a herança da terra privilegia o primogênito do sexo masculino. Por outro lado, quando uma filha de assentado contrai matrimônio com alguém que reside fora do assentamento quase sempre é a filha que sai do assentamento para morar seja na cidade ou em outra área rural.

A maior parte dos que saíram vive atualmente na área urbana dos municípios de Sapé e Mari. Dos que residem na zona rural também boa parte estão nesses municípios, além de Lucena e Capim. Outra parte considerável reside, atualmente, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, todos na zona urbana. Também há migrantes residindo na zona urbana de João Pessoa, Bayeux e Caldas Brandão (ver Gráfico 15).

Gráfico 15 – PA Tiradentes: Membros das famílias que moram fora

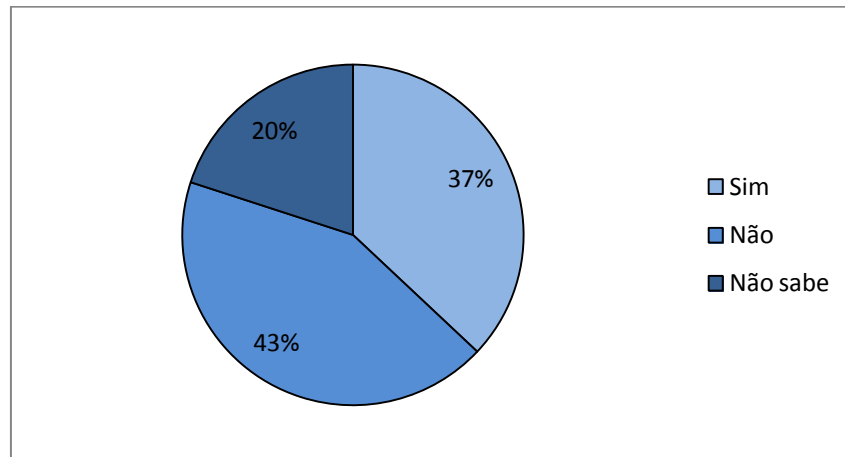


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

A maioria desses migrantes trabalha como assalariado urbano, principalmente no setor de serviços (os que residem no Rio e em São Paulo trabalham em serviços diversos), na construção civil, em pequeno negócio próprio ou em serviços domésticos. Os que residem na zona rural são agricultores. Também foi feita sondagem sobre a

perspectiva de retorno deles para o assentamento: 37% pensam em voltar, 43% pensam que não voltarão, pois já constituíram família onde vive tem um emprego garantido e sobre outros 20% não souberam responder (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PA Tiradentes: Perspectiva de retorno ao Assentamento

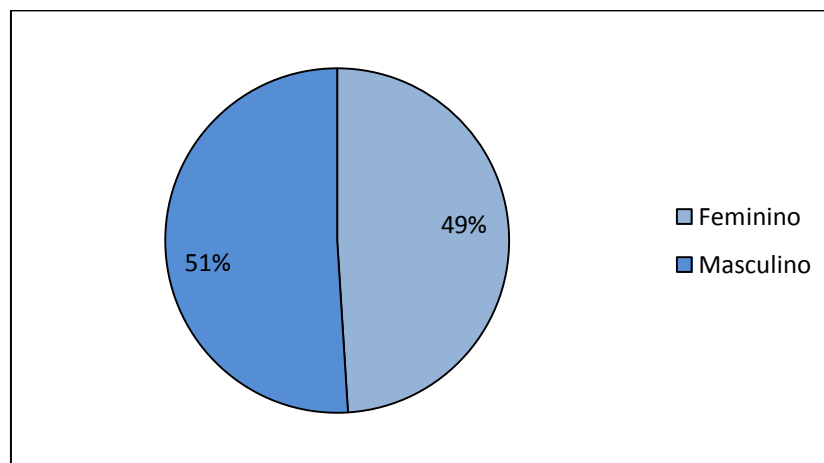


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

4.1.5 Perspectivas da juventude no PA Tiradentes

Este item trata das perspectivas dos jovens quanto à migração, entendendo que o futuro do assentamento depende em grande parte da sua juventude atual. Foram realizadas 35 entrevistas com os jovens com idade entre 15 e 29 anos⁹, sendo 49% do sexo feminino e 51% do sexo masculino (ver Gráfico 17).

Gráfico 17- PA Tiradentes: Distribuição dos jovens entrevistados por sexo

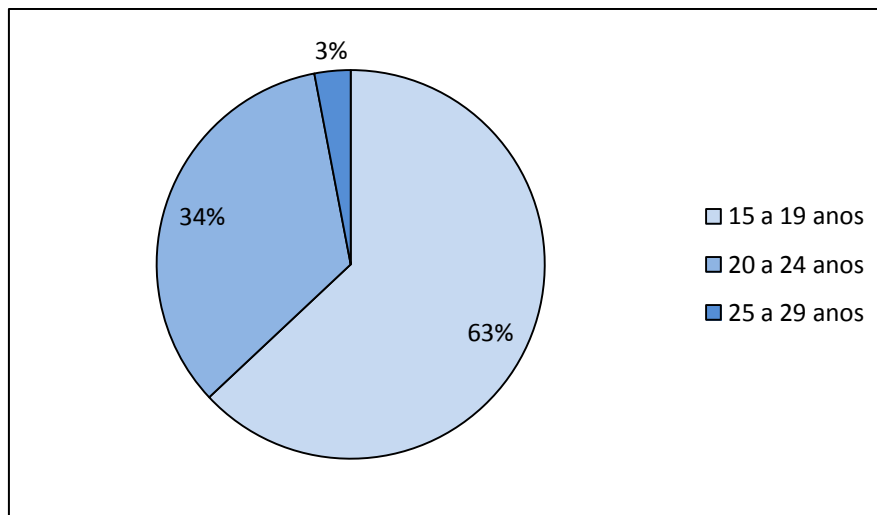


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

⁹ Dados coletados através da pesquisa feita em conjunto com a pesquisa "Juventude Rural: Visibilidade e participação nos Assentamentos Rurais de Mari (PB)" de autoria de Áurea Régia Oliveira da Silva, 2012.

A maior parte (63%) dos jovens entrevistados estava entre 15 a 19 anos, 34% estavam entre 20 a 24 e 3% de 25 a 29 anos (ver gráfico 18). A maioria (60%), concluiu a segunda fase do ensino fundamental, enquanto que apenas 9% concluíram o ensino médio, todos frequentam ou já frequentaram a escola.

Gráfico 18 - PA Tiradentes: Distribuição dos jovens entrevistados por faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

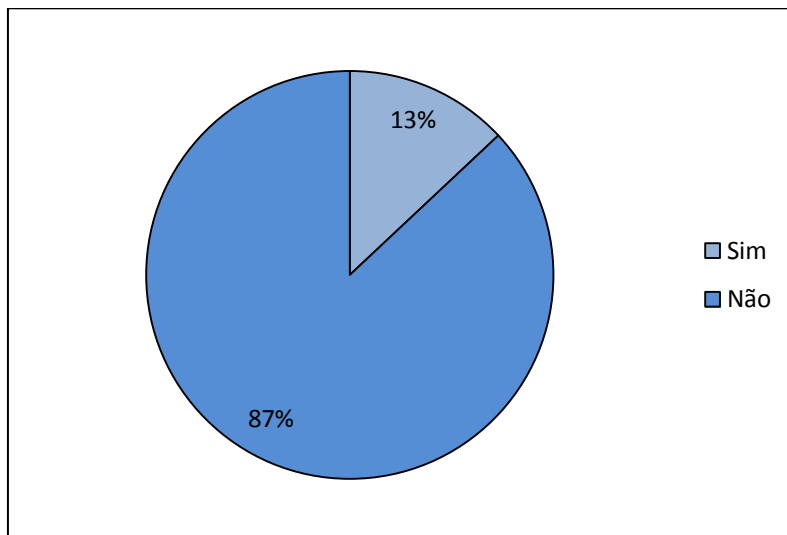
A grande maioria dos jovens guarda uma relação filotópica com o assentamento, pois 87% responderam que gostam de viver no assentamento (ver Gráfico 19). Vale destacar que atualmente o assentamento oferece uma série de equipamentos e de lazer e cultura, voltados para juventude, em primeiro lugar a escola que além de um lugar de aprendizagem, devido sua boa estrutura se tornou um equipamento de convivência e socialização importante. No Tiradentes ainda possui quadra poliesportiva, campo de futebol e o “Ponto de Cultura” (ver fotografia 10), um espaço criado através da mobilização da cooperativa, em que é ensinada música, através de aulas de violão, capoeira e quadrilha junina. Toda essa estrutura proporciona uma maior ligação entre os jovens e o assentamento, não necessariamente como terra de trabalho. Desse modo temos que 80% desejam continuar morando no assentamento e apenas 20% dos jovens entrevistados pretendem sair do assentamento (ver Gráfico 20).

Fotografia 10 – Crianças ensaindo no espaço do “Ponto de Cultura”.



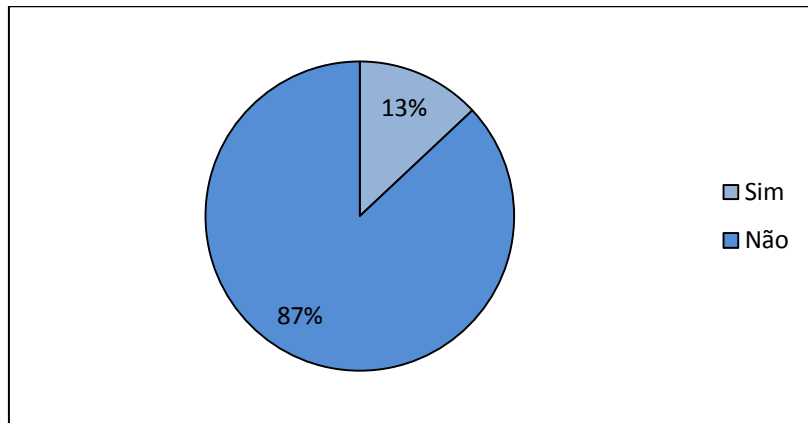
Foto: Áurea Régia O. da Silva. 20\04\2012

Gráfico 19 - PA Tiradentes: Gosta de viver no Assentamento?



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Gráfico 20 – Pensa em sair do Assentamento?

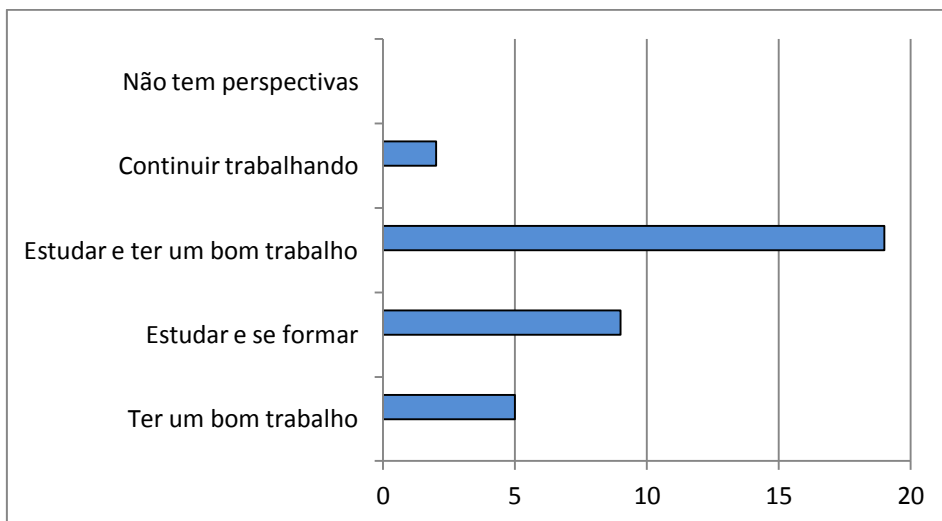


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

A maioria dos que dizem pretender sair não soube responder exatamente para onde, apenas alguns afirmaram que desejam ir para João Pessoa e para São Paulo. Apesar dos dados mostrarem que a maioria dos jovens gosta e pretende continuar morando no assentamento, isso não quer dizer que os jovens tenham uma identificação com a agricultura de modo a ter nessa atividade sua principal perspectiva de futuro.

Em relação às suas percepções de futuro, boa parte dos jovens pensa em estudar e ter um bom trabalho, apenas uma minoria pretende continuar trabalhando na terra, isso mostra certa contradição em relação às perguntas anteriores, pois a maior parte dos jovens gosta de viver no assentamento e não pretende sair do mesmo, mas não coloca o trabalho na terra entre suas principais perspectivas (ver Gráfico 21).

Gráfico 21- PA Tiradentes: Perspectivas dos jovens em relação ao futuro



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

4.2 PA Frei Damião: condição de vida, organização da produção e migração.

4.2.1 Perfil da população residente¹⁰

O PA Frei Damião é composto por 21 famílias e mais de 15 agregados. O tamanho médio das famílias é de 5 pessoas. No conjunto das famílias entrevistadas, contabilizou-se que 45% são do sexo masculino e 55% do sexo feminino. A faixa etária predominante é a de 29 a menos de 40 anos, sendo que a de 29 a menos de 40 com 19,4% do sexo masculino predomina, enquanto que a faixa predominante do sexo feminino é de 5 a menos 10 com 13,2%, conforme dados da Tabela 4.

Tabela 4 – PA Frei Damião: Distribuição da população segundo faixa etária, por sexo

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total	
	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%
menos de 5	2	6,5	3	7,9	9	13,0
de 5 a menos de 10	2	6,5	5	13,2	7	10,1
de 10 a menos de 14	3	9,7	3	7,9	6	8,7
de 14 a menos de 18	4	12,9	4	10,5	8	11,6
de 18 a menos de 24	4	12,9	4	10,5	4	5,8
de 24 a menos de 29	3	9,7	3	7,9	6	8,7
de 29 a menos de 40	6	19,4	4	10,5	10	14,5
de 40 a menos de 50	3	9,7	4	10,5	7	10,1
de 50 a menos de 60	3	9,7	4	10,5	7	10,1
de 60 a menos de 65	0	0,0	3	7,9	3	4,3
mais de 65	1	3,2	1	2,6	2	2,9
Total	31	100,0	38	100,0	69	100,0

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

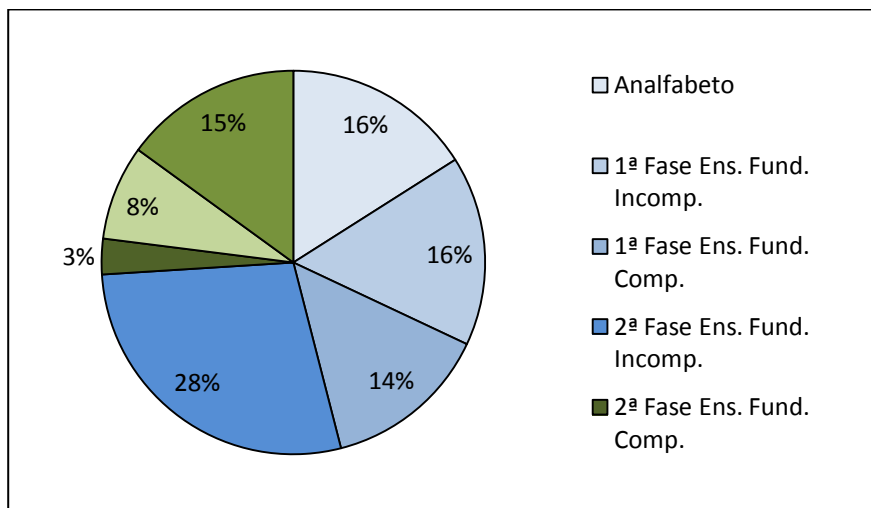
4.2.1 Escolaridade

No que se refere à escolaridade, o PA Frei Damião detém um nível de escolaridade melhor do que o do PA Tiradentes: 32% das pessoas são analfabetas ou não completaram a primeira fase do Ensino Fundamental; 28% do total não completaram a 2ª fase do ensino fundamental (do 6º ano ao 9º ano); nas séries mais

¹⁰ Referente ao universo de famílias entrevistadas.

avanzadas os que estão cursando ou concluíram o Ensino Médio, juntos somam 23 % (ver Gráfico 22).

Gráfico 22 – PA Frei Damião: Nível de escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Tal como no Assentamento Tiradentes, os menores níveis de escolaridade são encontrados nas faixas etárias mais avançadas. Um agravante para o nível de escolaridade foi o fechamento há alguns meses, da escola do assentamento, o que obriga as crianças se deslocarem até Cajazeiras para estudar. Essa escola também servia para as turmas de Educação de Jovens e adultos. (ver Fotografia 11).

Fotografia 11 - Escola fechada no PA Frei Damião



Foto: Diego Pessoa de França. 14/07/2012.

4.2.3 Trabalho, produção e renda

No que tange à fonte de renda dos assentados, no PA Frei Damião se repete a mesma lógica do PA Tiradentes, ou seja, a maior parte do rendimento dos assentados provém da agricultura. Programas de complementação de renda como bolsa família e o seguro safra, além da aposentadoria são outras formas de renda para os assentados.

Uma boa parte dos assentados trabalha exclusivamente no lote (58%), porém em proporção menor do que no PA Tiradentes. Os que exercem alguma atividade fora do lote representam 39 % do total. Muitos são os que complementam a renda obtida na agricultura com outra atividade, em sua maioria como servente de pedreiros. Esse número expressivo pode ser explicado em parte pelo período de estiagem que afetou fortemente o município durante o ano de aplicação dos questionários, mas também pela expansão do setor imobiliário na cidade de Cajazeiras que vê nos assentados mão de obra barata e abundante. Foi encontrado apenas um pequeno comércio em todo assentamento, que vendia picolés (ver fotografia 12). Já os que trabalhavam exclusivamente fora do lote somam apenas 3% , apesar do assentamento apresentar os mesmos problemas em relação aos agregados, muitos deles realizam o trabalho na terra, deve-se isto aos filhos e filhas dos assentados casarem com pessoas do assentamento, de outros assentamentos e de outras comunidades rurais.

Fotografia 12- Pequeno Comércio no PA Frei Damião



Foto: Elton Oliveira da Silva. 14/07/2012.

A produção no PA Frei Damião, como já ressaltado anteriormente, está concentrada nas lavouras de milho e feijão na época do inverno, e no plantio de macaxeira e batata-doce nas vazantes, assim como de hortifrugranjeiros. Em relação à criação, a maior parte das famílias cria galinha, porco, ovelha e cabra. O gado bovino, em sua maioria, destina-se à para produção do leite. Também é de se destacar as fruteiras que são para o consumo, estando presente em todos os quintais e na vazante do açude, principalmente a manga. Outra fonte de renda é a apicultura (ver fotografia 13), praticada por quatro das vinte e uma famílias. Estas vendem desde o mel *in natura* até uma pomada feita a base de própolis, desenvolvida em parceria com a UFCG, que promoveu cursos de preparo da pomada junto as mulheres. A pomada tem feito bastante sucesso na região, devido ao seu poder cicatrizante.

Fotografia 13 - Lote com os equipamentos de apicultura



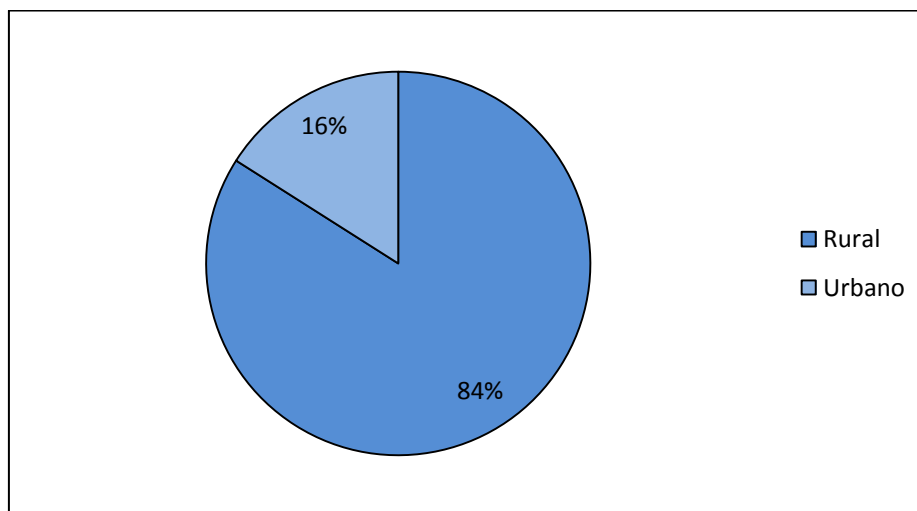
Foto: Elton Oliveira da Silva. 14/07/2012.

Em relação à comercialização, o principal destino é o próprio município de Cajazeiras. Os principais produtos vendidos são as verduras (cenoura e coentro). Também é comercializado o milho e o feijão, além do leite, do queijo e do mel. A maioria dos produtos é vendida diretamente ao consumidor. A venda dos garrotes passa pelo atravessador.

4.2.4 Mobilidade e perspectivas dos jovens

Quanto ao local de nascimento, a maioria da população do Assentamento Frei Damião nasceu na zona rural, correspondendo a 84%. Os 16% restantes nasceram na zona urbana (ver Gráfico 23). Dos que nasceram na zona rural, 90% são naturais do próprio município de Cajazeiras. Os outros 10% se distribuem entre os municípios de Sousa (PB), Alexandria (RN) e Brasília (DF) (ver Gráfico 23).

Gráfico 23 – PA Frei Damião: Local de nascimento dos assentados segundo situação domiciliar



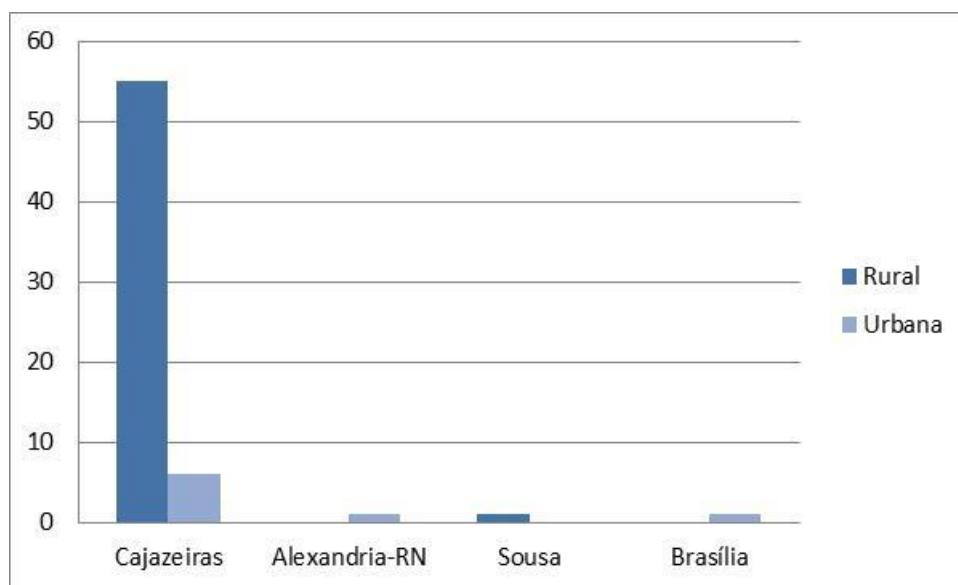
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria

Observa-se que este assentamento é formado majoritariamente por pessoas oriundas do município de Cajazeiras. Há também registro de pessoas que nasceram em outros municípios como Sousa, bem como em municípios fora do Estado da Paraíba. Há um caso de nascimento no Rio Grande do Norte mais especificamente no município de Alexandria. Outro caso foi de uma assentada que nasceu no Distrito Federal, mas tinha família aqui, veio morar ainda jovem na Paraíba onde contraiu matrimônio com um dos moradores da Fazenda e participou da luta pela permanência na terra (ver gráfico 24).

Essa predominância de pessoas naturais do próprio município é uma característica correspondente ao processo de luta pela terra, pois a luta como já foi colocado se caracterizou como resistência ao processo de expulsão. Foram os moradores da antiga fazenda que se tornaram assentados. Este fato em parte elimina um fator de fluxo migratório, que se daria por um processo de desterritorialização deste campesinato, que de fato não aconteceu. Não houve a perda de território materialmente

falando, se não a privação da condição camponesa em determinados momentos da luta, quando o proprietário mandava arrancar as lavouras, soltava o rebanho bovino nas terras e queimava as plantações dos camponeses. Outro dado que chama a atenção é que os que não nasceram no município de Cajazeiras são mulheres. Isto se explica pelo fato de seus maridos as terem conhecido fora da propriedade e as terem trazido depois que contraíram matrimônio.

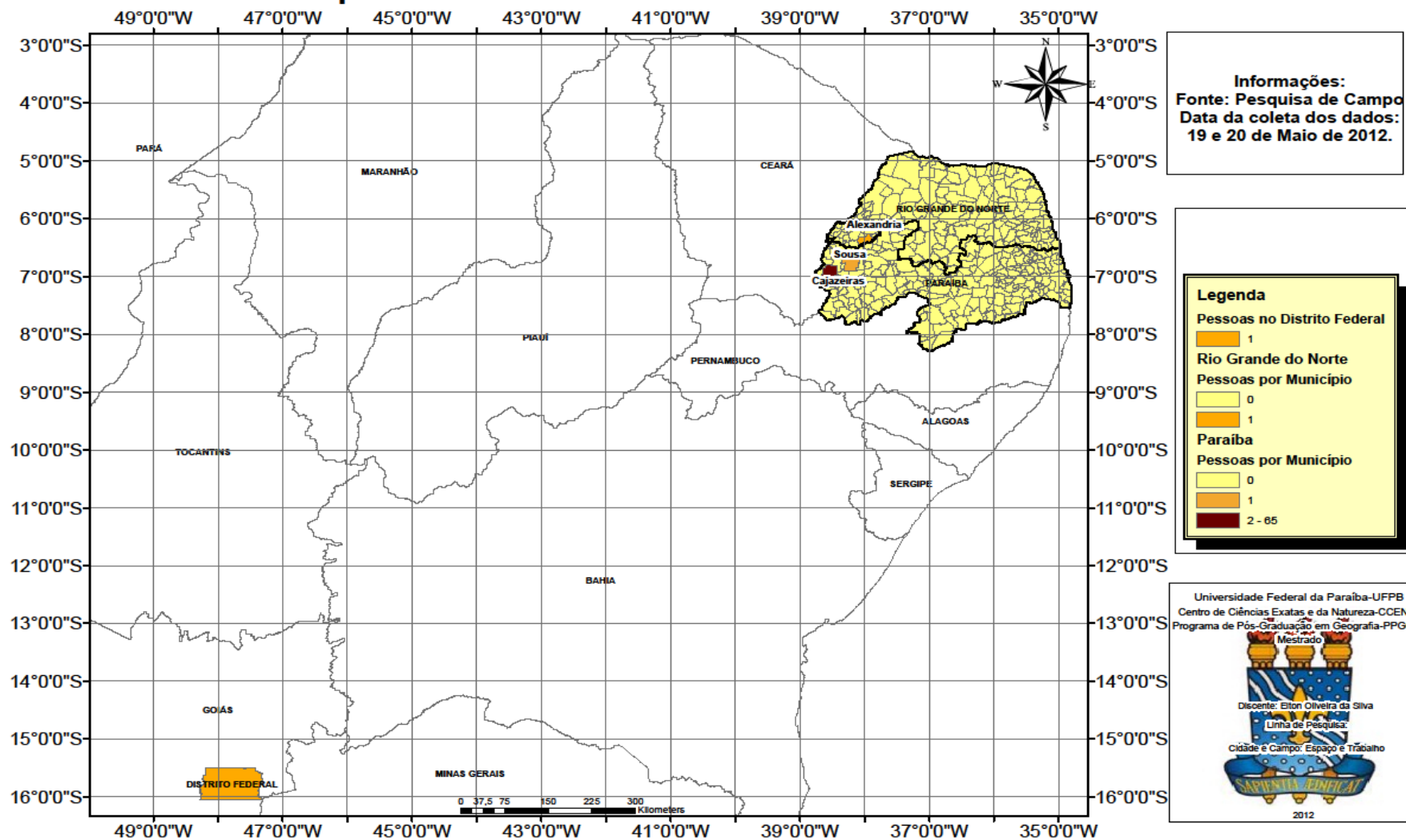
Gráfico 24 – PA Frei Damião: Município de nascimento dos assentados por situação domiciliar



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

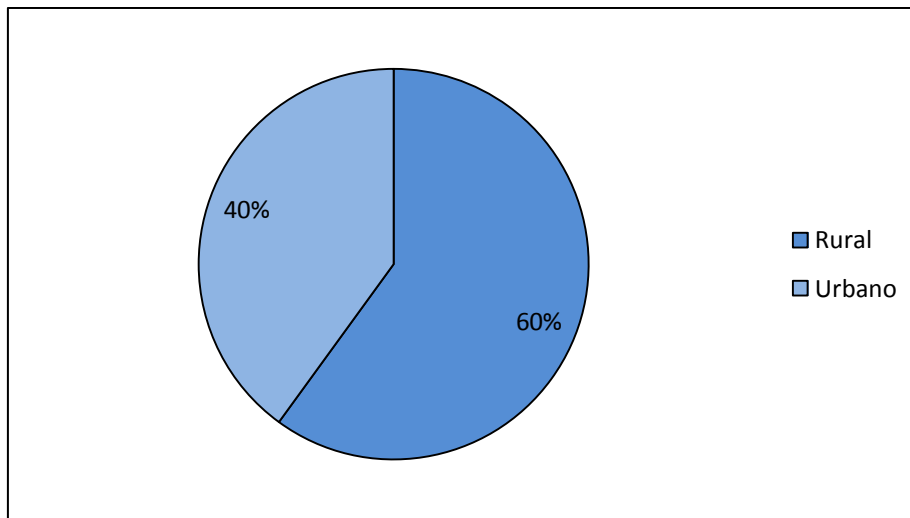
O Mapa 4 permite uma melhor visualização da distribuição espacial dos municípios onde nasceram os migrantes.

Mapa 4 – PA Frei Damião: Municípios de nascimento dos assentados



Para discutir a mobilidade dos assentados, foram excluídos da análise os que já nasceram no assentamento e os que antes da criação do PA residiam na propriedade. Sendo assim, em relação ao lugar de moradia dos assentados tem-se que a maioria (60%) residia na zona rural do município de Cajazeiras só que em outra propriedade que não a que deu origem ao assentamento, e 40% residiam na zona urbana de Cajazeiras (ver Gráfico 25).

Gráfico 25 - PA Frei Damião: Local de moradia antes do assentamento

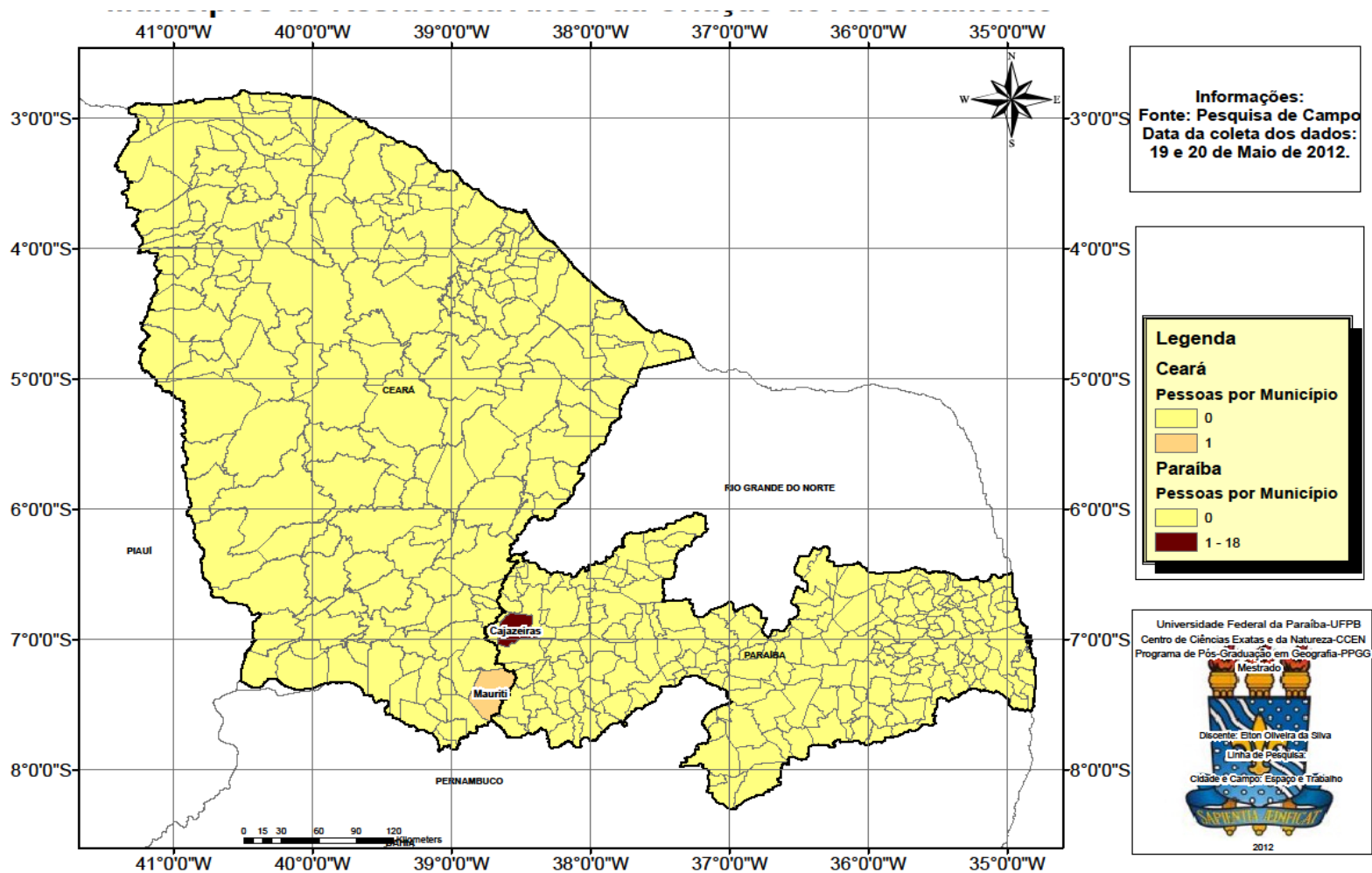


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Dos procedentes da zona urbana, a maior parte era formada por parentes dos que continuavam na terra, ou seja, filhos, mulheres e irmãos, que saíram da propriedade antes do início da luta e só retornaram após a conquista da terra. Este fato se deveu à busca de garantia de renda para suas famílias que se encontravam a mercê do proprietário. Para estes indivíduos a criação do assentamento significou o retorno a terra.

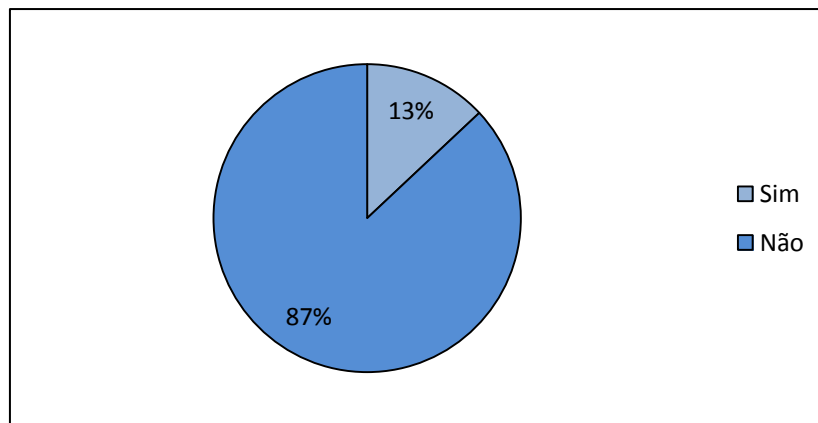
Quanto ao lugar de moradia antes do Assentamento quase cem por cento das pessoas estavam em Cajazeiras no período anterior à luta. Apenas uma em Mauriti – CE (ver mapa 5). Isso se deve ao fato da luta no PA Frei Damião ser uma luta de resistência, em que os atuais assentados eram quase todos moradores da fazenda. Mas isso não quer dizer que a mobilidade não era intensa, pois com o acesso precário à terra eles realizavam muitas migrações temporárias para diversos lugares do Brasil, trabalhando principalmente na construção civil, eles não chegavam a se fixar, pois deixavam suas famílias e a intenção era sempre voltar.

Mapa 5 – PA Frei Damião: Municípios de residência antes da criação do assentamento



Quanto à perspectiva de migração da população, 87% afirmaram não querer sair do assentamento, enquanto que 13% desejam sair (ver Gráfico 26). Os que aspiram deixar o assentamento alegam que este não é produtivo e precisam buscar outras oportunidades de trabalho e de renda, bem como citam alguns motivos pessoais como morar perto da família (um caso em que os filhos moram em São Paulo). Muitos afirmam que o trabalho na roça não é rentável, principalmente em anos de seca prolongada, apesar de falarem que a agricultura garante parte do sustento.

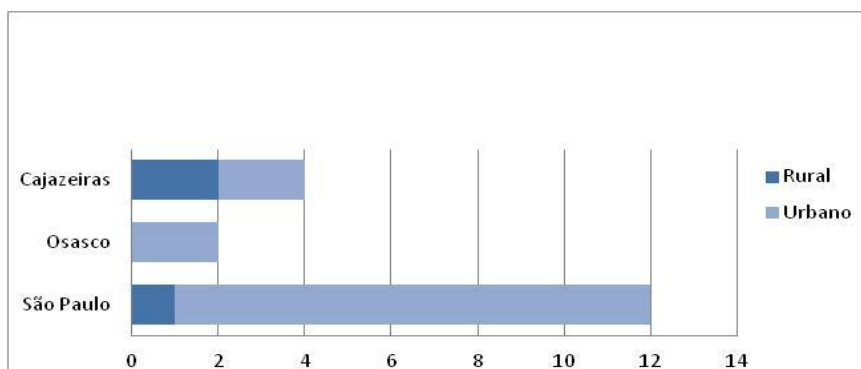
Gráfico 26 – PA Frei Damião: Perspectivas de migração



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Foram registrados 18 membros das famílias que residiam fora do assentamento, sendo que 85% deles migraram após a instalação do PA. A grande maioria vive atualmente na área urbana do município de São Paulo. Dos que foram para o estado de São Paulo, apenas um reside na zona rural, trabalhando numa usina. Apenas quatro pessoas residem, atualmente, no município de Cajazeiras, seja na cidade, seja na zona rural. (ver Gráfico 27).

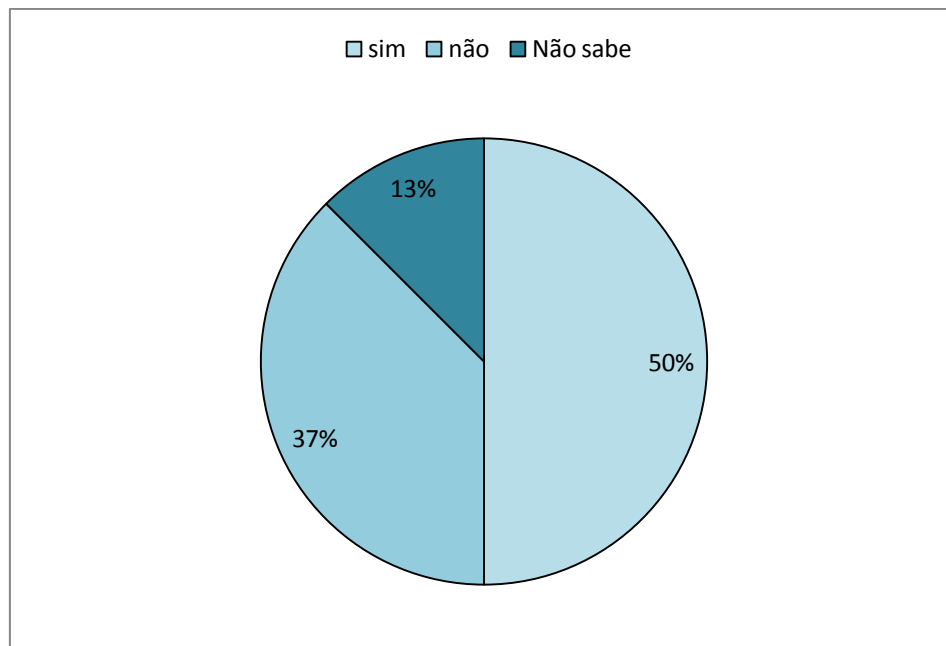
Gráfico 27 - PA Frei Damião: Membros da família que moram fora do assentamento



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Quanto à perspectiva de retorno desses membros ao assentamento, os entrevistados avaliaram que metade pensa em voltar, em 37% dos casos os familiares acham que eles não voltarão, pois já constituíram família onde vivem outros e a respeito dos outros 13% não souberam responder (gráfico 28).

Gráfico 28 - PA Frei Damião: Perspectiva de retorno ao assentamento

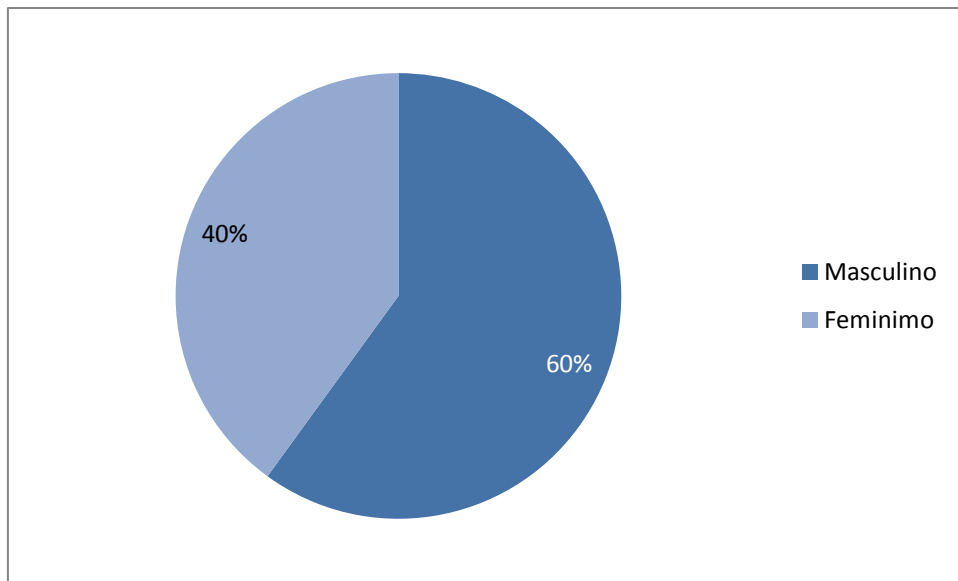


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

4.2.5 Perspectivas da juventude no PA Frei Damião

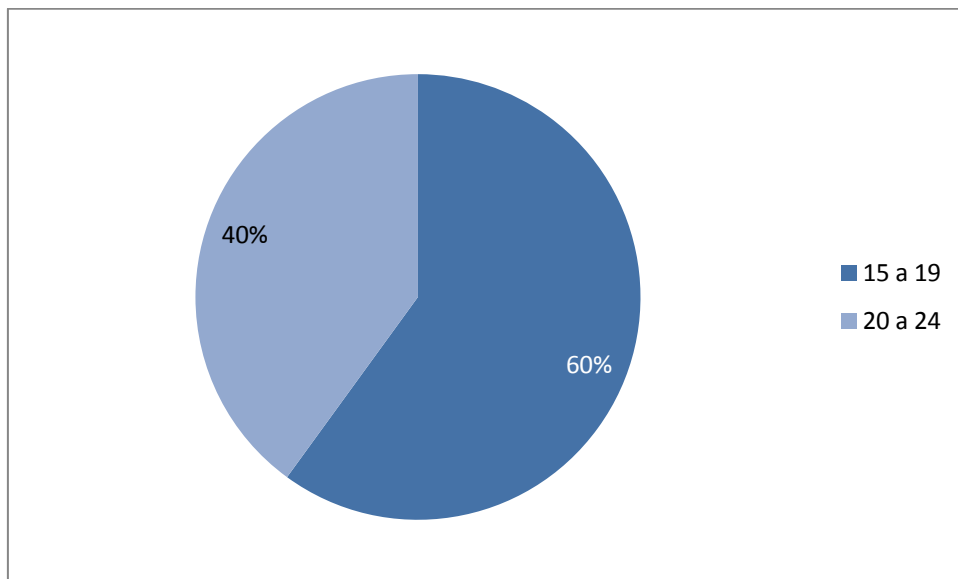
Para levantar as perspectivas dos jovens quanto à migração, foram realizadas 5 entrevistas com os jovens com idade entre 15 a 29 anos, sendo 40% do sexo feminino e 60% do sexo masculino (ver gráfico 29); 60% tinham entre 15 a 19 anos, 40% estavam entre 20 a 24. A maioria (60%) concluiu a segunda fase do ensino fundamental, enquanto que apenas 9% concluíram o ensino médio, todos frequentam ou já frequentaram a escola.

Gráfico 29 – PA Frei Damião: Distribuição dos jovens entrevistados por sexo



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Gráfico 30 – PA Frei Damião: Distribuição dos jovens entrevistados por faixa etária

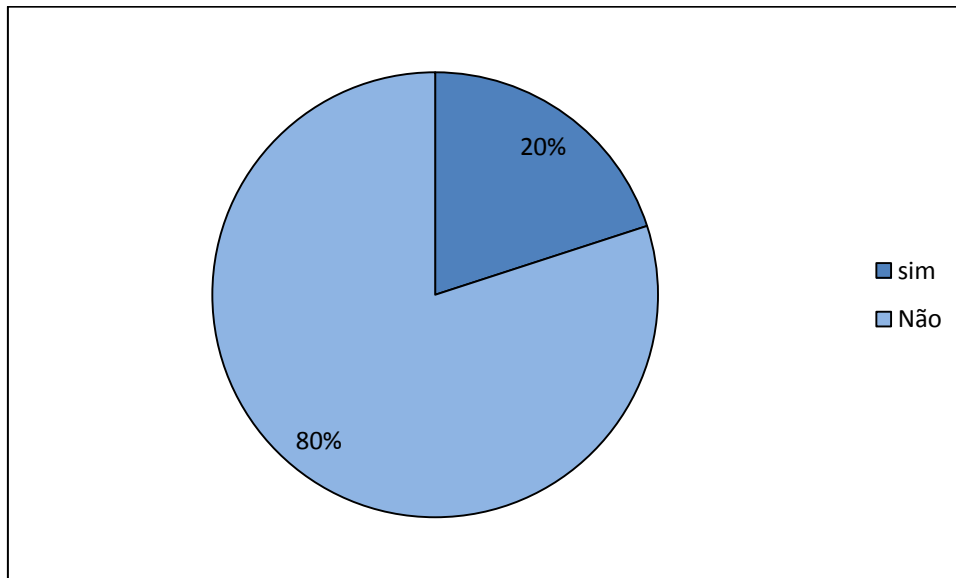


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Todos responderam que gostam de viver no assentamento. Apesar disso, 20% dos jovens entrevistados pretendem sair do assentamento (ver gráfico 31). Como foi mostrado anteriormente, apesar dos dados mostrarem que a maioria dos jovens gostam e

pretendem continuar morando no assentamento, isso não quer dizer que os jovens tenham na agricultura camponesa sua principal perspectiva de futuro.

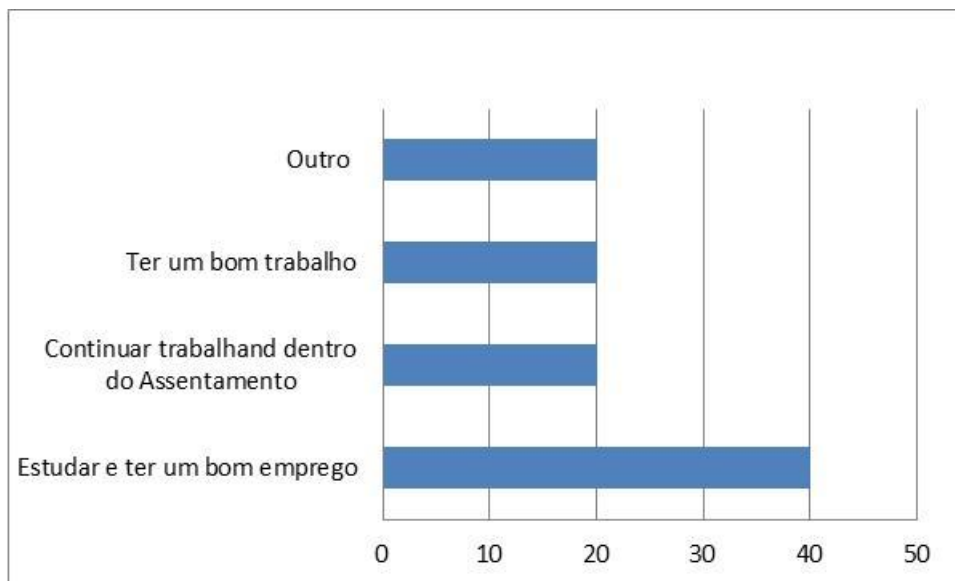
Gráfico 31 – PA Frei Damião: Pretensão de saída do assentamento



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Tal como verificado no assentamento Tiradentes, não obstante a maioria dos jovens gostarem e pretenderem continuar morando no assentamento, isso não quer dizer que os jovens tenham na agricultura camponesa sua principal perspectiva de futuro. Com efeito, boa parte deles pensa em estudar para obter um bom emprego. Só uma pequena parte pretende continuar trabalhando na terra. Isso mostra que, na maioria dos casos, os jovens pensam em ter uma melhor qualificação, mesmo que não pretendam sair do assentamento. Na verdade, eles não colocam o trabalho na terra entre suas principais perspectivas (ver gráfico 32).

Gráfico 32 – PA Frei Damião: Perspectivas de futuro



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Alguns jovens alegaram que veem num possível emprego fora do assentamento uma forma de garantir o seu futuro bem como o de sua família. A migração também é vista por eles como uma forma de garantir a manutenção da unidade familiar, pois se apenas um membro da família, em geral os filhos mais velhos, migrarem podem ajudar os familiares e garantir que os demais permaneçam no local onde moram. Embora a migração esteja nos planos de alguns jovens, eles não sabem qual seria seu destino, alguns disseram que pretendiam ir para São Paulo.

Pode-se deduzir do exposto que as cidades do Sudeste do país continuam sendo atrativas para os jovens, por estes acharem que lá conseguirão melhores oportunidades de emprego e renda. A maioria ainda tem a percepção de que estes lugares vão lhes proporcionar melhores condições de vencer na vida. Soma-se a isto a influência exercida por parentes e amigos que se encontram nestes municípios ou que já estiveram lá, o que ressalta a importância das redes de informação na orientação dos fluxos migratórios. Estes parentes servem de ponto de apoio aos jovens que desejam migrar. Sobre esta rede social Beaujeu-Garnier afirma:

Quando a notícia do filho ou do amigo que partiu é boa, o movimento emigratório propaga-se e muitos indivíduos emigram por nenhum outro motivo senão o oriundo do sentimento de companheirismo, que une família ou amigos, ou simplesmente o do exemplo dado pelo primeiro a deixar a terra natal (1974, p. 254).

A imprecisão do local de destino, verificado nas respostas ou a decisão de sair do assentamento ou continuar, pode ser explicado pela importância da migração para a sobrevivência da unidade camponesa:

Ficar ou sair são estratégias complementares, pautado por condições objetivas das famílias de agricultores familiares e pelos significados que estas alternativas oferecem aos jovens, na montagem de seus projetos de vida. Ficar e sair são opções que escondem, de um lado, valores que se formam na mente dos jovens a partir das condições que dispõem suas respectivas famílias, ao mesmo tempo que representa alternativas do exercício de trabalho nos espaços rurais e fora deles. São, portanto, as condições objetivas e subjetivas que formam as condições dos jovens assentados e dão a eles os elementos para elaborarem seu plano de ações, que orientam suas trajetórias e seus projetos de vida (MALAGODI e MARQUES, 2007).

De fato, apesar dos números apresentados nos dois assentamentos, em que a perspectiva de migração é baixa, não se pode afirmar que os jovens assentados se recriam como camponeses e têm no trabalho na terra sua principal perspectiva de fonte de renda. O trabalho no lote é considerado pelo jovem como desvalorizado. O jovem não tem autonomia em relação à produção, além do trabalho agrícola não fornecer na maioria das vezes a esse jovem uma renda monetária. Ter uma renda própria é uma aspiração do jovem, o que explica o fato de vários jovens, principalmente os do sexo masculino, estarem trabalhando como pedreiros na sede de seus municípios e, no caso do Tiradentes, estarem indo para João Pessoa.

4.3 Trajetória dos migrantes: em busca de territórios de esperança

Este item aborda as histórias de migração de alguns moradores mais antigos dos assentamentos, que estiveram no princípio da luta, buscando resgatar as suas trajetórias de vida e de trabalho. Tal levantamento permitirá acompanhar as suas origens, seus caminhos e suas vivências. Para recuperar a memória desses camponeses assentados, recorreu-se à realização de entrevistas com os chefes de família, com mais de cinquenta anos de idade, para resgatar suas histórias de vida e trabalho, onde a mobilidade está sempre presente.

A discussão sobre esse aspecto está ancorada no conceito de território de esperança desenvolvido por Moreira (2006^a), que o define como sendo aquele:

[...] construído e conquistado pela luta de resistência e de ocupação promovida pelos trabalhadores, com o apoio de movimentos sociais, universidade e ONGs, simboliza uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente. Trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança. “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Uma forma experienciada de organização social singular, singularidade de ordem seja ‘da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de outro modo de relação social, de outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.’ (MOREIRA, 2006a, p. 8).

Esta definição remete a várias questões que levam à reflexão sobre o processo de luta pela terra e de luta pela permanência da terra. Nesse território eivado de contradições, a migração surge como mais um elemento que confirma esta ideia. O assentamento rural está ligado a uma dinâmica pela busca de concretização de um território de esperança, motivado pela luta pela terra e pela construção da vida na terra. Essa dinâmica, no entanto, não está isenta de contradições: prevalectimento dos interesses individuais sobre os coletivos, restrições impostas pela estrutura do mercado com o qual se relaciona, subordinação aos interesses da estrutura de poder local e regional, etc.

Antes de detalhar a trajetória dos assentados, convém fazer algumas considerações a respeito da importância da migração para o campesinato. Em primeiro lugar, a migração, enquanto estratégia de sobrevivência, representa uma “duplicidade” espacial e temporal para o camponês, tal como lembra Martins:

Mais do que migrantes temporários, há um universo social da migração temporária. Mais do que *trânsito* de um lugar para outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está

saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1988: p.45).

Em segundo lugar, é preciso fazer uma leitura da migração que fuja da visão dicotômica de polos de origem e de destino como realidades distintas. Na verdade o ir e vir dessas pessoas estão relacionados entre si, pois constituem uma malha de esperança para conseguir formas de sobreviver e pode voltar senão para sua terra, mas para seu lugar. A esse respeito afirma Menezes:

(...) superar noções lineares de desenvolvimento da sociedade, para as quais determinados tipos de migrações, como a sazonal, de curta duração e distância, são etapas para uma migração definitiva, de completa proletarização dos camponeses. A perspectiva da transição do campo para cidade ou de camponês para proletário obscurece nossa compreensão do relacionamento entre trabalho assalariado e as formas pelas quais o campesinato tem se mantido ao longo dos anos (MENEZES, 2002 p. 51).

O estudo das trajetórias de alguns casos colhidos em campo da hoje população assentada é de grande importância para o estudo, pois vai mostrar a trajetória de vida entre o lugar de nascimento dos assentados e o local de moradia dos mesmos antes da criação do assentamento. Foram escolhidos três casos dentre muitos, que permitem identificar e analisar a condição do camponês antes de ter a posse legal da terra. Na condição de posseiro, foreiro ou morador, este camponês vivia atrelado a um sistema em que não possuía autonomia em relação à produção e ao trabalho. Estando subordinado ao patrão, ao senhor da terra, ele buscava estratégias de reprodução e recriação mesmo que se subordinando ao capital.

Analisar os itinerários migratórios desses camponeses tem uma importância fundamental para se compreender a rede formada pelos fluxos dos múltiplos movimentos migratórios, o processo de subordinação do trabalho, a questão da distribuição de terra no Brasil e a multidimensionalidade do processo de mobilidade que é de fato mais complexo do que a simples análise de áreas de atração e repulsão. Busca-se não somente identificar os fluxos migratórios, mas também as trajetórias sociais, levando-se em consideração que:

Esta circularidade não pressupõe a reprodução da mesma situação social. Ao contrário. A volta, o caminho de fechar o círculo não é igual ao caminho de iniciá-lo porque a circularidade não acontece apenas uma vez, Em muitos casos, ela acontece em quase toda a vida

desses agentes sociais. Neste sentido ela é permanente e o migrante temporário é permanentemente temporário. Este é seu destino essa é sua história. Destino de um ser híbrido. Isto é, uma mistura de camponês e assalariado, mistura de duas condições sociais (SILVA,1992 *apud* Menezes, 2002 p. 52).

Foram escolhidos três casos mais significativos, dois no Assentamento Tiradentes e outro no Assentamento Frei Damião, levando em consideração as seguintes informações: lugar de migração, idade ao migrar e o ano da migração. Nos três casos os migrantes são homens e responsáveis pelos lotes. Além disso, as trajetórias dos três casos foram cartografadas para melhor visualizar os fluxos.

4.3.1 Primeiro caso

No primeiro caso, a primeira migração aconteceu em 1960, quando ainda criança, deixou Cajazeiras rumo a Mauriti, no Estado do Ceará. Posteriormente, já jovem, aos 21 anos de idade ele retornou a Cajazeiras para morar na Fazenda Angelim, onde construiu sua vida e lutou para nela permanecer, porém como a terra não lhe pertencia, para sobreviver buscou na migração a alternativa. Partiu para Brasília aos 27 anos. Em 1990 foi para Marabá-PA, aos 41anos; nessa época já era casado, mas deixou a mulher e os filhos em Cajazeiras. De acordo com seu relato, realizou ainda duas migrações: em 1995 para Macapá e em 1997, para São Paulo. Todos esses deslocamentos foram realizados sozinho, deixando a família em Cajazeiras. O trabalho por ele realizado foi único, o de servente de pedreiro, chegava na obra passava quatro ou cinco meses (na época de estiagem) e depois retornava com o que conseguiu ganhar para ajudar no sustento. A última vez que foi para São Paulo foi em 1997, um ano antes do início da luta, desde o assentamento criado nunca mais saiu. Apesar de todos os deslocamentos espaciais, no depoimento prestado, ele afirma que “sempre moreia aqui, sai para trabalhar”.

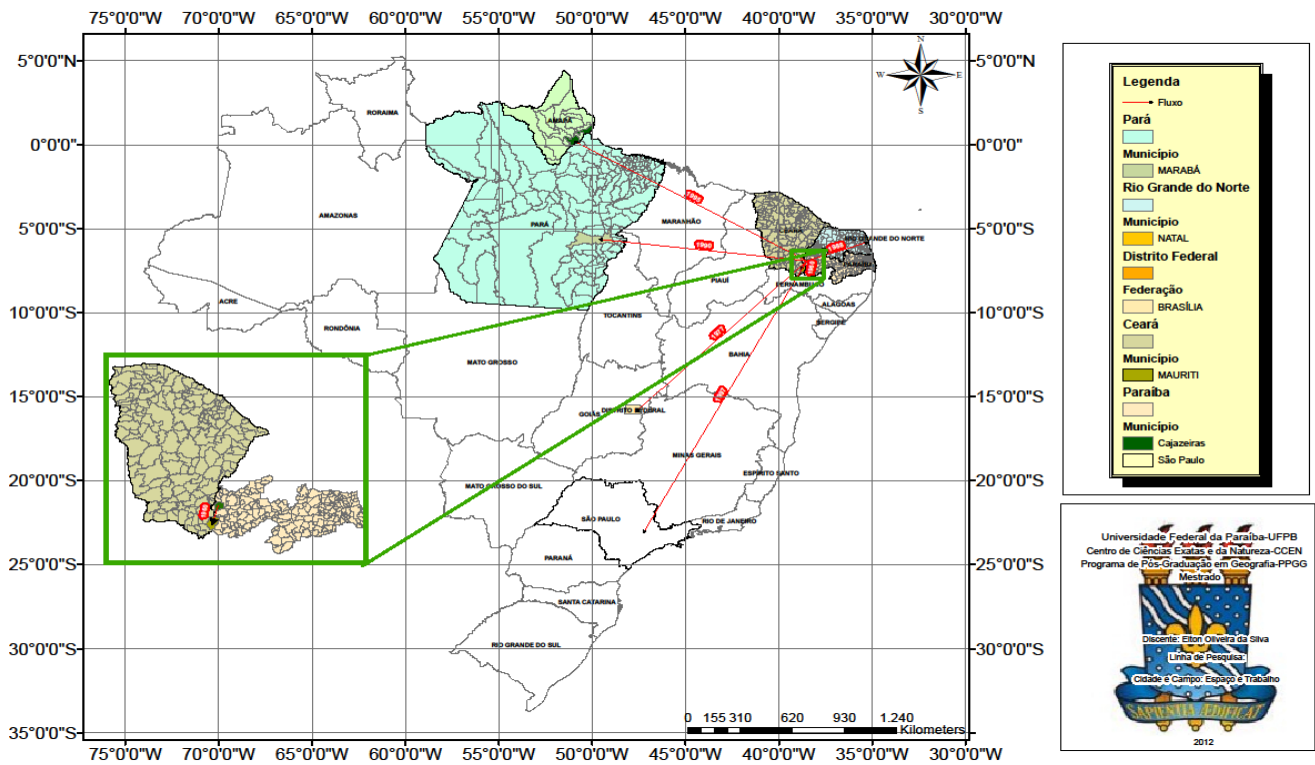
Quadro 4 - Trajetória migratória do primeiro caso

Especificação	1º Migr.	2º Migr.	3º Migr.	4º Migr.	5º Migr.	6º Migr.	7º Migr.
Lugar	Mauriti	Cajazeiras	Brasília	Natal	Marabá	Macapá	S. Paulo
Idade	7 anos	21	27	38	41	46	48
Ano	1960	1971	1977	1988	1990	1995	1997
Ocupação	s/ ocup.	agricultura	pedreiro	pedreiro	pedreiro	pedreiro	pedreiro

Fonte: Pesquisa de campo.

MAPA 6

Lugares de Migração PA Frei Damião



4.3.2 Segundo caso

No caso 2, colhido no PA Tiradentes, o assentado, ainda criança, partiu para Ingá para ajudar o pai num roçado. Na adolescência, esteve em Alagoa Grande, onde trabalhou em uma Usina de açúcar, passou um tempo lá onde também roçava mato em troca de alguns trocados. Quando chegou em Sapé aos 24 anos, foi direto trabalhar no corte da cana na Usina Santa Helena. Mudou-se para Mari na década de 1980, mas lá continuou trabalhando com a cana. Com a crise do Proálcool, sem emprego, não teve alternativa a não ser ir para o Rio de Janeiro trabalhar como pedreiro. Ele repetiu essa viagem quatro vezes. Chegou a passar dois anos morando em uma favela no Rio de Janeiro, foi a na última vez que esteve lá. Voltou porque a violência era grande e apareceu a oportunidade de se juntar ao MST e participar da luta que deu origem ao assentamento.

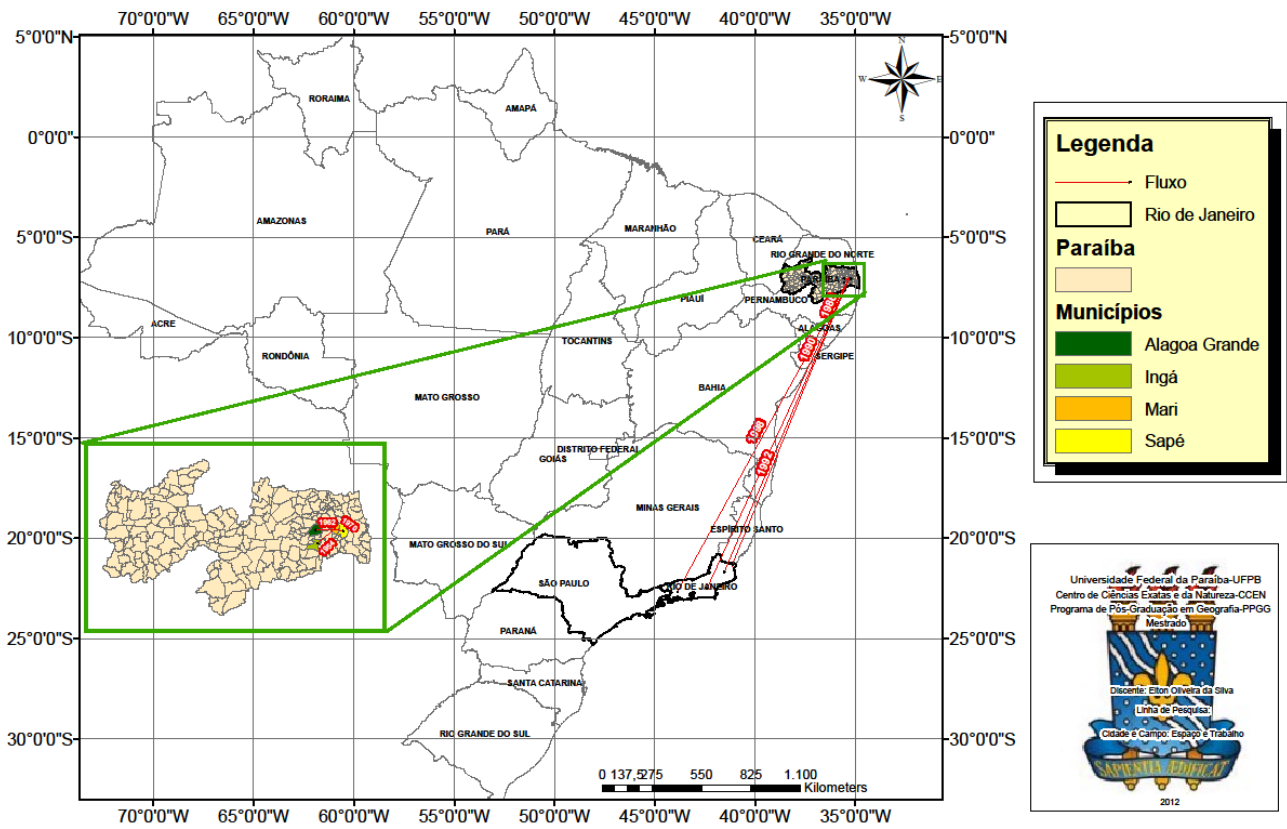
Quadro 5 - Trajetória migratória do segundo caso

Especificação	1 ^a Migr.	2 ^a Migr.	3 ^a Migr.	4 ^a Migr.	5 ^a Migr.	6 ^a Migr.	7 ^a Migr.	8 ^a Migr
Lugar	Ingá	A. Grande	Sapé	Mari	R. Janeiro	R. Janeiro	R. Janeiro	R. Janeiro
Idade	8	16	24	36	40	44	46	52
Ano	1954	1962	1970	1982	1986	1990	1992	1998
Ocupação	Agricul.	Cana	Cana	Cana	Pedreiro	Pedreiro	Pedreiro	Pedreiro

Fonte: Pesquisa de campo

MAPA 7

Lugares de Migração PA Tiradentes



4.3.3 Terceiro caso

No caso 3, o assentado permaneceu no Sítio Nossa Senhora de Lourdes (Sapé-PB) até os seus 23 anos, quando se tornou difícil sobreviver apenas com o trabalho na Fazenda Gendiroba e como ele diz “que nem o sertanejo, chegava seca e ia embora”, ele resolveu tentar uma oportunidade em São Paulo, a convite de um conhecido que estava lá. A primeira vez que foi, em 1981, passou oito meses, não conseguiu se acostumar e voltou. Trabalhou de servente na construção de um edifício comercial. Com 27 anos foi para João Pessoa, mas passou apenas algumas semanas, pois não conseguiu trabalho por lá. Dois anos depois foi novamente a São Paulo, onde passou dez meses com o mesmo trabalho. Segundo ele foi um tempo muito sofrido. A última vez que foi a São Paulo, em 1987, aos 29 anos, passou nove meses e retornou sem perspectivas, decidiu que não saia mais. Passados os anos depois disso, ele encampou a luta e se tornou um das lideranças do MST dentro do movimento.

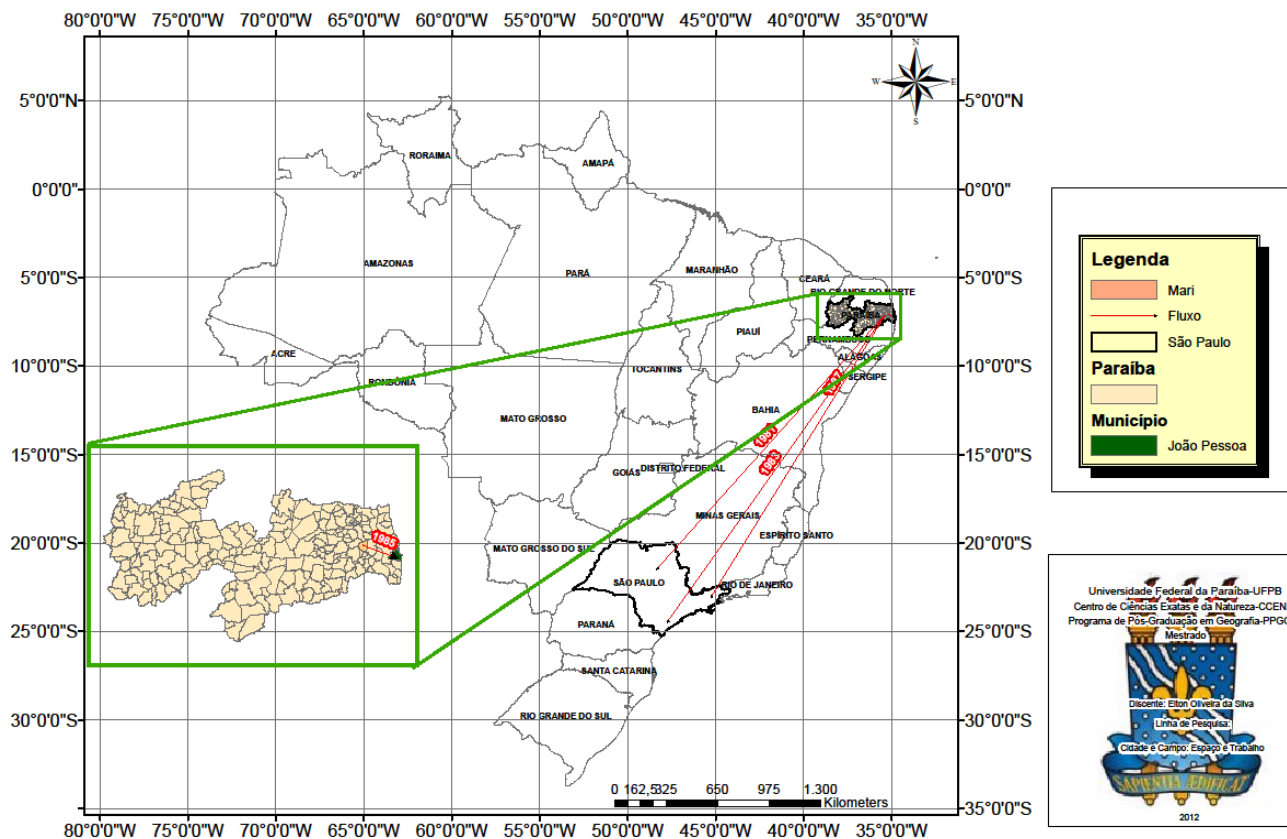
Quadro 6 - Trajetória migratória do terceiro caso

Especificação	1ª Migr.	2ª Migr.	3ª Migr.	4ª Migr.
Lugar	S. Paulo	S. Paulo	J. Pessoa	S. Paulo
Idade	23	25	27	29
Ano	1981	1983	1985	1987
Ocupação	Cana	Servente	S. ocupação	Servente

Fonte: Pesquisa de campo

MAPA 8

Lugares de Migração PA Tiradentes



Legenda

- Mari
- Fluxo
- São Paulo
- Paraíba**
- Município
- João Pessoa

Universidade Federal da Paraíba-UFPB
 Centro de Ciências Exatas e da Natureza-CCEN
 Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG
 Mestrado

Discente: Eilton Oliveira da Silva
 Linha de Pesquisa:
 Cidade e Campo: Espaço e Trabalho

2012

A análise desses três casos escolhidos chama a atenção para os seguintes aspectos:

- a) A migração é uma constante na vida dessas pessoas;
- b) Os deslocamentos são temporários, reforçando a expressão de Menezes (2002) de migrantes permanentes temporários;
- c) A inserção produtiva se dá sob a forma de assalariamento, seja na própria agricultura seja na construção civil, indicando a importância da migração para a oferta de trabalho nesse setor de atividade;
- d) A migração se dá de forma isolada, isto é, o trabalhador migra, mas deixa a família no seu lugar de residência;
- e) A conquista da terra representa o estancamento da circularidade migratória com a fixação do assentado em seu lote.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a migração como um dentre outros inúmeros conceitos que permeiam todo e qualquer estudo científico, tende a ter múltiplas significações de acordo com o autor, com as suas premissas metodológicas, com os seus objetivos e com o contexto político e econômico em que ele se situa. Dentro da Geografia não é diferente, seja esta apoiada em pressupostos positivistas ou neopositivistas ou em bases metodológicas mais críticas.

Frente a tantas definições, conceitos e análises, é possível entender que a migração apesar de vista sob vários prismas trata-se, sobretudo, da mobilidade da população, independente de suas causas, mas cabe a quem se propõe a estudá-la ir em busca de explicações mais profundas.

Também vale salientar o próprio caráter interdisciplinar deste conceito e por isso as diversas formas de entendê-lo, principalmente partindo de concepções apoiadas nas análises das correntes da economia, como vimos em Todaro e Becker, ou em uma perspectiva eminentemente geográfica como em Haesbaert, Raffestin e Santos. Os estudos clássicos dentro da Geografia apoiam-se principalmente na demografia e em estudos mais gerais sobre os aspectos mais gerais da migração.

Diante do exposto, ficou evidente que a questão agrária no Brasil e, por conseguinte, na Paraíba, é algo estrutural inerente ao modo de produção capitalista implantado no Brasil. Políticas públicas, como a política agrária, realizada de forma pontual, para atenuar conflitos ou para resolver problemas financeiros dos latifundiários, embora contribuam para a melhoria das condições de trabalho e de vida da população, não conseguem resolver as desigualdades sociais criadas pelo modelo de desenvolvimento dominante, nem modifica de forma significativa a estrutura fundiária concentrada que predomina no país. Percebe-se que, ao longo dos anos, a estrutura fundiária do Estado da Paraíba pouco mudou, pois ainda não houve uma política maciça de reforma agrária.

Evidenciou-se que a problemática do plantio de cana em áreas de assentamento ainda não se fez presente no Tiradentes. De fato, a forma de organização do assentamento hoje não tem permitido essa prática, de um lado você tem a cooperativa de mulheres que é muito forte dentro do assentamento, possui influência e é radicalmente contra a penetração de cana no assentamento e vem desenvolvendo uma série de práticas de geração de renda para que os assentados tenham alternativas de fonte de renda que não a cana, a exemplo disto termos, o beneficiamento da mandioca para a transformada em bolos, salgados, doces e sucos e vendidos na cidade de Mari e também apresentado durante o festival de macaxeira do município e nas festas juninas.

A liderança da cooperativa também está nos quadros do MST da mesma forma que vários assentados, uma parte considerável deles está junto aos movimentos sociais. Enquanto que a associação dos moradores até certo ponto é favorável ao plantio da cana, pois afirmam que seria uma garantia de renda para os assentados, mas que na queda de braço com a cooperativa vem perdendo terreno neste campo, porém se começou um movimento para que os assentados individualmente decidam se querem ou não plantar cana, contudo até agora não obteve avanços, associação rompeu com o MST há alguns anos.

Percebeu-se que o processo de “modernização conservadora” da agropecuária foi fundamental para introduzir significativas mudanças na forma de uso do território no semiárido paraibano, bem como em todo Estado. Também ficou constatado que a ação da SUDENE não foi suficiente para diminuir de forma expressiva as desigualdades regionais. Além disso, as diretrizes da SUDENE pós-64, foram de incentivo à modernização da agropecuária sem mudança significativa na estrutura social vigente.

Ficou evidente que nas duas mesorregiões objeto de estudo, as mudanças no uso do solo no Sertão Paraibano se deu principalmente com a expansão da pecuária, ocasionando a substituição da vegetação original por pastagem artificial, enquanto que na Mata Paraibana, as mudanças estiveram associadas a políticas, a exemplo do Proálcool que provocaram uma expansão da área de cana substituindo a Mata Atlântica e ganhando áreas até então ocupadas pelo campesinato. Apesar das conquistas de território pela classe trabalhadora, o capital traçou novas estratégias, através da

monopolização do território, que ainda não chegou aos assentamentos estudados, mas que é uma ameaça constante.

Não se pode, porém, perder de vista, que ao garantir o acesso à terra aos trabalhadores sem terra, a criação de assentamentos, mesmo não sendo entendida como uma verdadeira política de reforma agrária, de algum modo cria novas possibilidades de reordenação territorial.

Ficou claro também que o fenômeno migratório não é um fato novo, suas raízes remontam desde os primórdios da colonização. O Nordeste brasileiro é considerado, historicamente, como uma região de emigração, embora os fluxos tenham assumido novas feições devido à perda de importância do Sudeste urbano, notadamente o Rio de Janeiro e São Paulo, como polo preferencial das migrações de origem rural, porém continuam predominantes. Observou-se o crescimento das migrações pendulares rurais-urbanas de pequena e média distância, de caráter local e regional, com saídas de assentados para trabalhar nas sedes municipais como Mari e Cajazeiras ou mesmo na capital, João Pessoa que têm sido motivadas, em parte, pelo bom desempenho da construção civil. Constata-se o crescimento da migração sazonal para áreas canavieiras principalmente em São Paulo, apesar de nos Projetos de Assentamento ter diminuído bastante. Essa mobilidade espacial crescente da força-de-trabalho é apenas uma das dimensões da subordinação do trabalho ao capital, que define novas territorialidades.

Verificou-se que a política de assentamento voltada para a fixação da população no campo, tem em parte surtido efeito positivo, mesmo que alguns filhos de assentados já tenham deixado o assentamento, mas que atualmente a perspectiva de saída dos jovens é baixa. Esses têm perspectivas de buscar trabalho fora do assentamento, porém sem deixar o assentamento, como forma de garantir uma renda extra. Isto se deve tanto à falta de condições dos assentamentos de garantir lotes para todos os filhos dos assentados, de oferecer condições técnicas e financeiras para o desenvolvimento da agropecuária, quanto às aspirações de consumo de parcela da juventude que é fortemente influenciada pelas dos jovens que não são camponeses, que vivem na cidade. Vale também a pena destacar que mesmo o assentamento se constituindo como um novo território, construído com base na luta dos trabalhadores contra o capital, ele continua inserido em um território maior, dominado pelo modo de produção capitalista

que, a todo momento, busca subjugar o campesinato às suas necessidades de expansão. Nos casos de migração temporária identificados, essas assertivas são perfeitamente confirmadas.

A principal constatação do trabalho, porém, é a que a criação de Assentamentos, apesar de todos os problemas que eles enfrentam para se consolidar no interior de um território dominado pelo capital, constitui inegavelmente um fator de fixação importante da população inclusive dos jovens no campo. Como ficou evidenciado, a grande maioria dos jovens entrevistados não pretende sair da terra em que vivem.

Verifica-se ainda que o assentamento compreendido como um território ou como uma fração do território, pode abarcar todas as concepções deste conceito visto neste trabalho, desde que concebe o território apenas como um local onde a população irá suprir suas necessidades de habitação e alimentação, até as concepções de Saquet e Fernandes, que o entendem como um espaço de conflitualidades, bem como a concepção de Carvalho para quem o assentamento representa um lugar de recomeço da vida e do trabalho e de Moreira para quem o assentamento constitui um “Território de Esperança”.

A partir do exposto percebe-se que os movimentos migratórios e o campesinato são fenômenos interligados, pelo menos desde que o capitalismo se tornou o modo de produção hegemônico, colocando os camponeses numa constante insegurança em relação à posse da terra.

O território enquanto espaço de disputas. A construção e des-construção de territórios através dos processos de desterritorializações e re-territorializações, têm sido uma questão importante também no início do século XXI. Nesse contexto, a luta pela terra se mostra como um fator fundamental para entender todos estes processos, bem como a conquista da classe camponesa através da constituição dos assentamentos rurais como novos territórios, apesar do domínio do capital sobre grande parte do território.

Diante desse contexto pode até parecer simples a relação entre a migração e o campesinato, porém a realidade apresenta-se bem mais complexa. O exemplo disto é o camponês-migrante, que pode ser assentado, morador, renteiro, ou seja, uma gama situações, em que mesmo com a terra este camponês não deixa de migrar, sendo este fato a garantia de sua própria reprodução enquanto camponês.

O desafio que se coloca é justamente pensar a migração, o território e o campesinato como realidades indissociáveis, visto que são processos que estão intimamente relacionados. Daí decorre a necessidade de se buscar referenciais teórico-metodológicos para que se possa construir um arcabouço suficiente para entender a realidade de forma multidimensional.

Entende-se também que processos como a mobilidade do trabalho estão contidos no bojo de processos sociais maiores, na reprodução ampliada do capital, no desenvolvimento desigual e em outros tantos processos em que a precarização tem sido a tônica do momento.

Por fim, as bases teóricas para o entendimento dessa sociedade que atualmente está eivada de contradições, inerente ao próprio movimento do modo de produção capitalista, devem garantir uma leitura crítica do espaço, a partir de várias escalas e compreensões, seja nos estudos de um acampamento ou assentamento, ou ainda nos estudos mais abrangentes da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

BALAN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil. In **Estudos CEBRAP**, n.5. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

BECKER, Olga Maria S. Mobilidade espacial da população: conceito, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C.; CORREIA, Roberto Lobato (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERGAMASCO, SONIA M.P.P.; NORDER, LUÍS A.C. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BOTTOMORE, Tom (org). Dicionário do pensamento marxista. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Rumos, trechos e borocas: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no Sudeste do Pará**. Belém: UFPA – Centro de Ciências Agrárias, dissertação de mestrado, 2006.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Campinas, 2007.

Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/.../6EncNacSobreMigracoes/.../FaustoBrito.pdf .

CANTALICE, Dulce. **Capital, Estado e conflito: questionando Alagamar**. Campina Grande: UFPB/CH/Mestrado em Economia Rural, dissertação de mestrado, 1985.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Na sombra da imaginação, a recomposição do Brasil**. Curitiba, 2010. Disponível em: [www.biodiversidadla.org/.../NA+SOMBRA+DA+IMAGINAÇÃO+\(2\).doc](http://www.biodiversidadla.org/.../NA+SOMBRA+DA+IMAGINAÇÃO+(2).doc). Acesso em: 12 de agosto de 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais De Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba, 1999.

CHAYANOV, Alexander. Sobre as teorias dos sistemas econômicas capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CLEPS JR., João. Questão Agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no Semiárido Paraibano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia- Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. **A migração nos estados brasileiros no período recente: Principais tendências e mudanças**. Campinas, 2007.

DAMIANI, Amélia Luiza. **População e Geografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

DERRUAU, Max. **Précis de Géographie Humaine**. Paris: Librairie Armand Colin, 1967.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

DUQUE, G. CANIELLO, Márcio de Matos ; . Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, p. 101-110, 2006.

FABRINI, João Edmilson. Migração Resistência ou subordinação. In: **Revista Espaço Plural**, Cedeplar UNIOESTE Ano V, N°10, 2003. Disponível em: www.e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/134/80.

FERNANDES, Bernado Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente Ano 8, N° 6 p.14-34, 2005. Disponível em: www.prudente.unesp.br/dgeo/nera.

_____. **Sobre a tipologia dos territórios**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO e FAPESP.

Disponível:

www.landaction.org/spip/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf. São Paulo, 2008.

_____. Entrando no território dos Territórios. In: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

GAUDEMAR, J-P. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editora Estampa 1977.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. São Paulo: Difel, 1973.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões**: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Ed. Massangana, 1989.

HAESBAERT, Rogério. . Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D; SPOSITO, Eliseu S; SAQUET, Marcos A. (org). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** Editora Brasiliense, São Paulo, 2003.

EVERETT, S. Lee. A Theory of Migration, In **Demography**, Vol. 3, Number 3, 1966.

LÊNIN, V.L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOURENÇO, Nielson Polucena. **Luta Pela Terra e Pela Sobrevivência na Terra Na Microrregião De Sapé-PB: O Assentamento Zumbi Dos Palmares e o Protagonismo dos Jovens**. Monografia do Curso de Graduação em Geografia da UFPB. João Pessoa, 2011.

GÓMEZ, Gustavo Montañez; MAHECHA, Ovidio Delgado. Espacio, Territorio Y Region: Conceptos Basicos Para Un Proyecto Nacional. **Cuadernos de geografia**. Bogotá, vol.VII, n. 1-2, 1998.

MALAGODI, Edgar & MARQUES, Roberto. Para além de Ficar ou sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro Mauad X, 2007.

MARANDOLA Jr., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Machiori. **Ser migrante**: implicações territoriais e existenciais da migração. Campinas, 2009. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/Marandola_2.pdf.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Ir. Rosita. **O fenômeno migratório no Brasil**. Instituto Migrações e direitos humanos e Centro Scalabrino de Estudos Migratórios. Brasília-DF, 2002.
Disponível em: [www.migrante.org.br\ofenomenomigratorionobrasil.doc](http://www.migrante.org.br/ofenomenomigratorionobrasil.doc).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; SOSA JÚNIOR, Denir de Oliveira . O Processo de reterritorialização dos produtores assentados na campanha gaúcha. In: **Vº Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas**, 2007, Bruxelas. Las relaciones triangulares entre Europa y las Américas em el siglo XXI: expectativas y desafios, 2007.

MELO, Mário Lacerda de. *Regionalização agrária do Nordeste*. Recife: Sudene, 1978.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente, 2004.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: RelumêDumará; João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

MITIDIERO, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra nos Estado da Paraíba. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

MITIDIEIRO JÚNIOR, Marco Antônio. **Reforma Agrária no Brasil: Algumas Contribuições Sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais**. Anais da XII Jornada do Trabalho. Curitiba, 2011.

MONDARDO, Marcos Leandro. Estudos migratórios na modernidade e na pós-modernidade do econômico ao cultural. In **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente Ano 23, v.2, n. 29 p. 51-74, 2007.

_____, Marcos Leandro. **Raízes na migração des-re-territorialização e redes sociais**. Disponível: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-mondardo-raizes.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2010. Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, Emilia. **Territórios de esperança**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2006.

_____, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NETTO JR., J. L. da S. et al. Fluxos migratórios e dispersão das rendas per capita estaduais uma análise por dados em painel no período de 1950-2000. In **Revista Econômica do Nordeste**, v. 34, n. 3, jul-set, 2003.

PEEK, P.; STANDING, G. **State policies and migration**: Studies in Latin America and the Caribbean. London: Croom Helm, 1982.

PÉREZ, Cristóbal Mendonza. Geografía de La población: cuantitativos versus teóricos. In: **Cuadernos de Geografía\ Revista colombiana de Geografía**. Bogotá-Colombia.Nº 19, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PÓVOA NETO, Helion . **Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil**: novos desafios para a análise. Experimental, São Paulo, v. 1, n.2, p. 11-24, 1997.

PÓVOA NETO, Helion (Org.) ; SANTOS, Miriam de Oliveira (Org.) ; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.) ; VAINER, Carlos Bernardo (Org.) . **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Garamond, Faperj, 2010.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

QUEIROZ, Silvana Nunes de ; TARGINO, Ivan. Migração para o Ceará nos anos 90. **Revista Economia em Debate** (URCA), v. 01, p. 137-172, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAVENSTEIN, E. G.. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 48, 1885.

ROSSINI, Rosa Ester. A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de São Pedro: Abep. p. 577-590, 1996. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V02A01.pdf.

SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. In: VIII Encontro da ABEP.

SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. **A Natureza do espaço. técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Nobel, 1987.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In **Revista Nera**, Ano 8, N. 7, 2005 .

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. Expressão Popular 1º Ed. São Paulo, 2010.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas-SP, UNICAMP, 1996.

SINGER, P. **A economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973

SORRE, Max. Migrações e mobilidade no ecúmeno. In: MEGALE, Januário Francisco (org.). **Max Sorre**. São Paulo: Ática, 1984.

_____. **Les migrations des peuples**. Paris: Ed. Flammarion, 1955.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. Expressão Popular 1º Ed. São Paulo, 2010.

TARGINO, I. **Evolução recente da população paraibana**. João Pessoa: CME/UFPB, Texto para discussão, 1989.

TARGINO, Ivan. **Modo de produção: notas introdutórias**. (mimeo), João Pessoa. 2008.

TARGINO, Ivan. Processo de povoamento da Paraíba. João Pessoa: UFPB/Departamento de Economia, 2012.

TODARO, M. P. A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. In **American Economic Review**, Mar. 1969.

TREWARTHA, Glenn T. **Geografia da população**. São Paulo: Editora Atlas, 1974.

TRIVINOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WILKINSON, John. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo-Salvador: Ed. Hucitec/CEPA, 1986.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, Jose Alberto M. de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Brasília: IPEA, 1994.

WOLF, Eric. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1974.

WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v.7, n.1, p. 35-53, 1990.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à geografia de população**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1969.

APÊNDICE

Universidade Federal da Paraíba
Programa Pós-Graduação em Geografia
GETEC- Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato.

PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA ATRAVÉS DA JUVENTUDE RURAL ASSENTADA DO MUNICÍPIO DE MARI e CAJAZEIRAS – PB.

ASSENTAMENTO: _____ DATA:
_____/_____/_____

APLICADOR(A):

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO:

1. Nome:

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Idade:

() 15 – 17 anos () 21 – 24 anos

() 18 – 20 anos () 25 – 29 anos

4. Onde mora no assentamento? () Agrovila () Lote

5. Estado civil: () Casado(a) () Separado(a)

() Solteiro(a) () Viúvo (a) () Amigado(a)

6. Você tem filhos? () Não () Sim Quantos? () 1 filho () 2 filhos () 3 filhos
ou mais

PARA QUEM MORA COM OS PAIS

7. Se pudesse decidir agora, sem se preocupar com nada, você:

() Se mudaria da casa dos seus pais (ou responsáveis)

() Esperaria mais um tempo para mudar

() Não tem planos de sair da casa dos pais (ou responsáveis)

8. Por que motivos você ainda mora com seus pais (ou responsáveis):

() Não se casou ainda

() Não tem condições financeiras

() Tem medo de sair de casa

() Se acha muito novo para isso

() Outros motivos

ESCOLARIDADE DO JOVEM

9. Estuda? () Sim () Não

10. Se sim, em que escola (explicar onde fica)?

11. Qual é o seu grau de escolaridade?

- | | | |
|--|-----------------------------|------------|
| () Nunca frequentou a escola médio completo | () Fundamental I completo | () Ensino |
| () Fundamental I incompleto superior incompleto | () Fundamental II completo | () Ensino |
| () Fundamental II incompleto superior completo | () Ensino médio incompleto | () Ensino |

12. Se não estuda, por que deixou de estudar?

13. Se nunca estudou, sabe ler e escrever? () Sim () Não

14. Por que nunca estudou?

TRABALHO E RENDA DO JOVEM

15. Qual é sua situação atual com relação a trabalho?

- | | |
|---|--|
| () Está trabalhando procurando trabalho | () Nunca trabalhou nem está procurando trabalho |
| () Nunca trabalhou, mas está procurando trabalho | () Já trabalhou e está desempregado |

16. De que forma você está trabalhando?

- | | |
|---|--|
| () Assalariado(a) na cidade sem registro carteira assinada | () Assalariado(a) na cidade com carteira assinada |
| () Faz "bico"/ trabalha por conta própria na cidade | |
| () Assalariado(a) no campo sem registro | () Assalariado(a) no campo com registro |
| () Agricultura camponesa no assentamento | () fora do assentamento |
| () Ajuda a família sem remuneração | () Ajuda a família com remuneração |
| () Outras situações | (especificar) |

() Funcionário(a) público

() Trabalho por conta própria regular (paga INSS)

() Autônomo(a)

17. Para você trabalho é:

- | | | |
|-------------------|---------------------|----------------|
| () Necessidade | () Crescimento | () Exploração |
| () Independência | () Auto-realização | |

18. Para quem está desempregado. Há quanto tempo você está desempregado(a) ou procurando trabalho?

- () Até 1 mês
() Mais de 1 mês a 2 meses
() Mais de 2 meses a 3 meses
- () Mais de 3 meses a 6 meses
() Mais de 6 meses a 1 ano
() Mais de 1 ano

19. Normalmente, quantas horas você trabalha (ou trabalhava) por dia?

- () Até 6 horas
() Mais de 6 a 8 horas
- () Mais de 8 a 10 horas
() Mais de 10 horas

20. O que você costuma(va) fazer com o dinheiro que ganha(va)?

- () Gasta(va) só consigo mesmo
() Dá (dava) tudo o que ganha(va) para a família/pais
() Dá (dava) uma parte do que ganhava para a família/pais
() Outras respostas _____

21. Quantos anos você tinha quando começou a trabalhar?

- () Até 14 anos
() 15 anos
() 16 anos
- () 17 anos
() 18 anos
() 19 anos
- () 20 a 24 anos
() 25 a 29 anos

22. Quanto você costuma ganhar em média por mês?

- () Menos de 1 S.M.
() 1 S.M.
- () Mais de 1 a 2 S.M.
() Mais de 2 a 5 S.M.
- () Mais de 5 S.M.

23. Você trabalha na terra ajudando a família? () Sim () Não

24. Em caso positivo, gosta do que faz? () Sim () Não

Por

quê?

25. Possui algum tipo de renda proveniente do trabalho na terra? () Sim () Não

PERSPECTIVA DO JOVEM ENTREVISTADO

26. Você gosta de viver no assentamento? () Sim () Não

Por

quê?

27. Você sente vontade de ir embora do assentamento? () Sim () Não

Por

quê?

28. Se quer sair do assentamento, para onde pretende ir e para fazer o quê?

29. O que você acha que falta no Assentamento para os jovens?

30. O que você espera para o futuro?

(a) ter um bom trabalho; (b) estudar e se formar; (c) estudar e ter um bom trabalho; (d) continuar trabalhando dentro do assentamento; (e) outra perspectiva
_____ (f) não possui perspectiva.

31. Quais são os principais problemas do assentamento?

(a) Infra-estrutura (d) Drogas (g) Educação
(j) Não sabe
(b) Segurança/Violência (e) Desemprego (h) Outros _____
(c) Vizinhos (f) Saúde (i) Nenhum problema

32. Você acha que sua vida vai melhorar no futuro?

() Sim () Não

Por

quê?

PERCEPÇÕES DO JOVEM ENTREVISTADO

33. Há mais coisas boas ou ruins em ser um jovem do campo?

(a) Mais coisas boas (b) Mais coisas ruins (c) Ambas (d) Não sabe

34. O que há de bom em ser um jovem do campo?

35. O que há de ruim em ser um jovem do campo?

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA/ INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

36. Você faz parte ou participa de algum grupo de jovens dentro ou fora do assentamento? () Sim

() Não

Se sim, qual? E onde fica?

37. Caso faça parte, de que tipo de grupo é esse?

() Da igreja () Teatro () Outros

() Música () Futebol/esportes
() Dança () Produção agrícola

38. Como é sua participação?

39. Você participa da associação da comunidade? () Sim () Não

Se _____ sim, _____ de _____ que
forma? _____

40. Participa de alguma ONG, Associação ou Projeto, Sindicato, Partido Político? () Sim () Não
Qual? _____

Se _____ sim, _____ que _____ atividade _____ você
desempenha? _____

41. Costuma ir à cidade? () Sim () Não

Se _____ sim, _____ qual _____ cidade? _____

42. O que costuma fazer na cidade? () feira () igreja () compras () festas () reuniões
em associação ou sindicato () visitar familiares ou amigos () outros:

43. O que você pensa sobre política? Para você política é:

() Muito importante () Mais ou menos importante () Nada importante () Não sabe

SUGESTÕES PARA MELHORAR A VIDA DOS JOVENS NO ASSENTAMENTO

44. O que sugere para melhorar a vida dos jovens no Assentamento? (a) Criação de escolas; (b)
criação de cursos;

(c) Investimento em Esporte, cultura e lazer ; (d) Construção de locais de festas, de encontros e
entretenimento; (e) Maior estrutura financeira, emocional e social para o jovem; (f) Outras sugestões
_____ (g) Nenhuma Sugestão

PARTICIPAÇÃO NA LUTA

45. Você participou da luta pela terra? () Sim () Não

46. Em _____ caso _____ positivo, _____ de _____ que _____ forma?

47. O _____ que _____ achou _____ da _____ experiência?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GETEC- Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato.

PESQUISA: MIGRAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Nome do entrevistado: _____.

Endereço de residência: _____.

Nome do entrevistador: _ _____. Data da aplicação do questionário:_____.

I- IDENTIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO FAMILIAR, OCUPAÇÃO, RENDA E MOBILIDADE.

1 - Situação de domicílio: () Agrovila de assentamento; () Lote em assentamento.

2 - Características da família residente no domicílio

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Estado Civil	Local de nascimento		Escolaridade		Ocupação (se trabalha em que trabalha)	
					Município	Área	Não estuda (se estudou colocar até que série cursou)	Estuda (qual a série)	No lote	Fora do lote
1-										
2-										
3-										
4-										
5-										
6-										
7-										
8-										

Sexo: 1 - masc.; 2 - fem; **Estado civil:** 1. casado; 2: solteiro; 3: viúvo; 4: separado; **Posição familiar:** I - pai; 2 -mãe; 3 filho; 4 - avo e avo; 5 - parente; 6 - outros; **Área:** I - rural; 2 - urbar.1; **Escolaridade:** I: analfabeto; 2: 1 a.fase Ensino fundamental incompleto; 3: 1ª. fase do ensino fundamental completo; 4: 2ª.fase Ensino fundamental incompleto; 5. Ensino fundamental Completo 6. Ensino médio incompleto; 7 - Ensino médio completo; 8 - Ensino superior incompleto e 9: Ensino superior completo;

Ocupação: I - pequeno proprietário; 2- agricultura familiar, ajudando o pai; 3 - tem roçado próprio; 4 - assalariado agrícola; 5 - assalariado urbano; 6 - autônomo; 7 func. publico; 8 - aposentado; 9 - arrendatário; 10 - parceiro; 11- do lar; 12- desempregado; 13- não trabalha; 14. outros . Obs.: Renda: quanta foi que ganhou este mês em dinheiro?

Quanto tempo mora aqui	Onde Morava antes			Porque veio morar aqui	Pretende sair daqui	Por que quer sair daqui	Para onde quer ir		Já morou em quantos lugares	Alguém conhecido já te chamou para sair daqui? Quem chamou?	Este chamado foi feito através de que?	Se pretende sair, onde pensa em se alojar?	Com quem pensa em viajar?
	Estado	Município	Área				Município	Área					

Por que veio morar aqui: 1- falta de oportunidades no lugar onde morava; 2- continuar os estudos; 3- Buscar melhor salário; 4- Busca de melhor oportunidade de emprego; 5 - Outro. **Por que quer sair daqui;** 1- Falta de oportunidades no lugar onde mora; 2- continuar os estudos; 3-buscar melhor salário; 4-busca de melhor oportunidade de emprego; 5- outros. **Quem chamou;** 1- Parentes; 2- amigos; 3- Empreiteiros; 4- Outros. **Este chamado foi feito através de quê;** 1- Cartas; 2- Telefonemas; 3- Recados; 4- Durante as visitas; 5- Outros. **Onde pensa em se alojar;** 1- Sozinho; 2- Com algum amigo; 3- Não sabe; 4- outros. **Com quem pensa em viajar;** 1- Sozinho; 2- Com esposa e filhos; 3- com outros parentes; 4- amigos; 5- não s

3 - Patrimônio familiar e consumo durável

item	Quantidade	Item	Quantidade	item	Quantidade
3.1 Terra		3.6 moto		3.11 DVD	
3.2 casa		3.7 televisão		3.12 computador	
3.3 Gado		3.8 Geladeira		3.13 Antena parabólica	
3.4 Ponto de comércio		3.9 bicicleta		3.14 Fogão a gás	
3.5 carro		3.10 som		3.15 Máquina de lavar	

5 - **Tipo da construção:**() 1 - Casa tijolo e telha; 2 - Casa tijolo e palha; 3 - casa de taipa e telha; 4 casa de taipa e palha; 5 – outro: _____

6 - **piso da residência:**() 1- piso de cerâmica; 2 - piso de cimento; 3 - piso de chão batido; 4 – outros _____

7 - **fornecimento de água:**() - 1- rede geral; 2 - cacimbão; 3 - poço; 4 - tanques; 5 - açudes; 6 - cisternas; 7 – outros _____

8 - **fornecimento de eletricidade:**() 1 - rede elétrica; 2 - querosene; 3 - outros _____

9 - **saneamento:**() 1 - rede geral; 2 - fossa séptica; 3 - fossa asséptica; 4 – outros _____

10 - **destino do lixo:**() 1 - coleta pública; 2 - terreno baldio; 3 - outros _____

4- Qual a renda da agricultura? (Citar outras fontes de renda).

5-Mobilidade dos residentes (começar pelo mais recente)

Especif.		1pes-nome	2pes-nome	3pes-nome	4pes-nome	5pes-nome	6pes-nome	7pes-nome
1º mig.	Loc							
	Ano							
	Dur							
	Ocupação							
2º mig.	Loc							
	Ano							
	Dur							
	Ocupação							
3º mig.	Loc							
	Ano							
	Dur							
	Ocupação							
4º mig.	Loc							
	Ano							
	Dur							
	Ocupação							
5º mig.	Loc							
	Ano							
	Dur							
	Ocupação							

